Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data / /
cod F3D 00061

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
COORDENAÇÃO GERAL DE APOIO ÀS ESCOLAS INDÍGENAS

RELATÓRIO DO II ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES DE PROJETOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Tema:

O REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS E SUA APLICABILIDADE

24 a 27 de novembro de 1998
St. Paul Park Hotel
Brasília

Acervo ISA

RELATÓRIO DO II ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES DE PROJETOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Índice

Apresentação

Programação do II Encontro

Conclusões e Encaminhamentos propostos pelos participantes

Estratégias de distribuição, discussão e implementação do RCNEIs: resultado dos trabalhos de grupo por região

Anexos

Conferências de Abertura do II Encontro

Palestras dos Professores Indígenas

A TV Escola e as escolas indígenas

Respostas do questionário-preparatório enviado às Secretarias de Educação Estaduais

Lista de endereços dos participantes

Acervo ISA

RELATÓRIO DO II ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES DE PROJETOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Apresentação

De 24 a 27 de novembro de 1998, realizou-se em Brasília (DF), no Saint Paul Park Hotel, o II Encontro Nacional de Coordenadores de Projetos na Área de Educação Indígena, com o intuito de discutir a aplicabilidade do "Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas". Organizado pela Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas do MEC, o encontro contou com a participação de professores indígenas, representantes das secretarias estaduais de educação responsáveis pela oferta de programas de educação indígena, representantes de DEMECs, coordenadores de projetos de educação indígena desenvolvidos por organizações não-governamentais de apoio aos índios, pesquisadores de universidades e representantes do Comitê Nacional de Educação Indígena do MEC. Durante o Encontro foi lançado o kit contendo o "Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas", discutiu-se sua aplicabilidade e elaborou-se estratégias para sua divulgação, distribuição, discussão e implementação nas escolas indígenas do país. Questões relacionadas à implementação da política nacional de educação escolar indígena foram discutidas e propostas foram sintetizadas no intuito de solucionar impasses e reforçar os avanços até agora alcançados.

Este relatório apresenta as principais propostas e conclusões do Encontro, além de documentos que subsidiaram as discussões ali ocorridas.

Acervo ISA

Programação do II Encontro Nacional de Coordenadores de Projetos na Área de Educação Indígena

Dia 24 de novembro de 1998

Manhã

Na parte da manhã ocorreu a solenidade de abertura com palestras proferidas pelos professores indígenas Euclides Macuxi (coordenador da Coiab) e Gersen Baniwa (Secretário Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira/AM), pela Profa. Iara Prado (Secretária do Ensino Fundamental do MEC) e pela Profa. Dra. Ruth Cardoso (Presidente do Programa Comunidade Solidária).

Na segunda parte dos trabalhos, Ivete Campos, Nietta Monte, Teresa Maher e Darlene Taukane fizeram uma explanação do que se pretendia durante os quatro dias de trabalho do Encontro. Feita uma apresentação dos objetivos e propósitos do Encontro, tratou-se de expor a metodologia de construção, linhas básicas e enfoque central do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEIs).

No final do período da manhã foram distribuídos um kit do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas para cada participante.

Tarde

No período da tarde, os consultores responsáveis pela redação de partes do documento do RCNEIs apresentaram, em linhas gerais, as diferentes áreas de conhecimento contempladas no RCNEIs, sintetizando as propostas pedagógicas e os conteúdos propostos. A mesa foi coordenada por Luís Donisete Grupioni, e

Acervo ISA

dela fizeram parte: Nietta Monte, Teresa Maher, Márcia Spyer, Kleber Gesteira, Jackeline Mendes, Gersen Baniwa, Jussara Gruber. Ao término desta apresentação, abriu-se para o debate.

Dia 25 de novembro

Manhã

Na primeira parte da manhã, alguns professores indígenas participantes do Encontro apresentaram palestras sobre o rumo da educação escolar indígena no país a partir de suas experiências. A mesa foi coordenada por Ivete Campos e contou com a participação dos professores indígenas Célia Kaingang, Euclides Macuxi, Darlene Taukane, Jadir Neves, Algemiro Guarani, José Aguinaldo Xukuru, Maria de Lourdes Guarani, Natalino Góg Crespo, Gersen Baniwa e Joaquim Mana Kaxinawá.

Na segunda parte da manhã, as organizações não-governamentais de apoio aos índios e representantes de universidades que desenvolvem projetos de educação em áreas indígenas fizeram uma explanação de seus trabalhos.

Tarde

O período da tarde foi reservado para os representantes das Secretarias Estaduais de Educação apresentarem o trabalho desenvolvido na área de educação escolar indígena em seus estados, priorizando impasses e avanços na consolidação da política de educação indígena. Para esta apresentação, que teve a coordenação do Prof. Gersen Baniwa, foi enviado previamente um questionário, cujas respostas encontram-se reproduzidas no final deste relatório.

Acervo ISA

Seguiu-se um período de debates e apresentação de propostas para superar impasses e dificuldades relatadas ao longo do dia.

Dia 26 de novembro

Manhã

Trabalhos de grupos, por regiões geográficas (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), para traçar estratégias de distribuição, discussão e implementação dos RCNEIs. Cada GT escolheu um relator para apresentar em plenário as considerações e propostas discutidas.

Tarde

Mesa redonda sobre a proposta de realização de um censo escolar indígena e sobre os dados atualmente disponíveis sobre a educação indígena com Ednar Maria Diniz, Ivete Campos e Luís Donisete Grupioni.

Na segunda parte da tarde foi realizada uma palestra sobre o Programa TV Escola e a Educação Indígena, enfocando o uso do kit tecnológico nas áreas indígenas e o vídeo como material didático, pelo videomaker Vincent Carelli. Segui-se uma sessão de vídeos.

Dia 27 de novembro

Manhã

Cada Grupo de Trabalho, por região, apresentou os resultados da discussão do dia anterior e foi sintentizada as propostas construídas durante o encontro. O Encontro foi encerrado com uma palestra da profa. Virgínia Zélia de Azevedo Rabeis Farha.

Acervo ISA

Conclusões e Encaminhamentos propostos pelos participantes

Os participantes do II Encontro Nacional de Coordenadores de Projetos na Área de Educação Indígena, realizado em Brasília de 24 a 27 de novembro de 1998, consideram fundamental o encaminhamento das propostas abaixo relacionadas, a fim de implementar uma política educacional específica para os povos indígenas, que garanta a inclusão de suas escolas nos sistemas educacionais do país, respeitando suas línguas, culturas e tradições. Para que estas propostas tenham sucesso, os participantes consideram fundamental a articulação do Ministério da Educação e do Desporto com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como com os fóruns de articulação dos secretários estaduais (CONSED) e municipais (UNDIME). Consideram, ainda, urgente a participação do Conselho Nacional de Educação, regulamentando diferentes aspectos relacionados ao cotidiano das escolas indígenas.

Após várias discussões e trabalhos de grupos, os participantes do II Encontro aclamaram as seguintes propostas e solicitam que estas sejam encaminhadas ao Ministério da Educação e do Desporto, ao CONSED, a UNDIME e ao Conselho Nacional de Educação:

Criar a categoria "Escola Indígena", com critérios de legislação e normatização próprios, de acordo com a Política Nacional de Educação Indígena expressa em vários documentos oficiais, em especial nas Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena e no recém-lançado Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.

Definir, com a máxima urgência, as competências dos diferentes sistemas de ensino no que se refere a todas as questões da Educação Escolar Indígena.

Acervo ISA

Tornar mais efetiva e enérgica a relação do Ministério da Educação do Desporto com os governos estaduais e municipais, no sentido de que se concretize uma política pública direcionada à Educação Escola Indígena.

Gerar e encaminhar às Secretarias Estaduais de Educação documento sobre as diretrizes da política nacional de educação escolar indígena, conclamando-as a levarem à prática suas determinações.

Incentivar (atendendo disposto constante na Portaria 559) a criação, dentro das secretarias estaduais de educação, de instância oficial específica para a educação escolar indígena, com a efetiva participação das organizações indígenas e das entidades governamentais e não governamentais locais que atuam no campo da educação escolar indígena.

Recomendar aos Conselhos Estaduais de Educação que dêem início ao reconhecimento oficial dos cursos de formação de professores indígenas desenvolvidos por ONGs e outras instituições (como Universidades), mesmo antes de ser legislada e normatizada a questão da Educação Escolar Indígena pelo Conselho Nacional de Educação.

Solicitar à UNDIME a organização e realização de encontros com as Secretarias Municipais de Educação para discussão das questões da educação escolar indígena e do Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas.

Recomendar aos municípios que têm Conselhos de Educação, Saúde e Agricultura, a inclusão de representantes indígenas entre seus membros.

Recomendar que as Secretarias Estaduais de Educação assegurem os recursos necessários à consecução dos projetos de formação de professores indígenas, de produção e publicação de materiais didático-pedagógicos, bem como os de construção, ampliação, reforma das escolas e aquisição de equipamentos

Recomendar que o MEC assegure os recursos necessários à implementação do Referencial Curricular Nacional para as Escola Indígenas, incluindo a realização de encontros de professores indígenas, em nível regional ou estadual, específicos para a discussão e estudo desse Referencial; da mesma

Acervo ISA

forma, possibilitar ou incentivar a realização de ciclos de estudos do RCNEI pelo corpo técnico das Secretaria e pelos Núcleo de Educação Escolar Indígena nos Estados.

Atuar normativamente, através de Portarias ministeriais, em relação a certos aspectos relevantes para a educação escolar indígena.

Implementar a flexibilização de exigências para a inclusão das escolas indígenas em determinados programas específicos (Biblioteca Escolar, TV Escola, etc) e a criação de programas específicos para a educação escolar indígena.

Propor ao MEC a ampliação dos itens financiáveis em projetos de educação escolar indígena propostos por organizações indígenas e de apoio aos índios, para incluir custos como transporte terrestre e fluvial, alimentação e materiais didáticos.

Informar e orientar as secretarias municipais e estaduais sobre o Fundo de Valorização do Magistério, a fim de garantir aos professores indígenas a remuneração salarial e demais benefícios a que têm direito.

Recomendar que as Secretarias Estaduais de Educação organizem, onde houver demanda, o nível de 5ª a 8ª série do 1ª Grau, bem como o do ensino médio para atender aos alunos indígenas.

Prever, no desenvolvimento de programas de educação escolar indígena, o reconhecimento e apoio a ações voltadas para a educação em seu sentido mais amplo, ou seja, aquelas que visam garantir formas de auto-sustentação e autonomia das comunidades indígenas.

Incluir no Censo Escolar do Ministério da Educação e do Desporto a coleta de informações detalhadas sobre escolas indígenas, inclusive buscando a identificação de informações sobre a existência de alunos indígenas em escolas não indígenas.

Interagir com outras áreas de atuação no Ministério da Educação e do Desporto - modalidades especiais de ensino (Ensino à Distância, Educação de

Acervo ISA

Jovens e Adultos, Ensino Profissionalizante, etc), para obter subsídios e apoio na educação escolar indígena.

Articular-se com outros Ministérios, em especial os de Cultura, Saúde, Agricultura e Meio Ambiente, para elaborar programas integrados de atendimento às comunidades indígenas.

Fazer chegar às Universidades informações sobre a política pública nacional de educação indígena, solicitando sua colaboração em forma de parcerias nos projetos de formação de professores indígenas.

Sugerir ao MEC a criação de um Grupo de Trabalho para:

- discutir a questão da educação escolar indígena de jovens e adultos, bem como formas de financiamento para programas dirigidos a essa demanda;
- estudar e formular uma proposta adequada para a formação de professores indígenas em nível superior.

Propor que o Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena realize um um diagnóstico sobre a situação atual do tratamento das questões referentes à educação escolar indígena no âmbito dos Conselhos Estaduais de Educação, a fim de gerar subsídios e encaminhar alternativas, possibilitando a implantação e o reconhecimento oficial de novas experiências educacionais, quer no que se refere a criação de escolas indígenas, quer em relação aos curso de formação de professores indígenas.

Rever as estruturas e o funcionamento da Coordenação Geral de Apoio de às Escolas Indígenas, ampliando sua infra-estrutura, de forma a poder atender às demandas crescentes e ampliar sua capacidade de articulação com as Secretarias Estaduais de Educação.

Reativar as atividades antes desenvolvidas regularmente pelo Comitê Nacional de Educação Indígena, definindo pautas anuais de reuniões e assessoria aos Núcleos de educação indígena nos estados e municípios.

Possibilitar a atuação de membros do Comitê Nacional de Educação Indígena junto aos Conselhos Estaduais, para informação e sensibilização destes órgãos.

Acervo ISA

Ampliar o corpo de Assessores e Consultores do Ministério da Educação e do Desporto, na área de educação escolar indígena, incluindo especialistas indígenas.

Incluir na pauta das próximas reuniões do Comitê Nacional de Educação Indígena Nacional de Educação Indígena a discussão das questões levantadas neste Fórum, a fim de gerar sugestões e propostas para seu adequado encaminhamento.

Ampliar, no Comitê, a representação indígena da região Nordeste.

Garantir, sempre que houver demanda, a presença ou inclusão efetiva de consultores/assessores nos projetos de educação escolar indígena (formação de professores, acompanhamento, avaliação, etc).

Gerar mecanismos de informação contínua às comunidades indígenas e demais interessados sobre as ações referentes à educação escolar indígena, mediante a criação de um Boletim de Educação Indígena no Ministério da Educação e do Desporto.

Promover ou apoiar a realização de Cursos para formação de formadores, em nível regional, estadual e municipal.

Incentivar a realização de estudos sobre o impacto da escola na realidade da aldeia indígena, através de apoio à pesquisa pelo Inep ou outro órgão vinculado ao MEC.

Apoiar e financiar, em parceria com o Ministério da Cultura, ações e projetos voltados para a revitalizacção, reafirmação e reelaboração das diversas culturas indígenas brasileiras:

- incentivando a preservação de bens materiais e imateriais;
-apoiando o registro da memória oral;
- promovendo a divulgação das culturas indígenas junto à sociedade não indígena em geral, e às escolas em particular.

Viabilizar a criação de videoteca destinada às escolas indígenas, com documentários sobre a realidade dos distintos povos e outros temas pertinentes à educação escolar indígena.

Acervo ISA

Promover um Encontro Nacional Indígena de Contadores de História e Produtores de Literatura Escrita Indígena.

Assegurar e liberar recursos para projetos que permitam uma melhor comunicação e articulação de professores indígens, inclusive em termos de organização e manutenção das Associações de Professores Indígenas.

Solicitar que as Secretarias de Educação promovam cursos e seminários envolvendo seus técnicos para realizar um estudo da legislação pertinente sobre educação escolar Indígena, bem como sobre questões teóricas e epistemológicas ligadas a problemas como: o que é educação diferenciada?, quem é o professor e o aluno indígena?, o que e como se deve trabalhar na escola indígena?.

Buscar mecanismos que possam garantir o ingresso de alunos indígenas na universidade pública.

Criar uma dotação orçamentária específica para garantir programas de formação de professores indígenas.

Sugerir que os Estados criem Conselhos Estaduais de Educação Indígena para a regulamentação e oferta da educação indígena.

Possibilitar a realização de encontros regionais de professores indígenas, tendo em vista a implementação do RCNEI.

Criar nas Secretarias Estaduais de Educação grupos de estudos interdisciplinares e intersetorial para estudo e discussão do RCNEI, com a participação de técnicos, professores indígenas e especialistas em diferentes áreas do conhecimento, com vistas a multiplicar o conhecimento sobre a escola indígena e a estabelecer o currículo das escolas indígenas do Estado.

Criação de mecanismos que permitam fiscalizar o atendimento da demanda das comunidades indígenas por uma educação escolar diferenciada e de qualidade.

Sugerir ao MEC que priorize as organizações de professores indígenas e demais organizações indígenas na divulgação de possibilidades de financiamento de projetos (prazos e formulários).

Acervo ISA

Melhorar a articulação da Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas com departamentos e órgãos do MEC responsáveis pelo gerenciamento de programas de atendimento ao estudante, de forma a incluir as escolas indígenas nestes programas e garantir sua especificidade (TV Escola, Livro Didático, Merenda Escolar, etc).

Elaborar instrumentos de informação sobre as ações do MEC na área da educação escolar indígena voltado para as organizações indígenas, secretarias estaduais e municipais de educação e organizações não-governamentais.

Acervo ISA

Estratégias de distribuição, discussão e implementação do RCNEIs: resultado dos trabalhos de grupo por região

Os participantes do II Encontro discutiram, em grupos organizados pelas cinco regiões geográficas do país, as estratégias para distribuição, discussão e implementação do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. O resultado deste trabalho foi apresentado na plenária do II Encontro e sintetizado.

Propostas gerais apresentadas pelos participantes na plenária

Diante da importância do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, os participantes do II Encontro consideram fundamental garantir uma ampla parceria entre todos os atores envolvidos com a oferta da educação escolar indígena e com a formação de professores indígenas, de forma a potencializar os esforços e a somar iniciativas. Cabe ao MEC assumir esta tarefa de articulação nacional, providenciando o envio dos kits e do RCNEIs para todos os Estados, promovendo a ampla divulgação do material e apoiando financeiramente as iniciativas locais de distribuição, discussão, implementação e aplicação do material. É consenso que o RCNEIs tem dois públicos-alvos: os professores indígenas e os técnicos ligados à educação escolar indígena. Estratégias diferenciadas deverão ser adotadas de forma que estes dois públicos possam ser alvo de cursos, programas e estudos, que permitam uma compreensão adequada dos RCNEIs e sua implementação no cotidiano escolar. O momento de distribuição e discussão do RCNEIs deverá ser utilizado para sensibilizar autoridades e órgãos governamentais, como secretarias de educação e os conselhos estaduais de educação, para a especificidade da educação escolar indígena. Cursos de formação de professores indígenas deverão abrir um espaço para o trabalho com os RCNEIs.

Acervo ISA

APLICAÇÃO

- Nos cursos de formação, discussão dos pontos mais interessantes por disciplina e povo.
- Distribuição imediata e simultânea para professores indígenas, técnicos, apoiadores, formadores de professores.
- Organização de um roteiro de como utilizar o material.
- Ações a curto prazo: lançamento, distribuição.
- Ações a médio prazo: leitura e compreensão.
- Ações a longo prazo: aplicação nas disciplinas em área indígena/pedagogia indígena.

LEITURA / COMPREENSÃO

- Cada usuário deve ser considerado na sua especificidade.
- Criação de uma comissão para orientar na utilização do documento.
- Leitura nos cursos de formação.
- Seminário e encontros para apresentação e discussão do Kit.
- Leitura iniciada pelos professores e comunidade para seleção no documento do que é mais importante para cada povo.

IMPLEMENTAÇÃO DOS RCNEIs

1. Princípios Gerais
   - RCNEIs - referência, diretriz para o trabalho não como camisa de força.
   - Multi e interdisciplinariedade.
   - Inter-institucionalidade.
   - Participação efetiva dos professores e lideranças indígenas.
   - Envolvimento das 04 esferas (Federal, Estadual, Municipal e ONGs).
   - Financiamento para todos os trabalhos pelo MEC.

2. Diretrizes Gerais:
   2.1. Informação:
   2.1.1. Situação da realidade de cada Estado
   - Etnias
   - Numero de escolas / professores
   - Cursos de formação de professores (o que existe, em que estágio se encontra, quais os resultados / desafios)

Acervo ISA

2.2. Divulgação:

- Nas escolas / comunidades indígenas.
- Nas instituições envolvidas.
- Sistemas públicos de ensino (Estadual, Municipal, Federal).
- Instituições de formação de professores.

2.3. Formação / Estudo:

2.3.1 Curso de Formação de Professores Indígenas.

- Análise / Avaliação / Proposições.
- Tratamento específico das questões curriculares.
- Criar uma disciplina específica nos Cursos de Formação de Professores Indígenas, para subsidiar os professores na elaboração dos currículos específicos e diferenciados.
- Criar grupos de estudos nos Estados para trabalharem os RCNEIs. (Interdisciplinar).

2.3.2 Criação / Reforço dos grupos de trabalho

- Intrainstitucional
- Interinstitucional

2.4. Planejamento / Acompanhamento / Avaliação:

- Identificar os parceiros / gestores.
- Elaborar e executar um plano de ação.
- Definir competências dos parceiros.
- Incluir efetivamente os municípios nas discussões dos RCNEIs.
- Elaborar e executar um plano de acompanhamento às escolas indígenas, para subsidiar a construção de seus currículos.

2.5. Sensibilização do Poder Público.

- Solicitar audiência com o Governador do Estado (garantia de uma política pública).
- Agendar encontro com o Conselho Estadual de Educação (apresentar documento informativo / propositivo e materiais didáticos já produzidos.)
- MEC: sugerir criação de Câmara de Educação Indígena ao Conselho Nacional de Educação e, através deste, aos Conselhos Estaduais de Educação.

3. Encaminhamentos específicos por conta da realidade de cada Estado.

Acervo ISA

Propostas apresentadas por cada grupo de trabalho

1. Grupo de trabalho da Região Centro-Oeste

Distribuição do RCNEIs:

em Mato Grosso: Instituto Socioambiental, CIMI e Secretaria de Educação (esta mandará para as demais escolas e para as do projeto Tucum);

em Mato Grosso do Sul: DEMEC e parcialmente Secretaria estadual e municipais; aproveitar a distribuição para sensibilizar o Núcleo de Educação Indígena (todos os parceiros), comprometendo a SEC nesse trabalho;

em Goiás: FUNAI e DEMEC.

É desejável que alguns dos materiais publicados presentes no Kit possam ser utilizados como material didático pelos alunos indígenas, o que requereria uma nova impressão, com uma tiragem maior, dos referidos materiais.

Realização de seminários e encontros regionais de professores indígenas. É preciso Ministério da Educação e do Desporto apoie financeiramente a demanda de combustível e alimentação.

Providenciar o envio do kit para as secretaria de educação municipais e também para escolas não indígenas onde haja alunos índios.

Orrganização de equipe para estudar o RCNEIs.

Salienta-se que na Faculdade de Dourados foi incluída uma disciplina de Educação Indígena e no Curso de Pedagogia, da Universidade Católica Dom Bosco, foi criada linha de pesquisa em educação indígena, no Mestrado em Educação.

Acervo ISA

2- Grupo de trabalho da Região Sul

Criação, pelo Núcleo de Educação Indígena, de um Grupo de estudos interdisciplinar, intersetorial, para refletir sobre o Referencial, composto por professores índios e especialistas nas diversas áreas, envolvendo as Universidades trabalhando no mínimo quatro horas semanais, visando multiplicar os conhecimentos junto às escolas indígenas e estabelecer o currículo estadual e, posteriormente, o currículo de cada escola. O MEC deve garantir recursos para a operacionalização deste Grupo, via Projeto específico.

Prever a realização de encontros que assegurem a unidade regional.

A partir da reunião inicial do Núcleo de Educação indígena, cada estado apresentará sua proposta e programações, dando continuidade às ações já iniciadas e propondo outras, com visitas às escolas, encontros estaduais e por micro-regiões, com a necessária divulgação e mobilização de todos os parceiros que atuam na educação.

As propostas e ações de cada estado deverão ser apresentadas e analisadas em Encontro Regional, apoiado técnica e financeiramente pelo Ministério da Educação e do Deporto, com o objetivo de estabelecer uma unidade operacional entre as nações indígenas distribuídas pelos três estados.

A formação dos técnicos das Sec estadual e municipais, bem como dos demais componentes do Núcleo de Educação Indígena, será realizada nos estados, com o apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação.

Sugere-se que seja aberto um canal de comunicação com o Grupo de Trabalho do Comitê que sistematizou o RCNEIs para que o mesmo possa assessorar e orientar os trabalhos que serão desenvolvidos pelos NEIs.

Sugere-se, também, a utilização dos programas de Educação à Distância e da TV-Escola na formação dos técnicos.

Acervo ISA

Com o objetivo de sensibilizar os Conselhos estaduais, sugere-se encaminhar a eles documento explicando mais claramente o Referencial e as diretrizes da Política Nacional de Educação Indígena.

Realização de visitas dos representantes do Núcleo de Educação Indígena ao Conselho de cada um dos estados, objetivando criar canais de diálogo e cooperação para a oferta da educação escolar indígena.

O Ministério da Educação e do Desporto deve viabilizar encontros de representantes do Grupo de Trabalho do Comitê e demais produtores do Referencial com os Conselhos Estaduais de Educação.

A distribuição do Referencial e do Kit que o acompanha deverá ser feita pelas Delegacias de Educação/RS, Núcleos Regionais de Educação/PR e Coordenadorias Regionais de Educação/SC, com o apoio da FUNAI.

3. ***Grupo de trabalho da Região Norte***

O grupo da Região Norte seguiu os pontos colocados no roteiro preparado pelo Ministério da Educação e do Desporto apresenta as seguintes considerações e sugestões para a distribuição e aplicabilidade dos RCNEIs :

Enfatizamos, nas discussões, que a distribuição do documento deverá caminhar paralelo à busca de soluções, respostas e encaminhamentos urgentes de questões e pontos administrativos e pedagógicos que ainda estão emperrando o andamento e avanço de ações escolares indígenas. Se assim não for, o documento poderá ser um artigo sem utilidade, que não vai colaborar com a melhoria da educação escolar indígena no país.

Foi colocado que o RCNEIs é um instrumento que terá efeito principalmente para técnicos, legisladores e para afirmar uma definição pedagógica indígena. Os professores índios, na verdade, vão conhecer/estudar o documento em um tempo mais longo, visto que a urgência é mesmo solucionar

Acervo ISA

estes pontos que dificultam a relação com o estado brasileiro e o próprio funcionamento das escolas indígenas. Estes pontos mencionados são:

- regulamentação, legislação, normatização sobre escolas/ educação indígena;
- linhas e políticas de financiamento melhor definidas e agilizadas;
- clareza ou melhor compreensão do funcionamento do Ministério da Educação e do Desporto nos aspectos jurídicos, administrativos. Isto é, necessita-se que se tenha maior clareza sobre as esferas de competência do Ministério da Educação e do Desporto, dos estados e municípios;
- manutenção das escolas (a quem de fato compete ?);
- encaminhar sobre o acompanhamento de recursos e ações nos municípios.

Embora tendo estas questões acima citadas como o núcleo da discussão, consideramos que também seria importante cumprirmos o objetivo do trabalho e do Encontro e neste sentido sugerimos para a distribuição e aplicabilidade dos Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas o que segue a seguir. Ficou claro, na discussão, que não podemos perder de vista que o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas deverão ser referência para que os Povos Indígenas, ou cada grupo de professores índios, estruture seu currículo escolar. Este documento não deverá ser receita como enfatizou a mesa composta pela equipe de elaboração. E os Currículos serão construídos e organizados por cada povo indígena.

Discutimos sobre as diferentes formas de aplicação e compreensão e que cada um de nós, representantes ali presentes, devemos nos empenhar nesta aplicabilidade para que com o documento RCNEIs não seja repetida a experiência dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que chegou em todas as Secretarias e muitas vezes em escolas muito distantes, nos altos rios da Amazônia, mas sem nenhuma condição ou estratégia de uso, leitura, compreensão por professores e demais profissionais da educação.

A leitura terá estratégias muito próprias de cada grupo de pessoas que for estudá-lo.

Acervo ISA

Para assegurar a eficiência da aplicabilidade sugerimos que seja criado nos estados um grupo interinstitucional que se responsabilize pelo acompanhamento e veja como as secretarias vão receber e transformar/incorporar o documento em práticas educativas em âmbito estadual.

Este grupo também deverá acompanhar como os destinatários índios vão compreender estes RCNEIs e ver se está próximo à prática destes professores.

Operacionalmente pensamos e sugerimos:

1. A distribuição é responsabilidade do Ministério da Educação e do Desporto.
2. Apoiar e preparar este grupo interinstitucional para levar o documento até os municípios.
3. Construir e firmar parcerias de diferentes ordens para distribuição e uso: organizações indígenas, universidades, ONG.
4. O Ministério da Educação e do Desporto deverá orientar, normatizar em um documento o uso, estudo e a distribuição do material para as aldeias.
5. Os estados, a partir daí, vão montar suas estratégias de distribuição com esse grupo interinstitucional acima citado.
6. Considerar os espaços de cursos de formação de professores indígenas e fazer o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas conteúdos destes Cursos. As estratégias de uso ficam a critério de cada Programa e Projeto de Educação.

Chamamos atenção para estas questões:

- Para os 2 públicos que o documento vai atingir: professores índios e técnicos não-índios e demais educadores de instâncias estadual e municipal de poder público. Pensamos em criar e aproveitar espaços de formação com este público e pontecializá-los, já que são espaços multiplicadores.

- Ainda mencionamos que o documento vai chegar onde já está sendo desenvolvido programas de educação indígena. Onde ainda não está o Ministério da Educação e do Desporto deverá intensificar/reafirmar a importância de desenvolver tais programas e aí os RCNEIs serão incentivo, estímulo para novas propostas.

Acervo ISA

Por último falamos da falta de recursos financeiros para execução das propostas e da urgência de alteração na política de financiamento para educação escolar indígena.

Outra linha discutida foi a divulgação dos RCNEIs. A divulgação para nós, tanto pode favorecer a criação de uma opinião pública mais favorável em relação a questão indígena, como pode sensibilizar figuras chaves de poderes públicos para incremento às ações de educação escolar indígena. Para isso sugerimos:

- em nível e contexto mais amplo pensamos em promover debates, cursos, seminários promovidos nos estados ou incluindo na pauta de eventos já planejados por algumas instituições;

- organizar campanhas e/ou matérias em rádios, jornais, tvs;

- incluir o documento em planos de cursos de licenciatura.

Outras sugestões e propostas:

Um dos professores índios, Isaac Pianko, sugeriu que fosse elaborada uma cartilha sobre o funcionamento e estrutura do MEC e como estes outros setores do Ministério podem trabalhar junto com a Coordenação de Educação Escolar Indígena.

Tivemos duas profissionais de saúde no grupo que enfatizaram a necessidade e importância de uma atuação conjunta entre as áreas de saúde e educação. Uma delas é membro da gerência técnica da FNS e colocou-se à disposição para construir planos de trabalho conjunto que seriam desenvolvidos em algumas Terras Indígenas de modo que recursos financeiros da FNS pudessem ser alocados para estas duas áreas de trabalho, desde que cumprindo objetivos também da saúde (como aumentar a capacidade de imunização nas comunidades Indígenas).

Acervo ISA

4- Grupo de trabalho da Região Nordeste

De acordo com os participantes indígenas, o RCNEIs é um instrumento que terá efeito principalmente para técnicos, legisladores e, sobretudo, para a definição pedagógica indígena.

Essa distribuição deve seguir normas gerais tais como: identificação do material, centralização do mesmo nas Secretarias Estaduais de Educação, redistribuição através de eventos – Cursos, Seminários, Cursos de Formação.

Para a implementação do RCNEIs deve-se proceder a uma ampla divulgação nas escolas, nas comunidades indígenas, nos sistemas públicos de educação, nas instituições de formação de professores.

Nos Cursos de Formação de Professores Indígenas proceder à análise e avaliação das propostas, dando tratamento específico às questões curriculares. Os instrutores deverão discutir os RCNEIS por áreas específicas do conhecimento, criando-se uma disciplina especifica nos cursos de formação.

Criar grupos de estudo nos Estados de caráter intrainstitucional, interisntitucional e interdisciplinar.

O planejamento, acompanhamento e avaliação deve ser realizado através de um plano de ação com definição dos parceiros/gestores e suas competências, com inclusão efetiva dos municípios nesse plano. Sensibilizar o Poder Publico (Governador do Estado, etc), o CEE, apresentando documento informativo.

Sugerir a criação de uma Câmara de Educação Indígena ao Conselho Nacional de Educação e, através deste, aos Conselhos Estaduais de Educação.

Acervo ISA

5- Grupo de trabalho da Região Sudeste

O lançamento e distribuição do RCNEIs deve ser feito em etapas a curto, médio e longo prazo. O lançamento oficial deve ser articulado com o Ministério da Educação e do Desporto. SEDUC e Universidades, e a mídia mobilizada para isso.

A leitura e compreensão do RCNEIs deve ser orientada no sentido de fazer ressaltar o caráter indígena da proposta. Nesse sentido, uma orientação à leitura crítica por parte dos professores indígenas deve ser indicada tanto nos Cursos de Formação, quanto no acompanhamento realizado pelos técnicos da SEDUC. Essa leitura não pode ser forçada, mas estimulada para a compreensão das disciplinas segundo a pedagogia indígena, com participação das comunidades.

A distribuição deve ser imediata atingindo simultaneamente professores indígenas, técnicos e apoiadores.

Em síntese, as ações a curto prazo referem-se ao lançamento e distribuição; a médio prazo, leitura e compreensão, e, a longo prazo, aplicação nas disciplinas em área indígena.

Dos quatro estados componentes da região sudeste, Rio de Janeiro e São Paulo não têm projetos de Curso de Formação. Houve solicitação de que o Ministério da Educação e do Desporto reveja essa questão que se torna crucial para o atendimento às populações indígenas destes estados.

Acervo ISA

Distribuição do Kit de Material para as Escolas Indígenas e Referencial Curricular para as Escolas Indígenas

Região Sul:

Rio Grande do Sul	- 39 escolas	166 prof.
Santa Catarina	- 25 escolas	45 prof.
Paraná	- 27 escolas	107 prof.

- **RIO GRANDE DO SUL:**

Instituições que podem colaborar: FUNAI - Passo Fundo, APBKG, COMIN, Secretaria Estadual de Educação - NEI, UNIJUI e DEMEC.

Enviar o RCNE-Indígena para o Núcleo de Educação Indígena, Secretaria Estadual de Educação.

Endereço:
Secretaria Estadual de Educação - NEI
Av. Borges de Medeiros nº 1501
CEP: 90119-900
Porto Alegre - RS

- **SANTA CATARINA**

Instituições que podem colaborar: Secretaria Estadual de Educação - NEI e DEMEC - SC.

No Encontro não houve participação do Estado de Santa Catarina. Enviar o RCNE-Indígena para a Secretaria Estadual de Educação.

Endereço:
Secretaria Estadual de Educação - NEI
Rua Antônio Luz 111 5º Andar
CEP: 88010-410
Florianópolis - SC

- **PARANÁ**

Instituições que podem colaborar na distribuição do RCNE-Indígena: Grupo Ming , FUNAI - Londrina, NEI - Paraná.

Enviar o RCNE-Indígena para o Núclo de Educação Indígena - Secretaria Estadual de Educação e para a Univesidade Estadual de Londrina.

Endereço:
Secretaria Estadual de Educação - NEI
Av. Água Verde 1682
CEP: 80240-900
Curitiba - Paraná

Acervo ISA

Região Sudeste:

São Paulo	- 6 escolas	18 prof.
Rio de Janeiro	- 2 escolas	5 prof.
Espirito Santo	- 5 escolas	12 prof.
Minas Gerais	- 23 escolas	58 prof.

- **SÃO PAULO:**

No Encontro não houve participação do Estado de São Paulo.

Instituições e pessoas que podem colaborar: Mauricio Fonseca e equipe de trabalho do Programa Comunidade Solidária (Helena di Biase), Bauru - Universidade Sagrado Coração de Jesus, Gisiane S. Monteiro e CTI - SP.

Sugerimos que os Kit e os RCNE-Indígena sejam enviados para a coordenação do programa Comunidade Solidária, pois tem tido um envolvimento maior com as comunidades indígenas

Endereço:
A/C Mauricio Fonseca
Comunidade Solidária
Rua Iguatemi,107, 6° Andar Itaim-bibi
CEP: 01451-011 São Paulo - -SP

- **RIO DE JANEIRO:**

Deverão receber o RCNE-Indígena

Prefeituras Municipais (4) Angra dos Reis, Parati, Mangaratiba, Itacuruça.

Secretaria de Educação (4) Angra dos Reis, Parati, Mangaratiba, Itacuruça,

Escolas Municipais do entorno de Angra dos Reis	2
Agência Est. Polo de Educação	1
Esc. Estadual Nazira Salomão	1
Bibliotecas públicas	4
Biblioteca pública RJ.	6
Museu do índio RJ	1
CEDAC/UFF	1
CIMI	1
Usina Nuclear	1
Escolas Indígenas	2
Cursos Normais / escolas	20
Universidades	20
UFF	5
UFRJ	5

Acervo ISA

UERJ	5
UFRRJ	5
Museu do índio	5
Bibliotecas públicas RJ	20
Prof. Indígenas	9

Duas Escolas Indígenas receberão o Kit.

A DEMC-RJ continuará responsável pelo material e entrará em contato com as instituições relacionadas acima.

Endereço:

Secretaria Estadual de Educação - NEI

Rua da Imprensa, 16 - 16° Andar - Palácio Gustavo Capanema

CEP: 20030-110 Rio de Janeiro - RJ

- **ESPÍRITO SANTO:**

Relação das Instituições que deverão receber o Referencial:

SEDU	02
SEMED	02
DEMEC	01
IDEA	02
Past. Ind.	01
CIMI	01
FUNAI	01
UFFES	02
Associação Indígena Tupinikim e Guarani	01
Biblioteca Estadual do E.S	01
Biblioteca Municipal de Aracruz	01
Facha de Aracruz	01
Escolas de Magistério	03
Escolas indígenas	10 (6 escolas de Pré à 4ª série e 4 escolas de jovens e adultos)
Municípios de entorno	10
Superintendências Regionais de Educ.	06

Acervo ISA

A Secretaria Municipal de Aracruz, sob a responsabilidade de Zelia Dalva Giovani, deverá ser a instituição responsável pela recepção do material (RCNE-Indígena e o Kit) e se encarregará da distribuição em todo Estado.

O Kit deverá ser mandado apenas para as dez escolas indígenas.

Os quarenta educadores que participam do Curso de Formação de Educadores Tupinikim e Guarani deverão receber o RCNE-Indígena.

Endereço:
Secretaria Municipal de Educação - Aracruz
A/C Zélia Dalva Giovani
Rua Gerenal Aristides Guaraná nº 38 Centro
CEP: 29190-000 Aracuz - ES

- **MINAS GERAIS:**

A Secretaria Estadual de Educação será responsável por todo material.
Receberão o RCNE-Indígena:

FUNAI	2
UFMG	10
IEF	3
IEPHA	1
CEE	3
SEE- MG	16
Esc. Indígenas(dois para cada um)	62
UEMG	2
Pref. Mun. Ent. Escolas	12
CIMI	1
CEDEFES	1
PUC	2
SRES	8
Docentes índios	70
Prof. docentes	60
SRES	48
Total -	120 - RCNE-Indígena

Receberão o Kit 31 Escolas Indígenas.

Acervo ISA

Endereço:
Secretaria Estadual de Educação - NEI
Rua dos Inconfidentes, 1011 5° Andar Funcionários
CEP: 30140-120 Belo Horizonte-MG

Centro Oeste:

Mato Grosso do Sul	- 103 escolas	252 prof.
Mato Grosso	- 140 escolas	275 prof.
Goiás	- 2 escolas	2 prof.

- **MATO GROSSO:**

Instituições que podem colaborar na distibuição do RCNE-Indígena: SEDUC/Conselho Ed. Indígena do MT, ISA - Parque do Xingu, FUNAI - Cuiabá, FUNAI de Barra do Graça, FUNAI - Tangará da Serra, Região dos Caiapó - Maria Elisa Leite, Projeto Tucum.

Os Kits e os RCNE-Indígena deverão ser enviados para Secretaria Estadual de Educação - MT:
Endereço:
Secretaria Estadual de Educação - NEI
Av. Getúlio Vargas, 451
CEP: 78005-600 Cuiabá-MT

- **MATO GROSSO DO SUL**

Instituições que podem colaborar na distibuição do RCNE-Indígena: UCDB, Organização de Prof. Guarani Kaiwá - Amambai, Secretaria Municipal de Educação - Amambai e CIMI - Dourados.
Endereço:
Secretaria Estadual de Educação - NEI
Parque dos Poderes - Bloco V
CEP: 79031-902 Campo Grande - MS

Acervo ISA

• **GOIÁS**

Enviar para Secretaria Estadual de Educação

Endereço:

Secretaria Estadual de Educação - NEI

Rua 82s/a Centro Administrativo - 4° Andar sala 400

CEP: 78005-600 Goiânia - GO

Região Nordeste

Maranhão	-	117 escolas	107 prof.
Ceará	-	23 escolas	23 prof.
Paraíba	-	27 escolas	98 prof.
Pernambuco	-	66 escolas	141 prof.
Alagoas	-	13 escolas	40 prof.
Sergipe	-	1 escolas	4 prof.
Bahia	-	37 escolas	117 prof.

• **MARANHÃO:**

Instituições que podem colaborar na distribuição do RCNE-Indígena: SEDUC, CTI - (Timbira), FUNAI - Imperatriz e Associação VyTy Katy.

Endereço:

A/C João Carlos Martins

Secretaria Estadual de Educação - NEI

Rua Osvaldo Cruz, 775 Centro

CEP: 65051-630 São Luiz - MA

• **CEARÁ**

Receberão o RCNE-Indígena:

Etnias	Escolas	Professores
Jenipapo - Kanindé	02	02
Kanindé	02	06
Pitaguary	02	06
Tapeba	04	06
Tremembé	22	29
Kalabaça	02	03

Acervo ISA

Potyguara	02	03
Tabajara	02	03
Kaniri	02	03
Tupinanbá	02	03
Total	32	46

Observações:

1- Os povos: Kariri, Pitanguary e Tupinambá ainda não tem escolas funcionando em suas terras. Porém existem a necessidade, urgente, de serem implementadas

2- Nas terras dos Tremembé as escolas indígenas são num total de 22 (vinte de duas) salas de aula.

No entanto, para atender ao instrumental utilizado, o cadastro realizado em 1998 agrupou-se em 8(oito) escolas indígenas. Pedimos para conferir

3- Instituições que podem colaborar na distribuição dos RCNE-Indígena no Ceará (através da SEDUC / Missão Tremembé)

3.1-	Associação Missão Tremembé	01
3.2-	CDPDH - Pastoral Indigenista	01
3.3-	Raízes Indígenas de Crateus	01
3.4-	Movimento de apoio aos Pitanguary - MAPI	01
3.5-	Associação dos índios Tapeba	01
3.6-	Conselho Indígena Tremembé de Almofala - CITA	01
3.7-	Conselho Indígena dos Kanindé de Aratuba	01

3.8- Secretaria de Educação e Ação Básica - SEDUC

Coordenadorias e Equipes Técnicas

3.9- Coordenaçãio Regional de Educação - CREDES, onde estão localizadas as terras indígenas, CE, Acarau, Baturité, Aquiraz, Canidé, Crateus, Maracanau

3.10- Outros CREDEs no Ceará, para fins de sensibilização com as Escolas não indígenas.

3.11- Secretarias Municipais onde estão localizadas terras indígenas:

1- Aquiraz

2- Aratuba

3- Canindé

4- Crateus

Acervo ISA

5- Cancaia
6- Maracanau
7- Monsenhor Tabosa
8- Poronga

3.12- Universidades

1- Universidade Federal do Ceará	
2- Mestrado de educação	03
3- Mestrado de Pós - Graduação em Ciências Sociais	01
4- Curso de Geografia	01
5- Curso de História	01
6- Núcleo de documentação cultural da UFC - NUDOC	01
7- Associação Nacional dos Professores	01
8- Universitários de História - AMPUH - CE	01
9- Associação dos professores docentes da UFC - ADUFC	01
10-Associação dos Geógrafos no Ceará - AGB	01

Universidade Estadual do Ceará - UECE	03
Curso de Ciências Socais	
Curso de Pedagogia	
Curso de História	

Universidade de Fortaleza - UNIFOR	03
Curso de Direito	
Curso de Ciências Sociais	
Curso de Turismo	

Universidade do Vale do Acarau - UVA - Sobral - Ceará	
Curso de História	02
Pró-reitoria de extensão - PROEX	01

Universidade Estadual - FECLESC
Núcleo de Antropologia e Arqueologia no sertão central - Quixadá - CE
Professora Marcélia Marques
Universidade Regional do Cariri - URCA - CRATO - CE

Acervo ISA

2.13- Instituto Histórico do Ceará - IHC - Fortaleza

2.14- Secretarias Estaduais

·Trabalho e Ação Social - ATAS	01
·Cultura e Desporto - SECULT	04
·Saúde	01
·SEMACE - Equipe de Educação Ambiental	01
·Governador Tarso Jereissatti	01

2.15- Instituições Federais

·Ministério Público - Direito do Cidadão - PRDC	01
·Fundação Nacional de Saúde - FNS	01
·Instituto Brasileiro de Agricultura e meio ambiente - IBAMA	01
·UNICEF	01

2.15- Instituições Estaduais

·Ministério Público	01
·Procuradoria de Justiça no Ceará	01
·Assembléia Legislativa	06
·Escolas de Formação de Magistério - Nível Médio Estadual no Ceará	128
·Conselho Estadual de Educação	01
·Ordem dos Advogados de Brasília - OAB - Seção Ceará	01

2.16- Instituições Municipais 06

·Câmara de Vereadores Fortaleza

·Fórum de Educação - CDL

·Prefeitura Municipal - Secretaria de Educação

Instituições que podem colaborar na distibuição do RCNE-Indígena: SEDUC e Missão Tremembé.

Endereço:

A/C Maria José Pinheiro Marques - Secretaria de Educação - NEI

Centro Administrativo Virgílio Távola - Bairro Cambeba

CEP:60830-070 Fortaleza - CE

Acervo ISA

•PARAÍBA

Projeto Potiguara - UFPB

Centro de Humanas, letras e artes - CCHLA

Kits para:

- 27 escolas na reservas indígenas situadas no municípios de Baia da Traição, Marcação, Rio Tinto.

- G. T. Indígena - SEAMPO

- UFPB Campus I

- COPAC Coordenação de Professores Indígenas de Ação Comunitária

- UFPB Campus I

Referenciais: 98 Professores

Os Kits só serão enviados para as Escolas Indígenas que são em número de 27.

Endereço:

A/C Annelsina Trigueiro de Lima Gomes

Universidade Federal da Paraíba

Campus I - Cidade Universitária s/n

João Pessoa - PB Cep: 58051-970

•PERNAMBUCO

Instituições que podem colaborar na distribuição do RCNE-Indígena: Instituição Luiz Freire e Secretaria Estadual de Educação.

Endereço:

Secretaria de Educação - NEI

Rua Ciqueira Campos, 304 - Santo Antônio

CEP: 50010-010 Recife - PE

Acervo ISA

•ALAGOAS

Instituição que pode colaborar na distibuição do RCNE-Indígena: SEDUC-AL.

No Encontro não houve participação do Estado de Alagoas

Endereço:
Secretaria de Educação - NEI
Rua Barão de Alagoas. 141
CEP: 5720-010 Maceió - AL

•SERGIPE

SEDUC

Distribuição do Kit de material para as escolas indígenas e Referencial Curricular para as Escolas Indígenas

Sergipe	01 escola Indígena	(01)
6 professores indígenas		(06 referenciais)
2 SEDUC		02
01 UFS		01
01 SEMED		01
01 Biblioteca pública		01
01 DEMEC		01
07 Kit		06 Referenciais

O material deve ser enviado para SEDUC/NEI

ATT: Maria da Conceição S. Góes Mascarenhas, Coordenadora do Núcleo de Educação Indígena.

Endereço:
Secretaria de Educação - NEI
Travessa Baltazar de Góis, 86 Ed. Estado de Sergipe
CEP:49009-970 Aracajú - SE

•BAHIA

Instituição que pode colaborar na distribuição do RCNE-Indígena: Anaí - Bahia, DEMEC, FUNAI - Eunápolis e Porto Seguro e SEMED - Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália.

Acervo ISA

Durante o mês de janeiro ocorrerá o Curso de Formação dos Professores Indígenas da Bahia, por ele deverá ser enviados os RCNE-Indígena e os Kits de material didático pedagógico.

Endereço:

Secretaria de Educação - NEI

Centro Administrativo da Bahia - 5° Avenida,n° 550 3° andar

CEP:41746-900 Salvador - BA

Região Norte

Amazonas	- 525 escolas	716 prof.
Tocantins	- 56 escolas	117 prof.
Pará	- 72 escolas	138 prof.
Roraima	- 129 escolas	294 prof.
Rondônia	- 41 escolas	83 prof.
Amapá	- 35 escolas	166 prof.
Acre	- 90 escolas	120 prof.

- **AMAZONAS:**

No Estado do Amazonas foram sugeridas às Prefeituras, por meio das SEMEDs, para receberem o Referencial. O material deverá ser enviado diretamente pelo MEC, e destinado a cada professor que trabalhe nas escolas indígenas.

No Município, para garantir que o Referencial e o kit cheguem às mãos do professor, a SEMED se responsabilizará em articular com as organizações indígenas, ONGs, ADR, Prelazias e outros órgãos existentes, que possam dividir a responsabilidade para o determinado fim.

A exemplo:

Na região do Alto Solimões ocorrerá em janeiro o curso da OGPTB, que tem como coordenadora pedagógica Jussara Gruber. É o momento ideal para a remessa do kit e do Referencial para os professores, diretamente para a OGPTB.

OGPTB - Ticuna - Jussara Gruber

Alto Rio Negro - Secretaria Municipal de São Gabriel da Cachoeira - Gersem Baniwa.

FUNAI

Ministério Exército.

Acervo ISA

DEMEC - AM e COPIAR.

Conselho Estadual de Educação Indígena.

OPAM - Humaitá, Médio Juruá - Eirunepé, Envira.

SEMED - de Maués e Barreirinha.

COIAB.

Endereço:
Secretaria de Educação - NEI
Av. Perimental - Japim - Centro
CEP: 69020-030 Manaus - AM

- **TOCANTINS**

Instituição que pode colaborar na distribuição do RCNE-Indígena: SEDUC - Tocantins e equipe local.

Endereço:
A/C Elizete Borges
Secretaria de Educação - NEI
Praça dos Girassóis, s/n
CEP: 77003-900 Palmas - TO

- **PARÁ**

Instituições que podem colaborar na distribuição do RCNE-Indígena: Exército, (Mapruera - Wai-Wai), FUNAI - Itaiatuba, Marabá, Altamirá, Redenção do Pará, SEDUC - Belém, DEMEC - PA.

Endereço:
Secretaria de Educação - NEI
Rodovia Augusto Montenegro, KM 10 s/n - Bairro Jeoraci
CEP: 66820-000 Belém - PA

- **RORAIMA**

Instituições que podem colaborar na distribuição do RCNE-Indígena: CCPY - RR e SEDUC - RO.

Endereço:
Secretaria de Educação - NEI
Praça do Centro Cívico, 471 Centro
CEP: 69301-380 Boa Vista - TO

Acervo ISA

• **RONDÔNIA**

Nei - RO

Endereço:

Secretaria de Educação - NEI

Av. farquar, s/n - Bairro das Pedrinhas

CEP: 79904-660 Porto Velho - RO

• **AMAPÁ**

Instituições que podem colaborar na distribuição do RCNE-Indígena: NEI - AP, CTI - AP, MARI - Tirió e Ministério do Exército.

Endereço:

Secretaria de Educação - NEI

Av. Fab, 96 - Centro

CEP: 68906-000 Macapá - AP

• **ACRE**

CPI - AC (Nietta Lindemberg Monte). Em janeiro ocorrerá o Curso de Formação de Professores Indígenas do Acre e Sudoeste Amazônico.Apoio à Educação Indígena "Experiência de Autoria dos Índios do Acre".

Endereço:

Secretaria de Educação - NEI

Rua Rio Grande do Sul s/n - Aeroporto Velho

CEP:69903-420 Rio Branco - AC

Acervo ISA

Quadros de Escola e Professores Indígenas por Região

Região Sul		
Estado	N° de Escola	N° de Professores
Rio Grande do Sul	39	166
Santa Catarina	25	45
Paraná	27	107
Total	**91**	**318**

Região Sudeste		
Estado	N° de Escola	N° de Professores
São Paulo	6	18
Rio de Janeiro	2	5
Espírito Santo	5	12
Minas Gerais	23	58
Total	**36**	**93**

Região Centro Oeste		
Estado	N° de Escola	N° de Professores
Mato Grosso do Sul	103	252
Mato Grosso	140	275
Goiás	2	2
Total	**245,00**	**529,00**

Acervo ISA

Quadros de Escola e Professores Indígenas por Região

Região Nordeste		
Estado	N° de Escola	N° de Professores
Maranhão	177	107
Ceará	32	46
Paraiba	27	98
Pernambuco	66	141
Alagoas	13	40
Sergipe	1	4
Bahia	37	117
Total	**353**	**553**

Região Norte		
Estado	N° de Escola	N° de Professores
Amazonas	525	716
Tocantins	56	117
Pará	72	138
Roraima	129	294
Rondônia	41	83
Amapá	35	166
Acre	90	120
Total	**948**	**1634**

	N° de Escola	N° de Professores
Total Geral	**1673**	**3.127**

Acervo ISA

Anexo

Conferências de Abertura do II Encontro

Acervo ISA

Conferências de Abertura do II Encontro

A seguir reproduzimos trechos de algumas das conferências de abertura do II Encontro Nacional de Coordenadores de Projetos na Área de Educação Indígena. Por questões técnicas, a conferência do Prof. Euclides Macuxi não foi gravada. As demais conferências aqui transcritas não tiveram a revisão de seus autores.

Prof. Gersen Baniwa

Secretário Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira (AM) e representante da UNDIME no Comitê Nacional de Educação

Eu gostaria de trazer na abertura deste Encontro algumas informações acerca do nosso trabalho em educação indígena e das perspectivas que temos sobretudo na região norte e particularmente no Estado do Amazonas, que concentra a maior população indígena do Brasil.

Primeiro, vejo com muito otimismo o futuro dessa discussão da educação escolar indígena no Brasil, sobretudo naquela região. Exatamente uma semana atrás, encontrava-me num seminário quase na fronteira do Brasil com o Peru, precisamente no médio Rio Juruá, onde foi promovido o Seminário, e pela primeira vez eu vi esforços de governos municipais, estadual, através da Secretaria Estadual da Educação, organizações não-governamentais juntas buscando soluções, buscando caminhos para oferecer melhor serviço, melhor atendimento à difícil situação daqueles índios do médio Juruá, especificamente os povos Kulina e Kanamari. Acho que valeu os esforços de todas as

Acervo ISA

organizações que estão envolvidas. E estar neste momento agora, também reflete essa preocupação pela qual eu quero parabenizar a Coordenação de Apoio às Escolas Indígenas e a Secretaria Fundamental de Ensino por este evento.

Vejo que, a partir da experiência vivida pelas nossas Secretarias Municipais de Educação, pelas Prefeituras do Estado do Amazonas, onde habitam inúmeras etnias do Brasil, que temos avançado significativamente quanto as diretrizes de uma política de educação escolar indígena que deve receber um incentivo, um apoio importante a partir dos novos referenciais curriculares para as escolas indígenas. Temos dados passos significativos e nós que militamos neste processo há mais de 15 anos percebemos esta mudança, inclusive isso já foi relatado antes da minha fala pelo professor Euclides Macuxi. No entanto, penso que é hora também de pensar formas hoje de operacionalizar, de concretizar, de executar esses planos, esses novos ideais. Vejo que em todo o território brasileiro ainda há uma distância muito grande entre o que pensamos, propomos e as condições que dispomos para executar. E penso que uma das linhas básicas que precisa ser melhor definida é aos poucos trabalhar no sentido de que a educação escolar indígena comece a fazer parte dos planos dos governos, sejam eles municipais, estaduais e do governo federal, enquanto políticas públicas. Mas para que isso se torne efetivo é necessário que todos nós juntos somemos esforços e, nesse sentido, como representante das Secretarias Municipais de Educação do Estado do Amazonas faço essa solicitação, esse apelo no sentido desse esforço.

É uma experiência concreta nossa, de São Gabriel da Cachoeira, que é um município ímpar em todo o território brasileiro, onde a população do município é majoritariamente indígena. Nós temos 10 mil alunos e só para ter uma idéia, desses 10 mil, 9 mil são alunos indígenas. No entanto, as dificuldades são muito grandes porque é um

Acervo ISA

município extremamente pobre. Eu já tive a oportunidade e a alegria de estar numa mesa semelhante a essa, com a Sra. Ruth Cardoso e com a professora Iara Prado e de ter relatado isso. Agora aproveito e repito aqui para os participantes desse encontro, da grande dificuldade que enfrentamos. Nós temos um programa de Educação Escolar Indígena que infelizmente o município ainda não pode executar, sair do papel por falta de condições financeiras, porque não dispomos de recursos e a receita do município, que praticamente vem do repasse do Estado e da União inviabiliza, quer dizer com aqueles recursos é impossível você oferecer um atendimento melhor para toda aquela população indígena de 19 etnias. Mas tem sido iniciado um processo de articulação junto a todas as organizações governamentais e não-governamentais que atuam naquela região, no sentido de minimizar esses problemas. Eu acho que o caminho é esse. Nós temos feito isso com órgãos do governo federal, governo estadual e com outros organismos presentes na região.

De certo modo, a experiência que trazemos e tive a oportunidade, também, recentemente conversar com muitos companheiros Secretários Municipais de Educação no Estado, de juntos somarmos esse esforço para buscar caminhos, mecanismos de viabilizar de fato uma nova forma de prestar serviços na área de Educação para os índios no qual de fato eles sejam sujeitos principais e nós, por obrigação, enquanto segmentos, enquanto esferas de poder a nível de prefeituras, busquemos dar condições para que se desenvolvam esses projetos de interesse dos índios. Eu penso que, mais do que nunca, hoje é necessário e é um direito deles. Muito obrigado.

Acervo ISA

Profa. Iara Prado

Secretária do Ensino Fundamental e presidente do Comitê Nacional de Educação Indígena do MEC

Excelentíssima Sra. Ruth Cardoso, Presidente do Conselho da Comunidade Solidária; Sr. Gerson Baniwa, Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação da Região Norte; Sr. Euclides Macuxi, Presidente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; dirigentes do Ministério da Educação; queridos membros do Comitê Nacional de Educação Indígena; professores e professoras presentes neste encontro.

Esse Seminário que nós estamos iniciando, e acontecerá ao longo desses próximos três dias, tem como objetivo principal montarmos e discutirmos a nossa estratégia para a implantação, implementação do material produzido por todos nós ao longo desses últimos dois anos e meio. Eu gostaria, com muito orgulho realmente, dizer que nesses dois anos e meio nós trabalhamos na produção desse material num regime de colaboração, num trabalho de parceria com as Secretarias Estaduais, Secretarias Municipais, organizações não-governamentais e Universidades. Agora, nós teremos condições de dar um impulso bastante grande para a questão da educação indígena em todo o Brasil.

Nós, cada escola, quase três mil escolas, receberão uma caixa - que é essa aqui, que os Srs. receberão no final, ela acabou de ficar pronta ao longo da madrugada e por isto que só a mesa a tem ainda, mas já está sendo providenciado - contém 15 publicações: a primeira delas é o nosso famoso "Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas", que tantos professores participaram. Todos nós temos um pequeno pedacinho aqui presente, escrito, discutido e que sem dúvida nenhuma, sem a dedicação da coordenação do Referencial, e eu citaria

Acervo ISA

a professora Nietta, o professor Luís Donisete, a professora Jussara, o professor Euclides, eu acho que a gente não teria condições de em um ano ter realmente terminado e colocado à disposição dos professores. Nós teremos também à disposição de vocês um livreto que é "O Governo Brasileiro e a Educação Escolar Indígena", que basicamente contém as diretrizes da educação indígena, atualizadas com as novas ações que nós produzimos, além da reprodução do Plano Nacional de Educação, com as metas estabelecidas para a educação indígena. Nós colocamos a disposição, também, principalmente das Secretarias Estaduais e Municipais o "Cadastro Nacional de Consultores de Educação Escolar Indígena". Para a inclusão de consultores no Cadastro, nós temos um critério: é o de que eles estejam atuando em acordo com todos os princípios estabelecidos na Constituição de 1988 e nas nossas diretrizes para a Educação Indígena. O objetivo desse cadastro é facilitar os cursos de formação dos professores, permitindo aos coordenadores destes cursos identificar possíveis colaboradores, já que nós não temos tanta gente especializada no assunto em todo o país.

E temos mais ainda nesta caixa: 11 livros que a Coordenação escolheu entre aqueles livros que eram os livros mais gerais, em cada área do conhecimento, produzidos em situação de cursos de formação de professores. A idéia é que, ao circularmos esses livros por todas as escolas indígenas, a gente leve a proposta de que os professores que ainda não trabalham dessa forma, possam perceber que é possível se fazer a formação e se produzir o material didático específico. Isso é importante, ainda mais quando pensamos que a questão do material didático de 1ª a 4ª série, quando se introduz o biligüismo, é fundamental para o respeito à escola indígena e os princípios da escola indígena. Então a idéia é que isso circule e dê idéias e mostre que a gente possa ampliar esse universo de produção entre os duzentos e dez povos envolvidos em educação indígena. Dentro desses, eu gostaria de

Acervo ISA

ressaltar um que é uma nova edição de um outro trabalho e que a gente considera que vá ser realmente uma contribuição muito grande para a implantação do referencial curricular, que é o "Madikauku: matemáticas e povos indígenas do Brasil", numa nova versão, mais simplificada. A matemática era uma área que a gente praticamente não tinha quase nada publicado. As publicações eram muito mais na área de línguas, de alfabetização e história e geografia.

Então, o objetivo desse kit também é estar sendo amplamente distribuído. Para isso, nós imprimimos um número maior do que a necessidade das escolas indígenas, porque o objetivo é estar cumprindo com aquela nosso princípio, que é o de trabalhar também com as escolas não-índias, e, principalmente com os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação. Enfim, com este material, esperamos produzir um processo de discussão para que a escola indígena seja reconhecida dentro da sua especificidade e os professores sejam respeitados, formados e entrem no sistema de acordo com os princípios da educação escolar indígena.

Nós preparamos, ainda, para vocês, um pequenos folder que apresenta quais são os livros que estão aqui reproduzidos dentro deste kit, em que situação eles foram produzidos e por que povo indígena.

Todo esse material é produto do trabalho, sem dúvida nenhuma, de muitas pessoas. Esse Referencial, produzido pelo MEC e que contou com a parceria de muitas pessoas e instituições, integra o esforço do Ministério, através da Secretaria de Educação Fundamental, que elaborou todos os referenciais curriculares de 1ª a 8ª Série, de educação infantil e, agora, o de educação indígena. Mas sem dúvida nenhuma esse referencial de educação indígena surgiu da força, do interesse e da crença dos professores indígenas já atuantes e que auxiliaram, que acreditaram que era possível em um ano isso ser feito. Por isso, ele é um referencial que tem a maior participação de

Acervo ISA

professores em sala de aula na elaboração dele. Enquanto alguns dos referenciais produzidos pelo MEC contam muito mais com participação dos formadores de professores, dos pareceristas vindos da universidade, esse não, ele conta com participação dos professores indígenas que estão lá na base. E realmente eu acho que a educação indígena merecia algo de valor. O referencial está muito bonito, está numa linguagem que eu acho que ele vai ensinar muito. Acredito, ainda, que, no momento que este referencial chegar na escola não-índia ele vai ter um outro subproduto, que é um subproduto pedagógico, que é a forma como se conversa aqui neste referencial com os professores e como se sugere aos professores um trabalho pedagógico a partir da realidade que ele tem. Eu tenho certeza que ele vai estabelecer um diálogo pedagógico extremamente interessante com o referencial de 1ª a 8ª Série e com o referencial de educação infantil.

Bom, então esse é o material que nós, aqui ao longo destes três dias, estaremos discutindo: de que forma nós vamos implementá-lo. Isto quer dizer, que a prioridade principal do Ministério para 1999 é a formação continuada de professores e a produção de material didático. Ele é apenas o primeiro passo para nós, pois ainda temos muitas dificuldades a serem superadas. Nós temos que ampliar nossa parceria tanto quanto como o professor Euclides e o professor Gerson colocaram, eu acho que nós temos que fazer quase que um trabalho de conscientização com este material, que será um facilitador, nas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, no Conselho Nacional de Educação, nos Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais, sem a qual nós não daremos o estatuto legal que merece e que está definida na LDB e na Constituição de 1988 para a Escola Indígena. Então eu entendo este material como um material dissiminador e que vai fortalecer o avanço do nosso trabalho na implantação da Escola Indígena dentro dos princípios estabelecidos do bilingüismo, da

Acervo ISA

pluriculturalidade, da especificidade. Não tenho dúvidas de que ele vai ser um material meio subversivo nesse sentido, que vai nos permitir dar conteúdo a cursos de formação, provar para Conselhos Estaduais que é possível, sim, formar professores e que isso já acontece em várias regiões, respeitando a especificidade, e que estes professores têm que ter o mesmo estatuto legal, têm que ter a mesma situação que o professor não-índio e têm que ser reconhecidos.

Para encerrar gostaria de agradecer principalmente a professora Ivete Campos, que é a coordenadora de educação indígena nesse Ministério, a todos os membros do Comitê Nacional de Educação Indígena, sem o qual teria sido impossível fazer este trabalho, a todas as organizações não-governamentais que participaram intensamente desse referencial, a todas as Universidades. Durante esse trabalho eu aprendi muito e muito me sensibilizei por esta questão. Eu não sabia quase nada sobre educação indígena como paulista que sou, eu descobri até que nós paulistas tratávamos as nossas populações indígenas de uma forma extremamente relegada ao segundo plano. Pois bem, eu aprendi com vocês e eu reconheço que este foi um trabalho ideal, a forma como ele se constituiu, essa parceria, essa circulação de interesses ela realmente representou e representa a forma ideal para nós implantarmos uma coisa nova. Ele é um trabalho que não tem dono, ele é um trabalho em que todo mundo deu a sua contribuição na área em que podia dar. E nesse sentido ele é um trabalho de muita força, ele não partiu da cabeça de ninguém, de três ou quatro iluminados, ele é um trabalho inserido na base e é por isso que eu tenho absoluta certeza, eu acredito, eu sou otimista, que nos próximos quatro anos nós continuaremos a aprofundar essa relação e teremos outros parceiros que são fundamentais para nós, dentro dos princípios que a educação indígena propugna que são as Secretarias Estaduais e as Secretarias Municipais. O fato do professor Gerson ser representante

Acervo ISA

da UNDIME na Região Norte já é uma coisa extremamente alvissareira para nós. Nós agora teremos que fazer uma grande campanha que, nos Estados onde as escolas indígenas estão mais representadas, deveríamos ter um representante indígena nos Conselhos Estaduais de Educação e Conselhos Municipais de Educação, para que fique mais fácil nosso trabalho. Então muito obrigado a todos e o trabalho continua, essa é só a primeira pedrinha para rolar na implantação da Escola Indígena. Obrigada.

Profa. Ruth Cardoso

Presidente do Conselho da Comunidade Solidária.

Professora Iara Prado, Sr. Euclides Macuxi, Sr. Gerson Baniwa, com quem já estive lá em São Gabriel da Cachoeira, dirigentes do Ministério da Educação, principalmente o Comitê Nacional de Educação Indígena, Srs. professores, Sras. e Srs.:

Eu estou aqui hoje com um grande prazer, porque estou vendo que realmente deu frutos uma iniciativa que já deveria ter sido tomada há muitos anos, como disseram os meus antecessores aqui na mesa, que é uma espécie de resgate de um direito que sempre existiu, mas que na verdade não foi muito tomado a sério. Como a própria Iara acaba de dizer, as pessoas que vivem em regiões distantes daquelas onde a população indígena é importante numericamente, mal tem a noção da importância da questão indígena, do que ela traz para o País e do ela significa na verdade como enriquecimento, principalmente, um enriquecimento para a Nação, porque na verdade uma Nação, apoiada nas suas diferentes culturas, ela é mais forte, ela é mais significativa,

Acervo ISA

ela é mais Nação: ela tem mais unidade do que aquelas que procuram apagar essas diferenças. Acho que aqui se está dando um passo muito importante que é trazer para a educação este pensamento, esta base multiculturalista.

A educação, como disse muito bem Euclides Macuxi, foi sempre um campo onde a homogeneização foi o tema e foi a pedra de toque. A educação sempre foi vista e teve o papel fundamental de ser universalista, de incluir todas as pessoas, todas as culturas, todos os grupos. Este papel ela continua tendo e este papel é muito importante. Eu quero aqui deixar claro que ao realizar esse esforço em prol da educação indígena, da educação bilingüe, do respeito às culturas, isso não quer dizer que se abandone o papel fundamental que a educação tem que é o papel de incluir populações, que é um papel de construir uma Nação, sem deixar de lado as diferenças. Esta é a novidade, esta é realmente uma postura diferente do Ministério da Educação, uma postura diferente desse governo e eu acho que essa postura é uma mudança fundamental. Acho que esta mudança foi possível porque dos dois lados, do lado do governo e do lado da sociedade, houve um amadurecimento, houve uma modificação de atitudes, uma modificação de caminhos que facilitaram este encontro. Do lado do governo, evidentemente nós temos que agradecer a presença da Professora Iara, porque foi a sua abertura que permitiu o inicio desse processo, que permitiu porque ela está num contexto em que, por exemplo, a idéia de parceria pela qual eu e vocês da Comunidade Solidária tanto tem debatido e tanto tem praticado, essa idéia já está incorporada por algumas áreas do governo: não todas mas em algumas áreas já está incorporada. Isso permitiu esse trabalho conjunto das organizações não-governamentais, dos profissionais, das universidades em conjunto com o governo, e esse é um passo definitivo: é aí que nós começamos a enriquecer, é aí que nós começamos realmente a respeitar o ponto de

Acervo ISA

vista da sociedade civil e a contribuição, principalmente, que ela pode dar. E ela pode dar porque também amadureceu nesse processo, também já passou por um estágio no qual nós vemos que a existência de professores indígenas se deve a uma ação dentro da sociedade civil, isso não foi uma iniciativa governamental que iniciou. Agora nós temos o apoio governamental para a expansão desse processo, mas já existiam alguns professores indígenas. Isso quer dizer, já tinha havido dentro da sociedade uma movimentação nessa direção, já tinha havido na sociedade um amadurecimento do movimento indígena que permitiu essa interação mais positiva. Eu acho que a sociedade brasileira, não só no campo da questão indígena, mas de outras questões sociais relevantes, tem efetivado movimentos que lutam para modificar algumas posturas governamentais. Esses movimentos passaram da denúncia continua para aceitar o desafio de que nós temos que fazer alguma coisa, nós temos que trabalhar e definir uma direção. Eu acho que foi isto que aconteceu neste caso e vejo este livro como a concretização desse esforço e desse esforço conjugado.

Então eu tenho aqui muitas razões de estar muito feliz de abrir este Encontro. Primeiro porque a questão indígena está valorizada e eu, pela minha própria profissão, tenho uma ligação, ainda que nunca tenha feito estudos indígenas, tenho uma ligação com este campo e me dá um grande prazer perceber que ele está se organizando e ele vem com muita força, com muita força das próprias nações indígenas e que recebe esta compreensão do lado governamental e este apoio. Isto é extremamente satisfatório. Por outro lado, também é satisfatório constatar que esse modo de atuar do governo é um modo novo e um modo rico, um modo que respeita a diversidade, porque não é só a questão indígena que existe neste país, existem outras multiculturalidades que também têm que ser contempladas, que também têm que ser respeitadas. Aqui nós estamos começando por

Acervo ISA

uma, talvez porque exatamente temos tido da parte das Nações indígenas, da parte dos apoiadores deste movimento, uma compreensão mais prática, mais pragmática de como nós podemos colaborar a chegar a resultados positivos como esse. Mas temos muito que fazer para que o conceito de educação inclua efetivamente o conceito de multiculturalidade e que se trabalhe neste País com esta dimensão sem abandonar a dimensão universalista que a educação tem e que é exatamente porque alguns grupos indígenas, alguns índios melhor dito, que nem são os grupos, tiveram chance de ter educação e isso faz deles hoje possíveis colaboradores, grandes colaboradores num livro como esse e que podem fazer avançar essas conquistas.

Em outras etnias talvez nós não tenhamos esta chance, mas essa é uma demonstração de que a educação tem um lado universalista que é importante ser ressaltado, que é o de que todos possam entrar na sociedade com as mesmas chances e isso é a educação que dá. Mas isso não quer dizer, como quis dizer no passado, que não se tenha que respeitar, manter as tradições específicas de cada grupo que faz parte desta Nação, porque não são contraditórios, porque não há nenhuma impossibilidade de mantermos estas culturas e até de as reconstruirmos, porque em muitos casos elas estão mais ou menos apagadas, como disse muito bem o Euclides, elas acabaram por perder vários de seus conhecimentos, várias de suas áreas por esta ação homogeneizadora que não levava em conta a importância dessa diversidade. Mas a cultura é uma coisa muito dinâmica, cultura é como a língua, ela se reconstrói de partes pequenas, ela tem essa capacidade de se refazer. Muitas vezes nós não temos mais um depositário concreto de uma cultura, mas nós temos pedaços e com estes pedaços, ao praticá-los, ao receber do resto da sociedade o respeito merecido pela diversidade cultural, nós teremos a possibilidade de reviver alguma

Acervo ISA

coisa que está mais dormente, de procurar aquilo que se perdeu, que exatamente a educação é um instrumento para isso.

Antigamente se via a educação como um instrumento de destruição, hoje eu vejo como um instrumento de construção, inclusive de recuperação destas culturas que estavam, como disse, adormecidas.

Então, eu acho que hoje nós estamos iniciando um processo da maior importância que mereceria ter uma enorme divulgação para mostrar as mudanças de atitude que permitiram esta ação tão positiva. Era isto que eu queria dizer para vocês.

Acervo ISA

Anexo

Palestras dos Professores Indígenas

Acervo ISA

Palestras dos Professores Indígenas

A seguir reproduzimos trechos de algumas das palestras dos professores indígenas durante o II Encontro Nacional de Coordenadores de Projetos na Área de Educação Indígena. As palestras aqui transcritas não tiveram a revisão de seus autores.

Prof. Euclides Macuxi

Vou falar um pouco sobre o que acho desse Referencial, mas antes queria fazer um história muito pequena: os companheiros do Nordeste não me levem a mal não. Dizem que no Nordeste como é muito seco, chove pouco, então o pasto fica também muito seco. Um dia um fazendeiro resolveu, com a criatividade que tinha, - o pasto tá muito seco, as vacas não conseguem comer – comprar um Ray Ban de cor verde e colocou nas vacas. Então elas enxergavam aquele pasto muito verde e comiam como se fosse verde. E isso, durante esse tempo, também temos passado um pouco por isso. Durante 500 anos, de fato, foi nos colocado assim nos olhos algo que representasse uma coisa muito boa - quer dizer, essa realidade, a questão da educação, a maneira de ver o mundo - nos foi colocado de certa maneira, olhos que nos dessem uma outra visão da realidade que vivíamos.

Partindo dessa história, eu vejo que de fato nós temos, ao longo desses anos, construído aquilo que talvez o nosso povo pensa, o nosso povo quer, não totalmente o que seria o ideal, mas a nível de educação se tem trabalhado muito essa questão da possibilidade de dar respostas às novas necessidades de nossas comunidades. Eu lembro quando foi criado o Comitê, eu fazia parte do primeiro momento quando ele foi

Acervo ISA

criado, e criou-se muita expectativa diante disso, porque a gente estava naquela situação de fato quem é responsável? É FUNAI? A FUNAI tinha aquela prerrogativa da saúde, da educação, além da tutela, mas isso não representava de fato nenhum avanço à realidade dos povos indígenas. Então, quando se criou o Comitê a gente pensou: agora tem essa possibilidade de fazer coisas novas, inclusive traçar as diretrizes que pudessem de fato nortear o que seria a Educação Escolar Indígena. E como resultado desses trabalhos de lá para cá, 1993 até agora 1998 - são 5 anos -, a gente percebe que sai o resultado desse trabalho: que é resultado dessa conjugação de esforços, como foi falado ontem, onde professores participavam. Aqui tem a participação de vários professores indígenas de Norte a Sul, e é um material que pode, que pode não, que é um subsídio para as nossas escolas indígenas, para as secretarias, sobretudo para as autoridades tanto estaduais como municipais.

Eu acredito que aqui está o grande nó da questão: como de fato aplicar isso nas escolas indígenas? Porque há dificuldades e a gente tem percebido isso nas secretarias estaduais e nas secretarias municipais para implementação de ações naquilo que diz respeito as nossas comunidades indígenas. Por outro lado, nós temos a nossa realidade indígena? Eu sempre tenho essa preocupação e tenho visto na educação escolar indígena algo completamente ligado à vida de cada comunidade. Um dia me dizia um senhor da aldeia: "*Olha Euclides, eu não tenho, não sei mais com quem falar, meus filhos já não querem mais me ouvir, não tem tempo para história, para conversar, para conversar sobre a língua.... É interessante parar para pensar que a gente pode continuar vivendo como povo, mas que de fato a gente vai ser obrigado a sair, a trabalhar e vai ter que falar o português.*" As crianças já não querem mais ouvir as nossas histórias, não querem saber do nosso tipo de vida, porque ele quer aquela visão, ele quer futebol, agora na região Norte quer a dança-do-boi: é isso que eles

Acervo ISA

querem. E como de fato, então, trabalhar essa questão da educação indígena quando você tem uma realidade massacrante como essa? A medida que a gente luta para dizer nós somos pobres, nós temos cultura, nós temos língua, mas o que nós oferecemos de contrapartida para essa pressão que ainda vem de fora, essa relação que nós temos a cada dia mais próxima? Eu fico pensando aqui no Centro-Sul onde as cidades - e eu tenho visto também no Amazonas, ou mesmo em Roraima -, que as comunidades, as aldeias fazem limites com bairros de cidades, dos municípios e em outros, a sede do próprio município é a aldeia. E essa relação que se construiu dá para a comunidade uma nova maneira de ver essa realidade. Queira ou não é uma pressão que se faz sobre isso e a gente não tem como de fato como resistir a essa pressão. Cria-se novas necessidades e aí fica na cabeça dos nossos pais, das nossas lideranças: *"ó meu filho, você vai ter que ir para a escola para ser alguém na vida, para melhorar tua vida, para você não ir para o cabo da enxada, para você não ficar aí a noite toda esperando o veado ou a paca lá na mata"*. Então tem uma nova realidade, uma nova maneira de viver essa realidade. E eu vejo nesse momento, nesse particular, eu acho que cabe um pouco uma reflexão mais profunda para ver se um trabalho mais sério, fico até pensando que seria assim, nós teríamos muitas dificuldades de, por exemplo, apresentar aula para nossa comunidade indígena, mesmo quando o sujeito é do movimento indígena.

Já na época da UNI Nacional, depois passou para as organizações regionais, elas surgiram como resposta a uma realidade que se tinha: se tinha áreas invadidas, problemas nas comunidades, índios que iam presos e o órgão tutelar não dava resposta para isso. Então as organizações indígenas foram criadas nessa realidade, numa tentativa de reivindicar, tentativa de gritar, de denunciar. Isso foi o primeiro momento. Hoje a gente analisa este movimento ao longo de 10/11

Acervo ISA

anos, em outras regiões até mais de 20 anos, que algumas organizações começam a fazer algo, começam a assumir para si aquilo que é do Estado: no Acre, no alto Rio Negro, em Roraima, a questão dos Convênios com Ministério da Saúde, alguns outros Convênios com órgãos públicos, numa tentativa de dar resposta aquilo que o Estado não consegue responder. Aí, é papel das organizações indígenas fazer isso? Então isso também tem dividido a opinião das lideranças indígenas, a opinião do movimento indígena. Se a gente ficar só reclamando e não participar efetivamente disso não vai acontecer nada. Por isso que o meu pensamento é de que, de fato, nós devemos assumir isso. A medida que tem professor que está lá na cabeceira do último rio, ele puder ter condições de ter essa formação, de poder utilizar esses equipamentos novos que estão aí. Imagina que eu tenho que comunicar com o pessoal do Alto Rio Negro e vou ter que fazer quase um mês a remo para chegar até São Gabriel da Cachoeira. Imagina: você tem telefone, você tem internet. Então são meios que estão incorporados dentro da comunidade indígena, dentro dessa nova realidade, que queira ou não muda a relação que se tem, muda a visão de mundo, até a relação com outras pessoas.

O outro problema que foi levantado também na Região Norte foi a questão de pagamento dos professores. Roraima você tem trezentos professores, quase 350, Alto Rio Negro está na casa de 200: então, queira ou não dentro da comunidade você começa a criar, com o pagamento que você dá ao professor, uma - digamos - uma elite indígena. E isso cria problemas também na comunidade, porque você começa a colocar o seu próprio parente como o seu trabalhador, você cria uma escala de diferença. E o Gersen estava com a preocupação de dizer, quando a gente aumenta o salário dos professores o pessoal da comunidade reclama porque aquele professor que tem condição, com seu salário, vai comprar uma televisão, vai comprar uma moto, começa

Acervo ISA

a se beneficiar e a comunidade que tem aquela visão do partilhar aquela vida de igual, de todos para todos, começa a criar esses problemas.

Eu estou só levantando esses dados para tentar fazer uma análise um pouco mais profunda deste fato: qual é verdadeiramente o papel da nossa Educação Escolar Indígena hoje? Como que os índios vêem a escola dentro da sua comunidade? E como que participam dessas escolas e das atividades da escola? Porque normalmente deixam isso a cargo do professor: porque o professor é contratado para isso, que cuide de nossos filhos durante quatro horas. Mas qual a participação da comunidade efetivamente nisso? Então creio que é um trabalho muito, digamos, pretensioso para uma realidade do novo milênio, da questão da globalização que ninguém entende muito bem. Na Região Norte você começa a ligar, o Presidente da República esteve na Fronteira do Brasil com a Venezuela para fazer a oficialização da BR 174 Manaus-Venezuela, e os entornos como é que ficam? E agora, digamos, no coração do Estado do Amazonas o Projeto Urucum, que é uma exploração de óleo. Então tudo isso vai criar uma nova realidade e, queira ou não, os nossos filhos que vão para a escola também vão enfrentar estas questões e eles têm que ter visão, vêem esses problemas e têm que buscar solução.

Tenho um caso engraçado, quando estive em 1997 na sala de aula. Cheguei numa aldeia e fizemos o primeiro dia de aula que foi o seguinte: *"eu perguntei para os alunos, quem já viu índio? Quem é índio, quem já viu índios?"* os alunos ficaram assim e um disse *"Ah eu já vi!"*. Duas ou três pessoas que já tinham visto índio. *"Mas onde que você viu índio?"*, eu falei. *"Não, eu vi na revista, alguém tinha ido a Boa Vista, eu vi um dia na televisão"*. Mas quem é esse índio? *"É Yanomami"*. Como que esses índios vivem? *"Esses índios vivem assim (...), é sujo, não sei o que"*. Eu fiquei assim impressionado como que de

Acervo ISA

fato isso é transmitido. Somos indígenas e não nos damos conta de fato de que nós somos. Aí fui assim estimulando, buscando mais qualificação, como é que você vê de fato o índio, e a gente chega aquela idéia que tem, que se joga fora, sobre o índio. E daí a dificuldade dos nossos parentes de se admitirem como indígenas. Até os companheiros que tem uma sigla lá na Região Norte dizendo que aqueles que estão na cidade são os índios não identificados, que não querem se identificar como índios. E isso traz uma certa preocupação para os professores indígenas. Por que? Porque a questão é essa: se durante décadas nós professores fomos, aprendemos nas escolas aquela visão, a maneira do outro, do colonizador, do conquistar. Então se você passa na sala de aula no mínimo 8 anos, agora mais 3 que tem o magistério, então você passa 13 anos na sala de aula e você durante 13 anos vai armazenando aquelas informações, como é que se vê a sociedade indígena, como se vê a educação, como que se dá aula. É muito mais fácil você pegar o material que está escrito aqui, aqueles livros que vão daqui para as áreas e fazer seu trabalho.

Então por esse ângulo, eu vejo que há de fato uma boa possibilidade de se construir algo novo, mas também se pensasse muito a questão da realidade indígena, tá lá. Porque todos esses trabalhos assim dão aquela inquietação as vezes nos pesquisadores. Uma vez que vínhamos discutindo com alguns antropólogos nas áreas indígenas, outros pesquisadores, alguma comunidade dizia: "nós estamos aqui, nós conhecemos aquelas pessoas que passaram 20 anos na nossa aldeia, outros passaram 10, outros passaram 15, essa média, e depois sumiu todos. E ao longo desses anos, quantos desses indígenas conseguiram também a questão do ingresso na universidade? E a própria lei diz, para você trabalhar na questão da escola você precisa ter uma habilitação a nível de uma licenciatura curta ou plena, ou terceiro grau. E a discussão que se abre hoje, só para abrir esse

Acervo ISA

parênteses, é exatamente esse acesso a essas informações, a esses conhecimentos, que está também na própria LDB, esses conhecimentos científicos e isso requer necessariamente passagem dessas pessoas pela universidade. E a questão é: se tem uma educação diferenciada, você faz a base, o ensino fundamental com uma educação diferenciada, se você faz o segundo grau se é alguma coisa mais profissionalizante, faz o magistério, pode ser até diferenciada. Mas quando você entra para a Universidade você vai ter que saber essas informações do núcleo comum, e onde vai ficar a diferença? E essa diferença que se tem para as comunidades, de fato ela pode fortalecer? Eu fico também pensando que passa necessariamente, essa questão, pela possibilidade de criar nas comunidades uma autonomia, digamos, até condições de recursos para a sua alimentação.

Como eu falei ontem, estou um pouco preocupado, ou muito preocupado com o que a gente vê agora no final: se batalhou muito pela questão da demarcação das terras indígenas, você começa a definir essas terras indígenas, no Amazonas com exceção, área do Javari, do Rio Negro, a Yanomami são áreas que eu acho que são razoáveis, mas tem também as áreas minúsculas, aquelas áreas pequenas, porque você termina colocando os índios em determinado espaço que dificilmente ele vai conseguir sobreviver por que já não existe nem mais caça. E como que isso vai ser possível? Então penso também que necessariamente a escola possa ajudar nisto.

E para concluir essa visão que eu tenho, eu vejo assim: nós temos esse Referencial aqui, que é um material importante, que foi um material construído com a participação de índios, não-indígenas, assessores, mas que terá grande dificuldade para sua implementação exatamente porque os municípios e Estados não regularizaram as suas leis, não estão de certa forma, criando normas que possam aplicar isso. E como sugestão, as duas saídas, eu penso também que podemos

Acervo ISA

pensar em duas coisas. Primeiro, se pode talvez criar fatos, trabalhar para que se normatize isso, para que viabilize a aplicação desses Referenciais. E segundo, seria a questão de financiamento, de recursos. Eu vejo que se não se colocar a disposição recursos para Encontro de Professores, não só professores não-índios, mas professores indígenas, que possam estudar isso, que possam comentar isso e que possam conhecer as leis. Muitas vezes, a nossa fragilidade está por desconhecimento dos direitos que nós temos, e aí lutamos. Assim faço uma manifestação daqui e dali, mas nunca conseguimos fazer propostas concretas, realmente colocar no papel: essa é a nossa posição frente ao que nós queremos, porque de fato desconhecemos esses instrumentos. E eu creio que isso só é possível para você mobilizar pessoas para fazer isso, no mínimo recursos. Isso também eu apresentei naquele programa do PPTAL, que é da demarcação das terras indígenas, quando eles perguntaram "como pode ter de fato a participação indígena?" Eu disse, isso passa necessariamente pelo apoio financeiro. Porque você pegar um índio e dizer "olha, vamos demarcar terra indígena, com participação indígena, porque requer assim o programa"; mas o que significa essa participação senão dar condições para ele, porque a participação dele deve ser antes, durante e depois da demarcação. Então, com isso creio que aqui se possa tirar depois novos encaminhamentos para esse Referencial Curricular, que eu acho que é uma tentativa, uma abertura que se tem no nosso País, para que de fato os índios possam construir e fortalecer essa educação escolar indígena.

Acervo ISA

Prof. Jadir Neves

Bom dia a todos. Eu não tenho assim muita coisa a acrescentar, até porque o companheiro, o Prof. Euclides já disse tudo e isso são os nossos pensamentos, dos professores indígenas da Região Norte.

Uma preocupação também que a gente tem discutido muito nas reuniões é com relação ao Estatuto do Índio, que até hoje está aí engavetado e a gente está na esperança de um dia, aquelas pessoas que estão lá dentro do Congresso, tirassem esse Estatuto e votassem na sua totalidade. Essa é uma preocupação também nossa, dos professores indígenas. Então, como eu disse no início, eu não tenho muita coisa a acrescentar, porque o que o companheiro Euclides já adiantou, esse é o nosso pensamento, são nossas idéias, bem discutidas em reuniões, em Encontros com os professores. O que nós esperamos é que esse material, que foi entregue ontem, chegue até as escolas indígenas para que nós juntos possamos discutir, de vê-lo e colocar de que forma nós vamos utilizar esse material. Então é isso que eu tinha a dizer, e como para mim quase não sobrou nada para falar porque o companheiro já disse tudo.

Eu sou da etnia Macuxi, professor há 27 anos e sempre trabalhando no meio de meu povo. Faço parte também do Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena. Hoje também faço parte do Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado do Amazonas e também estou junto com o companheiro Euclides trabalhando em uma organização denominada COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - que atinge toda a Região Norte, da qual 9 Estados fazem parte da COIAB. O meu nome é Jadir Neves.

Acervo ISA

Prof. Joaquim Maná Kaxinauá

Bom dia professores e professoras que estão aqui presentes. Eu sou Joaquim Maná, da etnia Kaxinauá, do Estado do Acre. Eu fico até um pouco emocionado de ver esse grande encontro, o II Encontro de Coordenadores de Projetos de Educação Indígena de nosso país. Ao longo de muitos anos podia acontecer isso, mas só agora está acontecendo: depois de quatrocentos e poucos anos está chegando essa oportunidade de nós estarmos aqui, colocando a nossa proposta, ouvindo vocês, algumas pessoas bastante interessadas de chegar a esse nível, de a gente se encontrar contando as nossas histórias, as dificuldades que nós sentimos durante esse trabalho que a gente vem realizando.

Eu não vou contar muita coisa, quero ir direto no assunto do que já está acontecendo. É que de uma vez por todas, a escola indígena aconteceu sem essa idéia de que seria uma educação diferenciada, por não ter essa afirmação de dizer que vai ser uma escola direto para os índios. Mas no momento em que os índios, ao longo dos anos, vem tendo esse contato passaram a ter a escola indígena, o professor índio, numa escola qualquer. Só em 83 foi que começou a surgir essa idéia de que a Escola indígena tem que ser diferenciada. Então foi uma questão que a gente colocou essa palavra de educação diferenciada, pela questão da dificuldade que a gente vinha sentindo quando cada professor vinha trabalhando dentro de sua comunidade e a discriminação que a gente estava tendo nas Secretarias Estaduais e Municipais. Como até agora a gente vê essa grande discriminação, por dizer que o índio é um passado, não existe mais. Como o Euclides mesmo falou tem alguns professores, alguns povos indígenas que não

Acervo ISA

querem mais se identificar, mas até porque não tem uma pessoa para esclarecer, dizer que eles autônomos. Pode ser uma pessoa capaz de resgatar a sua cultura mesmo dentro da sociedade. Só agora que estamos tendo essa oportunidade. Nós não fizemos isso antes porque nós nunca tivemos oportunidade para fazer esse tipo de trabalho.

Por exemplo, no Estado do Acre, desde 1993 a gente teve uma necessidade, tinha que ter uma escola da comunidade indígena e um professor índio. Foi onde começou essa luta da Educação Indígena diferenciada. E dentro dessas organizações havia uma necessidade de ler e escrever, porque a terra foi demarcada, tinha que fazer negócios de venda e compra junto com os brancos: então houve essa necessidade de não só o pessoal estar lá dando assistência, mas também ser o próprio índio a começar a ver o seu lado de trabalho, como vem funcionando, como deve ser. E a partir desse ano de 93, foi criada essa idéia de fazer uma formação de professores índios, mas a idéia nem sempre foi a educação diferenciada, foi dar uma educação como muitos companheiros as vezes falam, uma educação normal, uma educação de qualidade. Mas dentro desse caminho a gente percebeu que cada povo tem uma cultura, tem uma língua, mesmo tendo as mesmas dificuldades (somos massacrados, tem uma história que a gente foi tutelado), mesmo assim a gente conseguiu chegar no momento de começar elaborar alguns documentos, livros que sejam uma mostra para as Secretarias Estaduais e Municipais, e mesmo para o governo federal, que nós somos capazes de fazer isso.

E eu quero até lembrar que durante esses longos trabalhos que aconteceram, as organizações indígenas falando dos direitos dos povos indígenas e a partir de 1988 foi citado aqueles artigos, da lei 231 e 232, dizendo que o índio é aquele, está lá escrito, mas não teve alguém para implementar o que está feito ali, o que está escrito na Constituição. E dentro dessa caminhada apareceram outros artigos que foi a nova LDB

Acervo ISA

mostrando qual é a situação da educação indígena, da educação escolar indígena, citávamos dois artigos 78 e 79. Mas enquanto faziam esta lei, as comunidades indígenas, os professores indígenas vinham trabalhando de acordo com o regimento que já existe dentro da Educação que é a educação dos brancos. E quando chegava essa conversa nas Inspetorias e nas Secretarias talvez as pessoas que estavam lá tinham pouco conhecimento de mostrar para a gente que a educação indígena tem que ser assim: eles diziam que isto não existe, só está no papel. Como é o costume dos brancos de que as coisas só funcionam se estiver na lei, se estiver escrito, mostrando os documentos e que para os índios não existia isso, mesmo nós já tendo na Constituição: mas foi uma lei assim muito abrangente, não tem detalhes para que a gente possa cobrar. E eu vejo que agora a gente está começando a se aproximar dessa questão. A palavra que a gente usou da educação diferenciada, são palavras somente para se identificar, para assegurar a nossa identidade, nosso direito, que muita gente ou muitos professores podem até pensar que essa palavra vai chegar feito dentro da sala de aula, eu creio que não vai chegar feito, mas sim vai chegar através dos professores da aldeia, dos professores indígenas que estão interessados em fazer essa palavra funcionar, que essa palavra que a gente está falando que é a educação diferenciada.

E a gente começou a perceber que havia uma necessidade de fazer este documento, como surgiram muitas organizações falando de educação indígena, como deve ser feito, chegou esse momento de fazer o Referencial Curricular para as Escolas Indígenas e hoje a gente está falando sobre isso. (...)

A experiência tem demonstrado que é necessário fazer trabalho junto com as pessoas, com as Secretarias e que eles acham que não são eles que devem fazer esse trabalho. Eles estão lá na diretoria, mas não são eles que querem fazer, acham que não são eles que devem

Acervo ISA

fazer esse trabalho. Deve ser feito por nós, pelos índios, mesmo eles estando no poder, mas acham que devem ser os índios que devem fazer.

Este documento que a gente tem agora em mãos foi uma batalha de quase 10 anos e acredito que um documento muito válido para as escolas indígenas, para todo o indígena. Não é esse documento que vai garantir ou fazer tudo o que é necessário para as comunidades indígenas, mas pelo menos uma parte por onde a gente começar. A gente acredita que futuramente a gente melhorar, vai colocar mais coisas de acordo com o nosso trabalho que a gente for desenvolvendo.

E a gente vê que cada setor, na Inspetoria, na Prefeitura, na Secretarias, as pessoas que estão lá dizendo que estão cuidando da educação indígena, não têm uma mínima informação do que o povo indígena precisa, do que está se falando da educação indígena. Então esse documento vai mostrar para essas pessoas como deve ser o caminho verdadeiro que a gente está precisando para fazer este trabalho acontecer.

Como a gente já sabe que está nesse caminho tentando produzir, tentando conquistar, resgatando todas as nossas culturas que nós falamos, que nós achamos que devem ser resgatadas, em algumas comunidades, em algumas aldeias, algumas organizações estão já iniciando o seu caminho, o seu trabalho. E para que isso seja realmente cumprido, implementado a lei, tem que dar uma formação para essas pessoas que estão lá, que estão na direção, que não só fiquem dizendo "Ah, porque a educação indígena não importa, a educação indígena tem que ser da FUNAI, a educação indígena tem que ser não sei de quem". Por exemplo, quando nós fizemos um seminário lá no município que eu moro, fizemos a proposta e fomos entregar para o Prefeito e o Prefeito acabou dizendo que isso não era o papel da Prefeitura, que ele estava fornecendo alguns materiais, remunerando alguns professores, mas que

Acervo ISA

não havia um Convênio, não havia uma verba exclusiva para professores índios. Eu falei para ele que nós sabemos que existe um determinado recurso, um determinado percentual que faz parte do Ensino Fundamental e muitos professores indígenas estamos nesse problema. Ele falou que quem deve cuidar disso é a FUNAI. Falei para ele também que a FUNAI desde 1991 perdeu todos os poderes na educação e na saúde e que seria pelo Estado e pela Prefeitura que tinha que ser repassado esses recursos. "Ah mas tirou o poder da FUNAI mas não passou para os municípios". Então até nessa conversa a gente percebeu que as pessoas que estão na direção não tem a mínima informação como trabalhar com essa palavra que a gente está usando que é a educação diferenciada.

Vou só acrescentar mais um ponto que não é só isso que a gente quer. A gente quer que a escola indígena não seja só de conversa, de papel, que ela seja concreta, as escolas indígenas com professores indígenas. A gente vê uma situação muito difícil no Estado do Acre: nós temos uma discriminação dizendo que os índios tem que ser da 1ª a 4ª série na sua área e depois vem tudo para a cidade. Nós não concordamos com essa idéia. Nós achamos que isso é um primeiro passo que a gente está fazendo e que futuramente a gente vai querer uma escola da 5ª a 8ª série, que permitiria a permanência do nossos povos que estão lá, dos nossos filhos, dos nossos netos e para que esses professores continuem trabalhando lá tenham uma formação na universidade diferenciada. Então, eu acho que é uma conquista que a gente está querendo colocar em torno desse documento que a gente está fazendo: a gente vem sendo discriminado ao longo dos anos que a gente vem passando.

Então, meu tempo esgotou, eu passo a palavra. Muito obrigado.

Acervo ISA

Profa. Maria de Lourdes Guarani

Bom dia a todos os companheiros presentes, bom dia aos companheiros de mesa. A gente já ouviu muita coisa que os companheiros colocaram aqui na mesa e principalmente sobre o Referencial Curricular, que está muito muito bonito. Mas eu acho que tem muita coisa ainda que a gente tem que colocar no seu devido lugar. Não adianta ter lei, colocar no papel, não adianta o índio querer escola diferente, mas se na prática é muito diferente. A gente ouve nas conversas dos companheiros o desejo de cada um de como quer essa escola diferente. Mas cada Região, cada Estado, cada Município tem os seus problemas, tem as suas dificuldades e acho que está na hora de a gente pensar de como vencer essas barreiras nos Estados, nos Municípios. Até agora a gente já falou muito em como a gente quer uma escola diferente e de como é essa escola. Nós indígenas sabemos como é essa escola. Mas que na prática, a burocracia sempre está emperrando alguma coisa para que não aconteça. Nós do Mato Grosso do Sul, eu sou da tribo Guarani, e tem a tribo Kaiowá, onde eu trabalho. A gente tem batalhado por uma escola diferente, faz mais de seis anos que a gente tem o Regimento, que vai para o Conselho, volta, vai e volta e nunca consegue estar do jeito que eles querem: não é do jeito que a gente quer, é do jeito que eles querem. Então eu acho que é uma coisa muito difícil. A gente faz um monte de lei, mas quando chega na prática essa mesma lei consegue barrar todas essas questões que a gente tanto quer: que é uma escola diferente e que muita gente também que não entende o que é uma escola diferente. Muitas comunidades, muitos professores não sabem como trabalhar nessa escola diferente. A gente não está dizendo que a gente quer uma escola

Acervo ISA

diferente que a gente vai deixar de lado todas as coisas boas que o branco nos ensinou, mas que a gente quer também resgatar aquela cultura, que muitas culturas já foram dizimadas, não existem mais, muitos povos indígenas não falam mais sua língua, igual o companheiro falou, muita gente não quer se identificar como índio, por que? Porque essa mesma escola que estava aí, que construiu isso na nossa cabeça ao longo desses anos, e hoje nós estamos batalhando por uma escola em que a gente quer valorizar ao mesmo tempo as coisas boas que os brancos nos ensinaram, e que a nossa cultura a gente não se perca no vazio, que nós possamos também um dia construir a nossa história, a nossa verdadeira história. Porque a história que está nos livros não fala tudo. Então eu acho que já está na hora de nós, professores índios e pessoas que estão trabalhando, coordenando nos Municípios, tem muita gente interessada em trabalhar, mas muita gente também não está sabendo como, as Secretarias não estão sabendo como trabalhar.

Eu acho que esse material aqui é muito bom, mas quando ele chegar, não adianta ele chegar nas escolas, nas Secretarias e ser engavetado, se ninguém fazer um estudo em cima disso não vai adiantar nada, vai ficar a mesma coisa. Então eu acho que a gente tem que ter uma maneira de como estudar, de como as pessoas dos Municípios, dos Estados ter interesse em estudar e repassar isso, e aos professores indígenas também porque a gente recebe um monte de papel de todos os lugares: do MEC, do Estado, mas no entanto ele fica ali, aquele monte de papel não serve para nada. Se a gente não estudar, as vezes muitos professores não entendem, não sabem o que está escrito na LDB, qual é o nosso papel, onde nós temos nossos direitos garantidos. Então eu acho que tem muita coisa que impede de a gente poder entender, das outras pessoas poder entender melhor as leis e esses montes de materiais bons que a gente recebe, que muita coisa também a gente pode reaproveitar, mas que fica ali sem

Acervo ISA

ninguém, sem ter uma assessoria que possa ajudar os professores indígenas a estudar, a entender. Porque muita coisa do branco, muitas palavras a gente não consegue entender. A gente pode até ler, muitas coisas a gente entende, muitas coisas não.

Então eu acho que está na hora de os professores indígenas ver esse outro lado, porque nós queremos uma escola diferente, muitos lugares já estão diferenciando o currículo, fazendo calendário, currículos escolares, a própria comunidade, os professores estão elaborando mas que muitas vezes quando chega nas Secretarias para ser aprovado, aí não está do jeito que eles querem então não aprovam. Então do que adianta a gente fazer esses encontros e ter esse monte de papel, muitas palavras bonitas se na prática não acontece nada disso?

Nós temos a Escola de Amambay, que até hoje não foi regularizada, mas nós estamos, nós somos, nós temos autonomia, nós elaboramos os currículos, o regimento e mesmo ela não sendo aprovada hoje, depois de muito tempo a gente tem mais acesso. A Secretaria tem entendido e tem medido esforços, estudado para que possam entender como eles podem trabalhar e nos ajudar na questão indígena. Agora tem muitas Secretarias lá que ainda continuam mandando os calendários, os currículos, os conteúdos para que os professores dêem aula conforme eles querem, conforme está no regimento deles. Então até agora, na verdade, a escola indígena diferenciada só está no papel, porque em muitos lugares ainda não acontece.

Outra coisa que a gente tem refletido muito: se nós queremos uma escola indígena diferente, ainda está longe para acontecer, porque nós sabemos que nas áreas indígenas tem muitas religiões e que muitos professores índios também já fazem parte dessas religiões. Muitas vezes nós mesmos vamos entrar em choque com aquela pessoa que é de uma religião, nós que acreditamos que muitas religiões falam que isso é pecado, aquilo é pecado, porque a nossa reza para os

Acervo ISA

evangélicos é pecado, a dança é pecado. Então como que nós vamos trabalhar dentro de uma escola indígena, com professores indígenas se ele também é um evangélico, como que ele vai repassar a nossa cultura se ele é contra essa cultura, se ele aprendeu a ser contra essa cultura. Então tem muita coisa que nós professores indígenas temos que pensar, que não é só falar "escola diferente", mas nós temos que saber porque que ela é diferente, nós temos que dar uma diferença para essa escola: mas tem muitas coisas que estão barrando isso. Nós queremos essa escola diferente, mas ainda está muito longe para acontecer, porque essa escola que estava aí, essa escola tradicional, ela veio de uma maneira que destruiu os povos indígenas. Mas da mesma forma nós devemos usar essa mesma escola para reverter esse quadro e mostrar que nós também temos uma religião. Nós índios sabemos que existe um Deus, mas não existem vários deuses, porque o branco agora é o que nós adoramos também. Mas cada um tem uma forma diferente de adorar a Deus.

Então é isso que eu gostaria de deixar para os professores, companheiros aqui da mesa, professores indígenas, pessoas que estão interessadas em ajudar as comunidades indígenas, que ainda está longe para acontecer essa escola diferente que a gente tanto quer. obrigada.

Profa. Darlene Taukane Bakairi

Bom dia a todos, eu sou Darlene Taukane, presidente do Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado do Mato Grosso e também, institucionalmente sou funcionária da FUNAI, chefe de serviço de educação. Vejam só que compromisso e responsabilidade que eu tenho na Região Centro-Oeste. E sou membro do Comitê de Educação Indígena pela Região Centro-Oeste. Então, eu estou assim muito

Acervo ISA

otimista, dentro do meu coração, principalmente em ver a participação da mulher. A Cleusa está aí e depois eu gostaria de ouvir a Cleusa também e alguns companheiros aí que não foram convidados a mesa. Mas eu acho que a oportunidade de a gente estar aqui, de ouvir e tem muita gente nos ouvindo, nos apoiando no movimento. Eu acho que esse é o nosso trabalho: trazer as pessoas, conquistar as pessoas para o meio do nosso movimento. Eu acho que a longo tempo esse é o resultado, ter uma mesa, ter interlocução, uma mesa composta por várias etnias. Eu acho que o movimento tem que ter esse nível mesmo, esse nível de instrumento, a gente utilizar esse instrumento e deixar o nosso recado, falar dos nossos avanços, das nossas inquietações e da nossa tristeza também, como minha companheira disse aí.

É assim que eu vejo as escolas indígenas, são representadas por várias etnias, várias sociedades indígenas e como ressignificaram isso ao longo do tempo e como está sendo esse instrumento, como está sendo lidado no seu dia-a-dia. Para mim, eu que fiz um grupo/ subcomissão tive a felicidade de dizer que eu tenho muita esperança porque eu vejo o movimento do professorado indígena que avançou muito: nós estamos nos organizando, nós estamos refletindo, nós temos condições de exigir os nosso direitos. Eu vejo a importância dos cursos de formação dos professores hoje nos Estados que estão abraçando essa causa: é um momento também de a gente estar falando isso, estar repassando isso para os professores e fazer uma leitura conjunta das nossas inquietações. Então eu vejo com muito otimismo que nós estamos num campo de conversa, de diálogo mesmo. Eu vejo que as possibilidades existem muito, mas a gente precisa criar o fato, fazer acontecer isso como o companheiro disse, para ter recursos financeiros, de como vai chegar isso, porque faz um longo tempo que eu estou vendo assim: a FUNAI está aí, a FUNAI assina a

Acervo ISA

vida dos índios como Governo, a presença do Governo Federal já está no vácuo.

Nós, os índios, temos que acordar para isso e organizar uma nova estratégia, uma nova política diante de tantos desafios. Então eu vejo que nós precisamos acompanhar o movimento, o movimento nacional, o movimento estadual, o movimento municipal e o movimento local. Então nós temos que ter essa habilidade de articulação, de estar a frente, porque muitas vezes nós do movimento, da frente do movimento, reclamamos que nós somos pouco ouvidos. Então, a nossa dificuldade também hoje é porque nós somos um povo diferente do outro, eu sou uma Bakairi que fala a língua, então a gente tem essa dificuldade de ir ao encontro do outro, dessa diversidade também interna. Então eu acho que ao longo do tempo a gente vai superar isso também. Eu vejo que cada situação é uma situação realmente, mas eu vejo que as escolas indígenas tiveram um avanço, embora não esteja muito claro a educação diferenciada, esse direito da diferença. Eu tenho a convicção que não importa o pacote, de como ela veio, a grande habilidade que nós temos é abrir esse pacote e ressignificar em nosso movimento, em nosso prol, em nosso movimento mesmo.

Nós vimos que o direito da diferença muitas vezes ela nega a qualidade do ensino para a escola indígena, mas por outro lado nós temos a condição de ensinar os nossos filhos na nossa própria língua. Os nosso filhos não são silenciados na sala de aula como eram antigamente. Então isso eu vejo que é um grande avanço e que nós podemos redefinir o currículo e tal na nossa realidade, no nosso contexto. Eu vejo assim que se nós colocamos na prática mesmo uma educação diferenciada de qualidade, nós poderemos ser modelo para a educação não-indígena. Eu vejo com bons olhos essa prática, essa luta dos povos lutarem pela escola diferenciada com qualidade. Eu vejo que tem muitas escolas que já estão colocando isso na prática, mas eu acho

Acervo ISA

que o que nós precisamos no momento é este intercâmbio, de trocas, de como os professores estão reorganizando, que sucessos eles têm, que avanços eles têm. Então para mim, no Estado do Mato Grosso, o curso de formação é muito importante para os professores porque é um encontro, é o fórum de discussão, é o fórum de a gente se ver, de se olhar, de se espelhar com a prática do outro, conhecendo a fala do outro, a postura do outro. Então fica bem claro assim, o professor com experiência há mais de 20 anos, está começando: então eu acho que é um momento muito importante. Mas eu acho que ao longo do tempo nós crescemos muito, porque nós tivemos esse limite, esse limite que nos permite, eu sou indígena, você é branco.

Eu vejo que esse Referencial vai ser assim um instrumento importante a partir do momento da formação de educadores que serão capazes de assumir essa tarefa e de técnicos aptos a apoiá-los e viabilizá-los. Está escrito isso lá. Isso é o nosso desejo: que nós tenhamos os professores aderindo a isso, questionando, refletindo, até contestando isso, essa prática porque tem gente que já está fazendo, já está votando pelo currículo diferenciado, já está fazendo isso na prática. Então eu acho é a soma de todas as experiências. É preciso que tenha um respaldo do Governo Federal porque nós sabemos que nós temos boa vontade mais ainda dependemos muito do Governo Federal. Eu fico muito indignada porque nós somos os povos habitantes e ainda não tem assim o compromisso do Governo Federal em relação à educação, às terras, à demarcação, saúde e ainda nós temos que chegar ao ponto de mendigar. Por isso quando, nós do Estado do Estado do Mato Grosso, quando o Dante de Oliveira esteve lá na nossa aldeia eu falei para ele assim: "Dante eu tenho muita vergonha de fazer reivindicação como uma mulher Bakairi". Porque eu acho que é um compromisso que um governo sério de todos os Estados brasileiros assumir um compromisso

Acervo ISA

com os povos indígenas, e o que não tem, se não tem então nós povos temos que reivindicar, fazer, mobilizar esse movimento.

Eu vejo que nós precisamos de muita coisa mas falta de apoio é o que inviabiliza tudo. Então eu acho que nesse momento precisamos rever isso também, o que é possível, o que pode ser feito em conjunto e ter a participação de todas as reuniões dos Secretários de Estado, dos Secretários Municipais, os professores indígenas, as comunidades como um todo estar o dia-a-dia, estar constantemente lá, levando os seus diários. E de repente eles desconhecem uma política nacional, uma conjuntura toda, de repente eles vêem que estão fazendo um serviço a parte, são prestadores de serviço, quando é um direito que nós temos. Eu vejo que os professores, que o movimento dos professores indígenas já é uma realidade e que precisa crescer mais, assim, a nível nacional, a nível local e tenho muita esperança que a consciência dos professores, da comunidade a partir da participação da comunidade, por isso que importante para termos apoio deles. E nesse sentido que eu vejo que nós crescemos muito e temos que continuar lutando pelos nossos direitos.

Acervo ISA

Anexo

A TV Escola e as Escolas Indígenas

Acervo ISA

A TV Escola e as escolas indígenas

Vincent Carelli
CTI/SP

O projeto "Vídeo nas Aldeias", que há mais de dez anos vem experimentando o uso de vídeo por comunidades indígenas, e que mais recentemente vem se preocupando em como integrar o vídeo nas escolas indígenas tem levantado de maneira assistemática dados sobre a existência e o uso da TV Escola nas áreas indígenas. As entidades diretamente envolvidas com a formação de professores indígenas e com o ensino nas escolas indígenas ainda não parecem ter considerado a questão. Enquanto isso a aquisição de antenas parabólicas e o acesso das aldeias à televisão é outro fenômeno que tem se multiplicado no últimos anos e que também deveria merecer uma reflexão por parte dos educadores. O programa TV Escola nas áreas indígenas ganha um significado ainda maior neste contexto.

No final de 1998, em parceria com a Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas foi realizado um levantamento ainda incompleto de como anda a introdução da TV Escola em áreas indígenas. No II Encontro Nacional de Coordenadores de Projetos na área de Educação Escolar Indígena foi apresentado este levantamento e foram levantadas algumas para reflexão e uma linha de trabalho.

Além de um levantamento nacional das áreas onde já existem equipamentos, se faria necessário analisar o seu uso (ou não), fazer um estudo da adequação (ou não) do conteúdo veiculado pela TV Escola para as diferentes áreas. Nos casos que se julgar a programação adequada, estudar as iniciativas necessárias para efetivar o seu uso, como instalação correta dos equipamentos, capacitação dos professores para o seu uso.

Acervo ISA

De qualquer maneira, devíamos discutir formas alternativas de uso dos equipamentos já distribuídos, potencializando o investimento feito pelo governo federal. Propomos, para tal, a formação de um grupo de pesquisa que analise os acervos da TV Escola, e outros acervos das TVs públicas e educativas para a seleção de conjuntos de títulos integráveis a currículos específicos e diferenciados de diversas áreas. Isto poderia ser pensado e estruturado de forma a facilitar tanto o processo de discussão do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas por parte dos professores indígenas, quanto o processo de implementação das propostas pedagógicas ali contidas. Estes pacotes poderiam vir a ser distribuídos para as diversas escolas indígenas já equipadas e aquelas que ainda serão, constituindo assim videotecas para as escolas indígenas. Trata-se, assim, de uma proposta de elaboração de um programa governamental diferenciado para a tão almejada escola indígena diferenciada.

Acervo ISA

Levantamento do TV Escola em escolas indígenas

81

Escola	N	Comunidade	Município	Dir./Professor	Alunos	motor	placa	luz	TVs	antena	Parab.	Data	sinal	outros	técnico
EP Comboios de Baixo	ES	Tupiniquim/Comboios	Aracruz/ES	Silene Dantas	113			X	31	?	?	Jul/97	bom		prefeitura
EEI Capitão Maxacali	MG	Maxacali/Pradinho	Bertópolis	Rafael Maxacali	161			X	1			Abr/97	"		Funai
EE Indígena Maxacali	MG	Maxacali/Agua Boa	St. Helena de Minas	José Ferreira Maxacali	127		X		0	0	0	Abr/97	"		Funai
ER Cacique Onofre	PR	Barão de Antonina	S. Jerônimo d.Serra	Tatiana Rodrigues	37			X	12			abr.97	bom		
ER Cacique Koféj	PR	S Jerônimo	S. Jerônimo d.Serra	Nilza Fernandes	83			X	18			abr.96	bom		Funai
ER Cacique Luis Pénky	PR	KaingangApucaraninha	Londrina	Manoel Felisbino	140			X	64			abr 96	ruim		Funai
ER Mun Inácio Martins	PR	Kaingang	Inácio Martins	Leila Geni	16			X	1			?	médio		?
E R do posto indígena	PR	Manguerinha	Manguerinha	Sauri Pafej	70			X	15			Set/93	bom		prefeitura
Marechal Cândido Rondon	PR	Palmas	Palmas/ SC	Rosângela Vãn-Kam	194			X	5			Jul/98	Bom		Funai
EB Munic. IRANI	SC	Toldo Chimbangue	Chapecó	Francisco Manoel Antonio	74			X	10			Abr/97	Bom"		Sec Est
CE Vitorino Kondá	SC	PI Xapecó	Ipuaçu	Eliane Cassol	326			X	?			Jun/97	Bom		Funai
EI Munic. Pinhalzinho	SC	Pinhalzinho	Ipuaçu	Cleonir Tonello	103			X	20			Mai/97	médio		17°CRE
E I Guarani	SC	Guarani	Entre Rios	Izolete Ribeiro	33			X	2			Jan/97	bom		Prefeitura
E I Mbya Limeira	SC	Guarani	Entre Rios	Adão Antunes	44			X	4			?	bom		?
Mare. Candido Rondon	RS	Kaingang/Inhacorá	S. Vale'rio do Sul	Maria dos Santos	280			X	50?			Dez 95	ruim		Funai
Padre José Borget	RS	Kaingang/Iraí	Iraí	Maria Gonçalves	73			X	15			jan 98	bom		Funai
Mare. Candido Rondon	RS	Kaingang/Guarita	Redentora	Valdemar da Silva	126			X	não			?	bom		?
Francisco Kanheró	RS	Kaingang/Rio da Várzea	Liberato Salzano	Guerino Farias	110		X	X							Funai
EI Faustino Doble	RS	Kaingang/	Cacique Doble	Rita Mignoni	138			X	17			Ago/97	bom		empresa
EE Marechal Rondon	RS	Nonoai	Nonoai	Eli Maria de Oliveira	83			X	12			Ag.98	Bom		Funai
EM Limão Verde	MS	Terena	Aquidauana	João Batista Nogueira	337			X	40			Dez/96	médio		?
EMPG Francisco Farias	MS	Terena/Água Branca	Aquidauana	Maria Elza da Silva	115			X	20			Abr/96	bom		
EM Feliciano Pio	MS	Terena/Ipegue	Aquidauana	Jane Silveira	212			X	20?		X				prefeitura
EMPG Marcolino Lili	MS	Terena/Lagoinha	Aquidauana	Tito Margarejo	228			X	30			Abr/96	bom		prefeitura
E Bom Progresso			T. Portela	Elizeu Ribeiro	160			X	8	X	X	Ago/96	bom		

Acervo ISA

Escola	revista	assiste	grava	Observação
EP Combolos de Baixo	não	sim	sim	
EEI Capitão Maxacali	não	não	não	* só usa o vídeo / sem a parabólica
EE Indígena Maxacali	não	não	não	* só usa o vídeo / sem a parabólica
ER Cacique Onofre	não	não	não	compraram com recursos da própria comunidade
ER Cacique Kofej	não	não	não	
ER Cacique Luis Pénky	não	não	não	não conseguem sintonizar na TV Escola
ER Mun. Inácio Martins	não	não	não	
E R do posto indígena	não	sim	não	faltou alguém para ensinar a gravar
Marechal Cândido Rondon	sim	sim	não	
EB Munic. IRANI	não	sim	sim	* Bom quando tinha parbólica
CE Vitorino Kondá	sim	sim	sim	
EI Munic. Pinhalzinho	não	não	não	
E I Guarani	não	sim	sim	
E I Mbya Limeira	não	sim	sim	muito proveito
Mare. Candido Rondon	não	não	não	não porque não pega bem o sinal
Padre José Borget	sim	sim	sim	
Mare. Candido Rondon	não	sim	sim	não diz quando recebeu mas diz que está funcionando
Francisco Kanheró	não	sim	não	não qual é o canal mas diz que assiste
EI Faustino Doble	não	sim	sim	assistem poucos programas porque não tem programação
EE Marechal Rondon	não	sim	não	as vezes alugam fitas e assistem vídeo
EM Limão Verde	sim	não	não	nunca funcionou direito/ um raio queimou tudo
EMPG Francisco Farias	sim	não	não	não está funcionando
EM Feliciano Pio	sim	não	sim	parabólica está estragada
EMPG Marcolino Lili	sim	sim	sim	televisão está com defeito
E Bom Progresso	não	sim	não	não tem vídeo para gravar, só televisão?

Acervo ISA

Escola	N	Comunidade	Município	Dir./Professor	Alunos	motor	placa	luz	TVs	antena	Parab.	Data	sinal	outros	técnico
EI Anhanguera		Kaingang/PI Carreteiro	Agua Santa	Maria de Assis	44			X	6			Ago/98	bom		Funai
Pichuvy Cinta Larga	RO	Cinta Larga/14 de abril	Espigão do Oeste	Noêmia Silva Vieira	46	X			2			Dez/96	bom		Funai
Sertanista José Santana	RO	Surui/ 7 de setembro	Cacoal	Elias Nereu Teti	70		X		não			Dez/96	bom		Funai
4 de Agosto	RO	Karitiana	Porto Velho	Nelson Karitiana	99	X			não			Dez/95	bom		SEMED
EE Indio Marajó	RR	Guariba	Normandia	Marli de Souza	93	X			não			Abr/98	?		Funai
EE Indio Gabriel	RR	Camará	Normandia	Fidelis Raposo Silva	90		X		não			Mar/98	?		Funai
EE WaiWai	RR	Wai-Wai	Caroeba	Demétrio Gomes Silva	105	X			sim	2		Abr/98	?		Funai
EE Mar. Deodoro	RR	Canavial	Normandia	Nildo Gerônimo	47		X		não			Abr/98	?		Funai
EE Sem. Filino Muller	RR	Lago Grande	Boa Vista	Alvarengo de Melo	105	X	X		sim	1		Dez/97	?		Funai
EE Jonilson de Barros	RR	Caampo Alegre	Boa Vista	Avelino Raposo	19	X	X		não			Dez/97	?		Funai
EE Mar. Rondon	RR	Boqueirão	Alto Alegre	Fausto Mandulão	108		X		não			Dez/97	?		Funai
EE Padre Leonal França	RR	Araça	Amajari	Arlindo Tenente	84		X		não			Dez/97	?		prefeitura
EE Prof. Edmilson Aguiar	RR	Garagem	Amajari	Matias de Souza	79		X		não			Nov/97	?		prefeitura
EE Maria Montserrat	RR	Ouro	Amajari	Airton Pereira	21		X		não			Nov/97	?		prefeitura
Tobias Barrte	RR	Mangueira	Amajari	Maridete Berício	26		X		não			Dez/97	?		prefeitura
Damiana da Cunha	TO	Barreira Branca/SJoão	Formoso Araguaia	Rivelino Javaé	95	?			não			Set/98			SEDUC
Tainá	TO	Canoanã	Formoso Araguaia	Edivaldo Javaé	102			X	2			Jan/98			SEDUC
Mantyk	TO	São José	Tocantinópolis	Cassiano Apinajé	140			X	15			Mar/98	bom		SEDUC
Damiana da Cunha	TO	Aldeia Santa Isabel	Formoso Araguaia	Francisco Machado	133			X	26			Ago/97	bom		firma
Cap. Waxihu Bedu	TO	Kurehe/Xambioá	Santa Fé	Luiz Kurikalá	102	X			3			Mar/97	bom		SEDUC
Sakruiwê	TO	Funil	Tocantina	Ari Taimbo	100			X	5			Set/97	bom		firma
Crokcroc	TO	Cachoeira	Goiatins	Ivo Teptyo Krahô	100		X		não			Mar/98			firma
Damiana da Cunha	TO	S. Isabel do Bananal	Formoso Araguaia	Woubedu Karajá	133	X	X		26			Ago/97	bom		firma
EM Pedro Lino	BA		Banzaê	Onolvo Jesus	76			X	2			Jul/96	bom		Sec Mun
EEFrancisca Alice Costa	BA		Banzaê	Solange Jesus	120			X	7			Jul/96			Sec Mun
EI Boca da Mata	BA		Porto Seguro	Juliana Santana	182		X		não			Jul/97			Funai
EI Pataxó Meio da Mata	BA		Porto Seguro	Macari Ferreira	34		X		não			Jul/97			Funai
EI Pataxó	BA		Porto Seguro	Wilson Bráz	220	X			8			Jan,97			Funai
Me' tare	AM	Bom Pastor	Amaturá	DamiãoCarvalhoNeto	112	-	X	-	?	?	?	Dez/97	ruim	médio	Funai
E. Santa Fé	AM	Nova Itália	Amaturá	Missionário Miguel	228	X	X	-	4	?	4	Dez/97	bom	bom	Funai

Acervo ISA

Escola	revista	assiste	grava	Observação
EI Anhanguera	não	não	não	
Pichuvy Cinta Larga	sim	sim	sim	
Sertanista José Santana	sim	sim	sim	
4 de Agosto	não	sim	não	não tem combustível p/ motor/ nem placa solar
EE Índio Marajó	-	-	-	?
EE Índio Gabriel	-	-	-	?
EE WaiWai	-	-	-	? Parece que a TV está funcionando só como TV?
EE Mar Deodoro	-	-	-	?
EE Sem Filino Muller	-	-	-	? Parece que a TV está funcionando só como TV?
EE Jonilson de Barros	-	-	-	?
EE Mar Rondon	-	-	-	?
EE Padre Leonal França	-	-	-	?
EE Prof Edmilson Aguiar	-	-	-	?
EE Maria Montserrat	-	-	-	?
Tobias Barrte	-	-	-	?
Damiana da Cunha				
Tainá				
Mantyk	sim	sim	não	
Damiana da Cunha	sim	sim	não	
Cap Waxihu Bedu	sim	sim	sim	
Sakruiwê	sim	sim	não	liga só o TV Escola
Crokcroc				
Damiana da Cunha	sim	não	não	
EM Pedro Lino	não	sim	não	
EEFrancisca Alice Costa	não	-	não	
EI Boca da Mata	-	-	-	
EI Pataxó Meio da Mata	-	-	-	
EI Pataxó	-	-	-	
Me' tare	sim	não	não	Falta ajustar a parabólica e apreneder a gravar
E Santa Fé	não	sim	não	Só falta aprender a gravar

Acervo ISA

Escola	N	Comunidade	Município	Dir./Professor	Alunos	motor	placa	luz	TVs	antena	Parab	Data	sinal	outros	técnico
Nova Esperança	AM	Canimaru	Amaturá	HermelindaAluêCoelho	68	-	X	-	-	-	-	Dez/97	bom	bom	Funai
E.Mun Porto Cordeirinho	AM	Porto Cordeirinho	Benjamim Constant	Diodato Otaviano Diambo	180	-	-	X	3	2	-	Out/97	ruim	médio	prefeitura
São Paulo Apóstolo	AM	Cidade Nova	Benjamim Constant	Demiro João Félix	33	-	X	-	-	-	-	97	-	-	igreja
E.Mun Porto Cruzeirinho	AM	Bom Caminho	Benjamim Constant	BernardoSouzaAgostinho	100	-	-	X	13	10	3	Ago/97	bom	bom	prefeitura
E. de 1 Grau S.Leopoldo	AM	São Leopoldo	Benjamim Constant	GuilhermeSevalhoPenes	82	-	X	-	3	3	-	Ago/97	ruim	bom	Funai
E Mun Eb?enezes	AM	Filadélfia	Benjamim Constant	Sansão RicardoFlores	340	-	-	X	5	4	1	Ago/97	ruim	médio	prefeitura
E.Mun Marechal Rondon	AM	Feijoal	Benjamim Constant	BernardoMarcolinoAiambo	378	X	X	-	25	20	5	Dez/97	ruim	médio	Funai
E. Mun. Bela Vista	AM	Boa Vista	S. Antonio do Içá	HermesManoelArtur	161	-	X	-	-	-	-	Jul/97	-	-	-
E. Est. D. Pedro I	AM	Vila Betânia	S. Antonio do Içá	Rosalve Flores Felipe	650	X	X	-	10	-	10	Jul/97	bom	bom	prefeitura
E. Mun. D. Pedro I	AM	Vila Betânia	S. Antonio do Içá	Rosalve Flores Felipe	365	X	X	-	10	-	10	Jul/97	-	-	-
ALEGRIA II	AM	Porto Velho	S. P. de Olivença	Damião Abilio José	98	X	-	-	-	-	-	Nov/97	-	-	-
S. S Dias da Silva	AM	Campo Alegre	S. P. de Olivença	CarlindoMacarioManduca	532	X	-	-	tem		tem	Set/97	-	-	prefeitura
S. Sebas Dias da Silva	AM	Campo Alegre	S. P. de Olivença	CarlindoMacarioManduca		X	-	-	-	-	-	Set/97	-	-	prefeitura
Bandeirante	AM	Bairro Independente	S. P. de Olivença	MiguelAvelinoFirmino	122	X	-	-	-	-	-	96	ruim	médio	prefeitura
E. Mun. Santa Clara	AM	Santa Clara	S. P. de Olivença	Beatriz da Silva Gomes	38	X	X	-	-	-	-	Nov/97	bom	bom	Funai
S. Raimundo Ticuna	AM	V AlegreParanapara II	S. P. de Olivença	Geraldino Felix Gustavo	100	X	-	-	-	-	-	Set/97	-	-	prefeitura
São Jorge	AM	Vendaval	S. P. de Olivença	Wilmar Augusto d Souza	238	-	-	-	-	-	-	Set/97	-	-	politico
Evare Movatch	AM	Belém do Solimões	Tabatinga	Darcy Augusto Ramos	350	-	X	X	53	46	7	Jun/97	médio	bom	Funai
S. Francisco de Assis	AM	Belém do Solimões	Tabatinga	José Guedes Tenazor	725	-	-	X	21	-	?21				
O'itchurune	AM	Umariaçu I/Cristo S.	Tabatinga	José Gabriel	157	-	-	X	55	52	3	Ago/97	-	-	-
N.S.Perpétuo Socorro	AM	Bananal	Tabatinga	HerminiaMartins Guedes	175	X	X	-	4	?	4?	Out/97	bom	bom	pref Funai
Almirante Tamandaré	AM	Umariaçu II	Tabatinga	RaimundoLeopardoFerreir	120	-	-	X	100		7	96	ruim	médio	prefeitura

Acervo ISA

Escola	revista	assiste	grava	Observação
Nova Esperança	não	sim	não	Falta aprender a gravar
E Mun Porto Cordeirinho	não	sim	não	não pega bem a TV Escola, nenhum canal limpo
São Paulo Apóstolo	não	sim	não	Falta peça para funcionar bem
E Mun Porto Cruzeirinho	não	não	não	Falta ligação elétrica p/ escola /não aprendeu a gravar
E de 1 Grau S Leopoldo	não	não	não	Falta peça na parabólica/ Não pega a TV Escola, só os outros canais
E Mun Eb?enezes	sim	não	não	Parabólica muito pequena/ não sintoniza
E Mun Marechal Rondon	sim	sim	não	Falta aprender a gravar
E Mun Bela Vista	sim	não	não	Falta bateria e pediram técnico da prefeitura p/ instalar
E Est D Pedro I	não	não	não	14 fitas gravadas/será outro programa? Pegou bateria agora/falta montar a placa
E Mun D Pedro I	não	não	não	falta bateria, e ninguém foi instalar o sistema
ALEGRIA II	1	não	não	falta peça e bateria e ninguém foi instalar
S S Dias da Silva	sim	não	não	Campo Alegre recebeu ao todo 3 kits/ não funcionam ainda/diretor não deixa mexer
S Sebas Dias da Silva	sim	não	não	Falta placa/o motor é particular/ falta também o video
Bandeirante	sim	sim	não	Falta Placa solar ou motor/ sintonizar e gravar
E Mun Santa Clara	não	não	não	Falta as baterias no sistema/Nas aulas vai funcionar quando o motor funcionar
S Raimundo Ticuna	sim	não	não	Falta placa/o motor é particular
São Jorge	sim	não	não	Falta energia/ o candidato não acabou a instalação
Evare Movatch	não	sim	não	a maioria das Tvs pegam a TV Colombiana
S. Francisco de Assis				Nunca recebeu o Kit da Tv Escola
O'itchurune	não	não	não	só o Projeto Amazonia Ocidental/ não instalou/ falta o video/ parabólica é pequena
N.S.Perpétuo Socorro	não	não	não	instalado no fim do ano o técnico ficou de voltar no inicio das aulas
Almirante Tamandaré	sim	não	não	Não funciona e parece não ter responsável

Acervo ISA

Anexo

Respostas do questionário-preparatório enviado às Secretarias de Educação Estaduais

Acervo ISA

Respostas ao questionário sobre II Encontro aos participantes do II Encontro de Coordenadores de Projeto da na área de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação do Mato Grosso do Sul

1- Não existe concurso em nenhum município nem Estado.

2- Não com exceção à Dourados. Amambaí as outras ainda continua sendo sala de outras extensões. (área rural)

3- não existe ninguém atuando

4- A proposta dos Guarani e Kaiová já foi encaminhada para o Conselho. Mas até o momento não temos respostas

5- Em maio de 1998 começamos a ter mais participação. Somos 11 pessoas que fazem parte da comissão dos professores que representa os demais no Fórum permanente de educação indígena

6- nos municípios não tem conselho municipal. Os que tem é, Dourados, Campo Grande, Corumbá.

7- Eles tem atuado a nível geral. A maioria das secretarias não aceita trabalhar com as ONGs.

8- Todas as escolas do Estado são municipais (indígenas)

9- Não tem técnico na área de educação(específico)

10- Amambaí, Dourados, Caarapo. Os professores receberam pequenas formações dada pela UCDB, UFMS, DIOSESE DE DOURADOS, CIMI e Missão Evangélica. Habilitação específica não teve. Os povos são: Guarani, Kaiova, Ofaie, Kadureu, Terena e Guato.

11- Com exceção de alguns municípios um ou dois ajudam os professores tanto passagem para irem participar de alguns eventos sobre educação indígena. Os outros municípios não estão preocupados com a questão indígena (educação).

12- Apesar da pressão do movimento dos professores indígenas e das comunidades, ainda há um grande número de professores não índios nas escolas indígenas. Alegam que o professores não tem formação. A verdade e que a maioria dos professores Guarani e Kaiova não tem nem o 1º Grau.

13- As organizações dos professores indígenas tem pouco apoio dos municípios e do Estado.

14- Temos de 5ª a 8ª série em Dourados(missão) Aldeia Amambaí. Nos outros Municípios as crianças ainda vão para a cidades quando termina o primário. Os professores tem o 3º grau, mas não tem formação específica.

Acervo ISA

15- Nós não sabemos nada a respeito.

Nós professores Guarani e Kaiová do Mato Grosso do Sul. Temos um grupo de professores que forma a Comissão dos Professores que representa todos os outros.

Gostaria que os órgãos reconhecesse nossa organização. E que esses representantes sejam sempre informada da coisas que acontecem e dizem respeito a educação indígena. Queremos mais participação dos demais professores Guarani e Kaiova do Mato Grosso do Sul nos encontros de educação.

Maria de Lourdes. Tribo Guarani Amambaí - MS
Representante da Comissão dos Professores

Acervo ISA

90

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
COORDENAÇÃO GERAL DE APOIO ÀS ESCOLAS INDÍGENAS

1- QUAIS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS QUE JÁ REALIZARAM CONCURSO PÚBLICO DIFERENCIADO PARA ADMISSÃO DE PROFESSORES ÍNDIOS?

R-ATÉ A PRESENTE DATA, NENHUMA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO REALIZOU CONCURSO PÚBLICO DIFERENCIADO, OCORRENDO O MESMO COM A SED/MS.

2- AS ESCOLAS INDÍGENAS ESTÃO DEVIDAMENTE RECONHECIDAS E REGULARIZADAS?

R- NÃO. COM EXCESSÃO DE AMAMBAI/MS, QUE CRIOU NO MÊS EM CURSO, SUA PRIMEIRA ESCOLA INDÍGENA COM REGIMENTO DIFERENCIADO, NOME INDÍGENA; PORTANTO, UMA ESCOLA DIFERENCIADA.

3- QUAL A ATUAÇÃO DOS NEI'S JUNTO AOS CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO?

R- O NEI(NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA) DO MS TEM TIDO UMA ATUAÇÃO DISCRETA;PORÉM, ATÉ A PRESENTE DATA, NÃO TEM PROCURADO O CEE/MS. A POLÍTICA DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO/MS NÃO TEM CONSIDERADO O NEI COMO ESTRUTURA ORGANIZACIONAL CONVINCENTE.

4- COMO ESTÁ A QUESTÃO DA REGULARIZAÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES ÍNDIOS NOS CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO?

R- TODOS OS CURSOS ESTÃO AUTORIZADOS E RECONHECIDOS PELO CEE/MS. O FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO DE MS TEM VISITADO ETNIAS DO MS , COM O PROPÓSITO DE DISCUTIR A FORMAÇÃO DE PROFESSORES ÍNDIOS.

5- COMO ESTÁ A PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES ÍNDIOS NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO?

R- EFETIVAMENTE, EM RELAÇÃO AOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO JÁ CRIADOS (CORUMBÁ, DOURADOS, CAMPO GRANDE), TEM-SE OBSERVADO UMA PARTICIPAÇÃO MUITO TÍMIDA DO ÍNDIO, NOS REFERIDOS CONSELHOS.

6- ALGUNS ESTADOS JÁ ELABORARAM SUAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO A PARTIR DA LDB. COMO ESTÁ A EDUCAÇÃO INDÍGENA DENTRO DESSAS RESOLUÇÕES?

R- A DELIBERAÇÃO Nº 4324 DE 03/08/95 PUBLICADA ANTES DA NOVA LDB, MERECE SER REFORMULADA EM ALGUNS ASPECTOS CONCEITUAIS, PORÉM, AINDA ESTÁ EM VIGOR. O FÓRUM ESTÁ DISCUTINDO JUNTO ÀS ETNIAS INDÍGENAS, AS POSSÍVEIS ALTERAÇÕES DESSA LEI.

7- COMO ESTÁ A EDUCAÇÃO INDÍGENA NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL? DE QUE MANEIRA AS SECRETARIAS ESTADUAIS ESTÃO COLABORANDO NA ELABORAÇÃO DESSA LEGISLAÇÃO?

Acervo ISA

R- ENQUANTO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO, O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NÃO TEM CONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE DISCUSSÃO NESSE NÍVEL. E A SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NÃO TEM CONTRIBUÍDO NA ELABORAÇÃO DESSA LEGISLAÇÃO.

8- DE QUE MANEIRA AS SECRETARIAS, ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS, UNIVERSIDADES E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS ESTÃO ATUANDO JUNTO AOS MUNICÍPIOS PARA QUE SEJAM GARANTIDOS AOS ÍNDIOS O DIREITO À UMA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA E DE QUALIDADE? (ONDE AS ESCOLAS INDÍGENAS FICAM SOB A RESPONSABILIDADE DO ESTADO, A PERGUNTA SERIA ADAPTADA).

R- A AEC/ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO CATÓLICA/MS, ENQUANTO ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL, TEM DESENVOLVIDO CURSO DE MAGISTÉRIO DIRECIONADO À COMUNIDADE INDÍGENA, E CAPACITAÇÃO DE 80 HORAS AOS PROFESSORES ÍNDIOS.

A SED/MS - ATRAVÉS DE RECURSOS ORIUNDOS DO FNDE/MEC - REALIZOU ATÉ O ANO DE 1996 - CURSOS DE CAPACITAÇÃO PARA PROFESSORES QUE ATENDEM ÁREA INDÍGENA. EXISTEM TRABALHOS DE UNIVERSIDADES DO MS, JUNTO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS. PORÉM, NADA AINDA CONSISTENTE.

9- COMO ESTÁ A FORMAÇÃO DOS TÉCNICOS DAS SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS COM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO INDÍGENA?

R-ENQUANTO SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, OS TÉCNICOS TEM SE CAPACITADO EM SERVIÇO, NÃO HAVENDO PORTANTO, CURSOS ESPECÍFICOS PARA FORMAÇÃO DE TAL PESSOAL.

10-QUAIS AS SECRETARIAS QUE ESTÃO ATUANDO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES ÍNDIOS? QUANTOS POVOS EXISTEM NO ESTADO E QUAIS OS QUE JÁ POSSUEM CURSOS DE FORMAÇÃO?

R- AGUARDANDO RESPOSTAS DOS MUNICÍPIOS/MS.

11- QUAL O APOIO DAS SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS ÀS INICIATIVAS DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS?

R- A SED/MS NÃO TEM DADO APOIO CONSISTENTE ÀS INICIATIVAS DAS ORGNAIZAÇÕES INDÍGENAS.. ENQUANTO SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE MS, APENAS TRÊS TEM MOSTRADO INTERESSE: - AMAMBAI
- CAARAPÓ
- SIDROLÂNDIA.

12- COMO ESTÁ SENDO GARANTIDA A PRESENÇA DO PROFESSOR ÍNDIO NAS ESCOLAS?

R- AGUARDANDO RESPOSTAS DOS MUNICÍPIOS/MS.

13- COMO ESTÁ O ENSINO DE 5ª A 8ª SÉRIES? ESSES NÍVEIS ESTÃO SENDO ATENDIDOS POR PROFESSORES COM FORMAÇÃO DE 3º GRAU? ESSES PROFESSORES POSSUEM CAPACITAÇÃO ESPECÍFICA PARA ATUAREM EM ESCOLAS INDÍGENAS?

Acervo ISA

R- ENSINO DE 5ª A 8ª SÉRIE: ESTÁ ACONTECENDO DE FORMA GRADATIVA.

PROFESSORES COM FORMAÇÃO DE 3º GRAU: O ENSINO DE 5ª A 8ª SÉRIE ESTÁ SENDO ATENDIDO POR PROFESSORES DE 3º GRAU, PORÉM, A PORCENTAGEM DE PROFESSORES ÍNDIOS NESSE NÍVEL, É MUITO PEQUENA.

PROFESSORES COM CAPACITAÇÃO ESPECÍFICA: HÁ UMA PORCENTAGEM MÍNIMA DE PROFESSORES COM CAPACITAÇÃO ESPECÍFICA NO ENSINO DE 5ª A 8ª SÉRIE.

14- COMO ESTÃO SENDO ADMINISTRADOS NOS MUNICÍPIOS OS RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM RELAÇÃO ÀS ESCOLAS INDÍGENAS E À FORMAÇÃO DE PROFESSORES ÍNDIOS (LEIGOS)?

R- AGUARDANDO RESPOSTA DOS MUNICÍPIOS/MS.

DEMEC/MS.

(8)- A AEC habilitou em 1996, a 1ª turma do Magistério, sendo que 9 formandos dessa 1ª turma, prestaram vestibular e frequentam universidade.
Em 1997, iniciou uma nova turma com 67 professores. O término do curso, acontecerá em julho de 1999.

ETNIAS:

- Os Kaiowás =
1- Guató
2- Ofaié
3- Terena
4- Guarani
5- Kaiowá
6- Kadwéu

Cambas → entre Guató e bolivianos.

Kinikinau → entre Terena e Kadwéu

Atikum → está em Inajá, na Aldeia Cabeceira Vieira de Pernambuco, são ± 20 famílias.

Acervo ISA

Perguntas sobre o II Encontro de Coordenadores na área de Educação Indígena

1- Quais as secretarias municipais e estaduais que já realizaram concurso público diferenciado para admissão de professores índios?

2- As escolas indígenas estão devidamente reconhecidas e regularizadas?
Qual a atuação dos NEI's junto aos Conselhos Estaduais de Educação?

3- Como está a questão da regularização dos cursos de formação de professores índios nos Conselhos Estaduais de Educação?

4- Como está a participação dos professores índios nos Conselhos Municipais de Educação?

5- Alguns estados já elaboraram suas normas de funcionamento da educação a partir da LDB. Com está a educação indígena dentro dessas resoluções?

6- Como está a educação indígena na legislação municipal? De que maneira as Secretarias Estaduais estão colaborando na elaboração dessa legislação?

7- De que maneira as Secretarias, organizações indígenas, universidades e organizações não governamentais estão atuando junto aos municípios para que sejam garantidos aos índios o direito à uma educação diferenciada e de qualidade? (Onde as escolas indígenas ficam sob a responsabilidade do estado, a pergunta seria adaptada).

8- Como está a formação dos técnicos das Secretarias estaduais e municipais com relação à educação indígena?

9- Quais as Secretarias que estão atuando na formação de professores índios? Quantos povos existem no estado e quais os que já possuem cursos de formação?

10- Qual o apoio das Secretarias estaduais e municipais às iniciativas das organizações indígenas?

11- Como está sendo garantida a presença do professor índio nas escolas?

12- Como está o ensino de 5ª a 8ª séries? Esses níveis estão sendo atendidos por professores com formação de 3º Grau? Esses professores possuem capacitação específica para atuarem em escolas indígenas?

13- Como estão sendo administrados nos municípios os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério com relação às escolas indígenas e à formação de professores índios (leigos)?

Acervo ISA

Referencial para o II Encontro nacional de coordenadores da área de Educação Indígena.

Síntese da Educação Escolar Indígena em Alagoas

1- Quais as Secretarias Municipais e Estaduais que já realizaram concurso público diferenciado para admissão de professores índios?

- Em Alagoas não está regulamentado o Concurso Público diferenciado, ainda não existe uma legislação definindo estes parâmetros. O Conselho Nacional de Educação ainda não emitiu nenhum parecer regulamentando a questão de Concurso Público para professores índios.

02 - As escolas indígenas estão devidamente conhecidas e regularizadas?

- Não. Em Alagoas os prédios onde funcionam as Escolas Indígenas são em sua minoria do Município, a maioria são mantidas pela FUNAI, menos o pagamento dos professores.

- MEC/Sec. da Educação investe na capacitação dos professores e quando assume um novo prefeito, há sempre uma substituição no corpo docente.
- Obs: Os índios preferem que as referidas escolas sejam estadualizadas e não municipalizadas devido a política existente nos municípios.

03 -Qual a atuação dos NEI's junto aos Conselhos Estaduais de Educação?

- O NIEEI está passando por uma reestruturação com ingresso de novos técnicos com possibilidade do envolvimento de um membro do Conselho

Acervo ISA

Estadual de Educação no NIEEI. Ainda não há uma sensibilização para as questões de Educ. Esc. Indígena.

4- Como está a questão da regularização dos cursos e formação de professores índios nos Conselhos Estaduais de Educação?

- Em nosso Estado, somos privilegiados quanto a formação de professores, cerca de 90% já possuem o 2º grau completo. A questão que nos preocupa é a continuidade de estudos a nível de graduação.

5- Como está a participação dos professores índios dos Conselhos Municipais de Educação?

- Os Municípios ainda estão se organizando quanto a criação do Conselho Municipal da Educação.

6- Alguns estados já elaboraram suas normas de funcionamento da educação a partir da LDB. Como está a Educação Indígena dentro dessas resoluções?

- A nova LDB está sendo estudada pelos elementos do NIEEI para um melhor entendimento dos novos parâmetros e orientação aos Municípios. Pretendemos junto a DEMEC/AL realizarmos um Encontro junto aos Prefeitos e Secretários para esclarecimento da nova LDB e comprometimento dos mesmos quanto a Educação Escolar indígena em seu Município.

7- Como está a Educação Indígena na legislação municipal? De que maneira as Secretarias estaduais estão colaborando na elaboração dessa legislação?

Acervo ISA

- O Município vem seguindo o mesmo currículo das escolas normais. A Sec.Est. de Educação/NIEEI já está dando início a um processo de mudança desse quadro em atendimento a LDB (a fim de garantir uma escola diferenciada, específica e intercultural as escolas indígenas.)

8- De que maneira as Secretarias, Organizações indígenas, Universidades e Organizações não governamentais estão atuando junto aos municípios para que sejam garantidos aos índios o direito à uma educação diferenciada e de qualidade? (Onde as escolas indígenas ficam sob a responsabilidade do Estado, a pergunta seria adaptada.)

- Apesar da situação das escolas indígenas do nosso Estado/AL, ainda não estar definida (estadualizadas ou Municipalizadas), a SED já vem realizando um trabalho junto a essa clientela através de reuniões, visitas e encontros de capacitação.

9- Como está a formação dos técnicos das Secretarias Estaduais e Municipais com relação a Educação Indígena?

- Sentimos a necessidade de uma consultoria em relação a essa nova postura pedagógica.

10- Quais as Secretarias que estão atuando na formação de professores índios? Quantos povos existem no estado e quais os que já possuem cursos de formação?

- Alagoas ainda não está atuando na formação de professores índios.

Existem 06 povos no nosso Estado:

- Xucuru-Kariri - Palmeira dos Índios
- Karapotó - São Sebastião

Acervo ISA

- geripankó - Município de Pariconha
- Tingui-Potó - Feira Grande
- Kariri-Xocó - Porto Real do Colégio
- Wassu-Cocal - Joaquim Gomes

11- **Qual o apoio das Secretarias Estaduais e Municipais às iniciativas das Organizações Indígenas?**

- Convidando os componentes das ONGs a participarem das reuniões. Contamos com a participação do CIMI (Conselho Indiginista Missionário.)

12- **Como está sendo garantida a presença do professor índio nas escolas?**

- Através de concursos públicos das prefeituras e empréstimos de professores titulados da FUNAI.

13- **Como está o ensino da 5ª a 8ª séries? Esses níveis estão sendo atendidos por professores com formação de 3º grau? Esses professores possuem capacitação específica para atuarem em Escolas Indígenas?**

- Os alunos de 5º a 8º série estão sendo atendidos nas Escolas Municipais por não haver salas suficientes nas Escolas das Comunidades Indígenas e nem recursos humanos capacitados com o 3º grau.

14- **Como estão sendo administrado nos Municípios os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério com**

Acervo ISA

relação às Escolas Indígenas e à formação de professores Índios (leigos)?

- No nosso estado não existe professor leigo nas escolas indígenas. Nossa preocupação é quanto a continuidade da formação desses professores.

O NIEEI já colocou em pauta uma reunião juntamente com a DEMEC, Prefeitos e Secretários Municipais, onde existe escolas indígenas, para uma reflexão e comprometimento dos mesmos a fim de evitar prejuizos com investimentos em recursos humanos passíveis de remoção, dispensa imotivada ou por motivos políticos.

Acervo ISA

Respostas ao questionário enviado aos participantes do II Encontro de Coordenadores de Projeto da na área de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação da Educação de Minas Gerais

Começar pela leitura dos professores para uma espécie de revisão

8- Distribuição remediata para todos os grupos

9- No seminário dos dias 3. 4 e nas reuniões de planejamento de formadores

10- organizar um roteiro de como se trabalhar o material

11- Pensar a questão em curto. médio e longo prazo.
Curto prazo - apresentação. leitura com os professores índios
Médio prazo -
Longo prazo -

12- Apresentação do RCNEI às Universidades que formam os formadores (por exemplo, à Faculdade de Educação da UFMG)

13- Distribuir mais kits na FAE

14- Fazer o Kit ser reconhecido pelo entorno (prefeituras. superintendências)

15- As coordenações por etnias (MG) devem orientar a leitura num primeiro momento.

16- A questão dos (?) como as normas devem ficar previstas ou operada pela orientação do MEC às Secretarias

Acervo ISA

17- mandar pelo malote para E.S (mais não para educadores de formação)

18- fazer articulação do projeto do RJ. com a Secretaria para todos os educadores (mesmo os que não estão em formação)

19- Aplicabilidade - Lúcia

Questões

Como este documento vai chegar à prática dos professores indígenas?

Como deve ser incorporado?

Qual á forma adequada para cada usuário?

Considerações

Leitores: professores, técnicos, formadores

MG e ES (e os outros Estados)

Situação diferenciada

Do pagamento da visita institucional

Extinção das Delegacias do MEC nos Estados

A DEMEC não pode impedir o papel do MEC na distribuição e aplicação

Acervo ISA

Sugestões

1- Ver para cada usuário a forma adequada
2- Houvesse uma comissão para orientar na utilização do documento (Zé Nunes)
3- Ler com os professores nos cursos de formação
4- As questões específicas trabalhadas no decorrer do curso
5- Cada disciplina deve ser discutida a partir dos pontos interessantes para cada etnia.

Considerações:

-Creuza: a gente tem um planejamento e a gente não sabe o papel dos técnicos das Secretarias, das Prefeituras.
O que eles querem de nós?

-Kanatyo: O RCNEI tem que ser passado para o Brasil em prol da questão indígena.
O RCNEI deve funciona como sugestão
O RCNEI não deve subsidiar ao cobranças das instituições
Determinados critérios que o ministério distribui a educação indígena

- Olga: os livros são ferramentas, abrem a porta para pegar uma série de idéias. Cada professor pega a idéia ao mesmo tempo o RCNEI vai servir de referencia para os supervisores, etc.
O texto é muito importante para abrir a mentalidade de todos

Acervo ISA

- Algemiro: A secretaria no Rio de janeiro até agora não tem conhecimento do processo de educação indígena

Guarani - 6 professores

Parati - 3 professores

Questões

- Como o RCNEI vai chegar à prática dos professores indígenas?
- Como trabalhar no curso se nem todos professores estão em formação?
- Se já existe um curso ele estaria muito distanciado do documento?
- Como se resolve a questão das Secretarias Municipais?
- Qual a ordem da distribuição?(simultânea ou não?)
- O que as instituições esperam da aplicação do RCNEI?
- Respeitando - se os princípios do RCNEI não vai haver um descompasso com os órgãos normativos?

Considerações:

- Há tipos de leitores: professores, técnicos e formadores
- Há situações de recepção diferenciada nos Estados?
- Há uma dificuldade institucional com a extinção das DEMEC, que não poderá mais suprir o papel do MEC.
- Se já existe os cursos, o RCNEI já vai fazer parte desta formação
- O enfoque de estudo e aplicabilidade deve ser particular (ou específica) para cada povo.

Acervo ISA

- Para o professor o enfoque é a nivel de conhecimento e metodologia. Para os técnicos, prevalecesse uma visão institucional.
- Não haveria necessidade de retardar o processo para nenhum grupo.
- Para garantir continuidade devemos nos antecipar às mudanças qual produção deve ser feitas pelo Estado.

Questões

- Qual vai ser o papel das Secretarias na aplicação do RCNEI?
- Como a DEMEC possa participar no Rio de Janeiro?

Considerações

- Seria papel da DEMEC.
- Para criação de uma consciência nas superintendências, prefeituras, o RCNEI tem que cumprir o papel de sensibilizar.
- No Amapá trabalharam as pessoas do entorno e o efeito foi grande.
- Considera-se a situação delicada pelo alcoolismo.
- A consciência crítica não vai nascer de uma forma expontânea.
- A questão indígena é mais ampla do que a educação escolar indígena
- Não dá para não envolver o município nesta questão
- A questão não é só como ensinar as crianças indígenas, e como os índios são vistos no municípios
- A universidade deve formar parceria
- As preocupações de atingir a Universidade e o município fica em 2º plano
- Via professores é um caminho que muitas vezes não aparece institucionalmente na universidade principalmente na faculdade de educação de Minas Gerais e UEMG(que torma-se importante no novo governo)

Acervo ISA

- O lançamento dos novos parâmetros foi um marco de encontro pelas ações como Encontros de peso? Impacto.

Sudeste

1- Kleber
2- Ines
3- Lúcia/ DEMEC
4- Zacarias/ES
5- Zélia/ES
6- Fortaleza/ES
7- Iolanda/DEMEC-Rio
8- Zélia
9- Márcia
10- Algemiro
11- Kanatyo
12- José Nunes
13- Creuza

- O que significa discutir aplicabilidade
- Como vai chegar à prática dos professores indígenas

Projetos indígenas

Curso

Seminário

Acervo ISA

Técnicos / apoiadores

Curso

Seminário

Formadores

curso

Seminário

1- Comunidade e Professores

Na aldeia

No curso de formação

2- Técnicos

3- Formadores

4- Discussão no curso

5- Encontros / Seminário abril

Curto

Distribuição

Coordenação Geral

Curso de Formação

Médio

Dentro do Ensino Pres. A Indígena na distribuição Pedagógica Indígena

Univ. FAE

Institucionalmente / formação e apresentação do documento: para quem está formando o educador - UEMG

Acervo ISA

Pegar uma idéia para usar de forma diferente

abre a porta para diferente SEE

Acervo ISA

Respostas ao questionário enviado aos participantes do II Encontro de Coordenadores de Projeto da na área de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação do Espirito Santo

Posicionamento da AMIT. Ceará. sobre questões colocadas pela Coordenação do II Encontro Nacional de Coordenadores de Projeto em área de Educação Indígena - 1998

1- Nenhuma Secretaria Municipal ou Estadual está ou realizou concurso para professores indígenas.

2- Ainda não estão regularizadas as Escolas Indígenas de iniciativa de suas Comunidades. Existem algumas escolas Municipais ou Estaduais que atendem à Comunidades por estarem situadas dentro de Terras Indígenas.

3- Não foi ainda criado o NEEI no Ceará.

4- O Estado não tem desenvolvido Curso de Formação. Apenas de Capacitação, isolado.

5- Não temos conhecimento do funcionamento dos Conselhos de Educação.

6- Não temos conhecimento se o Estado do Ceará inseriu a Educação Indígena dentro de suas normas de funcionamento. Há um compromisso verbal de que essa questão estará sendo anunciada a partir de 1999. (Projeto "Salto para o Futuro" com parceria com o Banco Mundial)

7- Nem a Secretaria de Educação nem as Secretarias Municipais estão trabalhando a legislação específica.

8- Têm sido feitas gestões mais ou menos freqüentes por parte das organizações indígenas e de Entidades não governamentais (AMIT e Centro de Defesa dos Direitos Humanos / Pastoral Indigenista) junto à SEDUC, que tem-se mostrado receptiva às demandas apresentadas

9- Não existe uma formação sistemática dos técnicos da SEDUC.

10- Povos que existem no Estado:

Tremembé(Itarema)
Tapeba (Cancaia)
Pitaguary (Maracanau)
Jenipapo - Kaninde (Aguiraz)
Kamindé (Aratuba)
Kalabança (Poronga)
Potyguara (Crateus e Ipueiras)
Tabajara (Independência, Monsenhor, Tabosa e Crateus)
Tupinabá (Crateus)
Kariri (Crateus)
Curso de Capacitação com os Tremembé

Acervo ISA

11- Tem sido um projeto descontínuo durante 3(três) anos. Foram realizados 2(dois) Seminários de Educação Indígena. em 1997 e 1998. de 1(um) dia cada. contemplando lideranças e professores indígenas, de todos os povos do Ceará. E reduzido pessoal técnico.

12- Os povos indígenas só aceitam professores em suas escolas que sejam indígenas. Em maio último a SEDUC realizou o Censo Escolar em 5(cinco) Terras Indígenas.

13- Existem um curso de Formação promovido pela AMIT, precariamente, para professores indígenas Tremembé. de 3ª a 4ª séries. desde 1997.

14- Desconhecemos completamente o uso do dinheiro do FUNDEF. A maioria dos professores indígenas no Ceará é voluntário. Os que recebem vencimentos em Itarema, por exemplo, é o valor mensal de R$ 63,00 (sessenta e três reais).

Estamos anexando cópia do Censo Escolar realizado pela SEDUC em 1998(maio e junho), em 5(cinco) terras indígenas.

Fortaleza(Maria de Lourdes Barcelos)
Maria Amélia Leite

Acervo ISA

Respostas ao questionário enviado aos participantes do II Encontro de Coordenadores de Projeto da na área de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação de Goiânia.

Escola Tapirapé

Respostas ao questionário (só algumas)

1) Ensino de 5ª a 8ª séries:

Esses ensino está sendo ministrado por professores Tapirapé que possuem 2º Grau Magistério. Estamos assessorandos-os esporadicamente (4 vezes ao ano, aproximadamente). Estamos pensando num projeto de formação permanente para esses professores, algo mais sistematizado.

Em 1997/1998 realizamos dois encontros sobre língua Tapirapé, a pedido deles, com assessoria da Profª Dra. Yonne Leite (Museu Nacional - UFRJ). Foram discutidas questões ortográficas, fonética, fonologia e mofologia da língua.

Ainda neste ano realizaremos uma outra reunião, sobre "Produção de texto e leitura", com assessoria do Profº. Dr. Wilmar D'Angelis, da UNICAMP.

A solicitação deles é que todas as áreas sejam atendidas - geografia, ciências, matemática.

2- Relações com a Prefeitura (Santa Terezinha)

Neste ponto, mais uma vez se confirma a triste verdade - a qualidade das relações dependem de quem está no poder. Na gestão passada contávamos com um prefeito oriundo do movimento popular, e com ele foi possível conversar. Sua equipe se mostrou bastante sensível às questões indígenas. Os professores Tapirapé conseguiram participar dos dois Projetos Inajá, encabeçados, principalmente, pela Prefeitura de Santa Terezinha.

Atualmente, o quadro mudou bastante. Exemplo - veio uma verba estadual para a construção de uma escola na Aldeia Tapirapé Maytyritawá. A verba foi administrada pelo município. O desenho da escola proposto pelos Tapirapé foi ignorado. Nunca soubemos o montante da verba nem conseguimos ter acesso à prestação de contas, apesar de repetidas idas do diretor e de alguns conselheiros até a Prefeitura. A questão da merenda também e

Acervo ISA

problemática apesar da solicitação dos Tapirapé a respeito dos alimentos que querem, a Prefeitura manda o mesmo que para outras escolas.

3- Relações com o Estado

Os Tapirapé não estão participando do Projeto Tucum e isso dificulta o acesso a muitas informações / debates que estão acontecendo no Estado.

Eles têm participando de eventos como a conferência Ameríndia e a Conferência sobre a educação básica. Participam das reuniões do Conselho Estadual de EEI, porém não assiduamente. Problemas: distâncias - não agilização da entrega das passagens pela FUNAI local.

4- Em relação a TV Escola

Estive recentemente com os professores Tapirapé e conversamos a respeito da TV Escola. Eles têm consciência da importância do vídeo atuando na educação.

A escola já conta com alguns filmes, mas o aparelho de TV e vídeo estão estragados. Um grande problema é o gerador de energia. Os movidos a combustíveis dão inúmeros problemas. Os que funcionam com placas solares talvez seriam uma alternativa(?).
Na região não há recepção boa dos programas da TV Escola.

Sugestão deles:

Que, ao invés de se tentar captar o sinal da TV Escola, com parabólica e tudo o mais, o MEC financiasse um Kit com a TV, o vídeo e uma coleção de fitas de vídeo com os temas escolhidos por eles, ex. filmes sobre outros povos indígenas, filmes sobre animais (tipo vida selvagem).

Eunice Dias de Paula

Acervo ISA

Respostas ao questionário enviado aos participantes do II Encontro de Coordenadores de Projeto da na área de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação do Estado do Ceará.

1- No Ceará nenhuma Secretaria realizou concurso público diferenciado com os professores índios. embora já esteja em discussão.

2- A Secretaria de educação básica do Ceará realizou este ano de 98 o censo escolar escola indígenas. fazendo o cadastro das escolas. até então não existia nada que comprovasse a existência de escolas nas áreas indígenas. Todavia. ainda não estão reconhecidas pelo Conselho de Educação.

3- A SEDUC trabalha em parceria com instituições não governamentais. porém. o NEI. não está organizado oficialmente.

4- Como no Estado os cursos de formação de professores índios não funciona. nos Conselhos Estaduais de Educação não tramita estes cursos. todavia não será fácil reconhece-los cada visto. concepção de educação indígena dos conselheiros é bastante conservadora.

5- Está colaborando nas reuniões mensais dos Centros Regionais de Desenvolvimento de Ensino. com a sociedade civil. lideranças e representantes de professores índios junto aos municípios que estão localizadas populações indígenas.

6- Através de debates. seminários. mobilizações e outros meios de sensibilização da sociedade, as universidades participam esporadicamente desses momentos. uma vez que estão interessadas mais na elaboração de pesquisas, teses, enfim, não se envolvem substancialmente nos trabalhos.

7- A secretaria de educação está organizando cursos envolvendo os técnicos da SEDUC. técnicos das Secretarias municipais e instituições não governamentais para a questão indígena, será o primeiro curso. constatamos que o investimento ainda é insuficiente para o trabalho pedagógico especifico com os indígenas.

8- A secretaria está atuando nas capacitações de professores índios. ainda não trabalho na linha de formação. Está elaborando, um programa para contemplar a formação de educadores infantis indígenas, já que a demanda nessa faixa etária é a mais necessária. O Ceará conta com oito(8) povos. poucos tem curso de formação no magistério a nível de ensino médio. Somente os Kalabaço localizados no Sertão de Crateus concluíram o 2º grau.

9- O apoio tem se dado nas perspectivas da educação por parte da Secretaria Estadual, as municipais estão ainda na contramão dos processo histórico desses povos.

Acervo ISA

10- É uma questão difícil. o estado não assume os salários dos professores e os municípios também ignoram. ambos. alegam a escolaridade insuficiente para o exercício do magistério. Os professores índios no Ceará. a maioria. faz um trabalho sem remuneração

11- As escola indígenas cearenses. esse nível de ensino de 5ª a 8ª séries não funciona. os alunos que alcançaram este nível. que são poucos. necessitam sair da aldeias e ir as sedes das cidades para freqüentarem escolas que atendam o ensino fundamental nas séries terminais.

12- Não temos informações precisas quanto o gerenciamento dos recursos nos municípios. porém. quanto os cursos de formação. nenhum município está realizando cursos específicos para professores índios.

Maria José Pinheiro Marques
Coordenadoria de Desenvolvimento Técnico Pedagógica
Secretaria da Educação Básica - Ceará

Acervo ISA

1- Está seguindo as mesma diretrizes do estado com exceção da língua mãe dos indígenas. que deve ser mantida na tribo.

2- Não

3- Sim

-- Não existe conselho por não ter pessoa qualificada para exercer o cargo.

5- Seguindo a L.D.B.

6- Agindo da melhor maneira possivel, dando assistência com material pedagógico e repondo merenda quando nescessario.

7- Mandando comunicado para reuniões na sede em Campo Grande-MS.

8- Sim, mostrando a importância da habilitação na àrea da Educação.

9- Colocando-se a disposição dos indígenas para eventuais dúvidas.

10- A nova L.D.B garante este direito ao Índio. Mas a SEC.do Município da o apoio ao professor Índio para que sua língua mãe seja mantida nas - Escolas Indígenas existente em nosso Município.

11- Em relação ao ensino de 5ª a 8ª séries,queremos por em questão que estão sendo ministrados por professores com formação de 3º grau e queremos dizer que a mesma funciona fora do território indígena.

12- Os vencimentos estão sendo pagos de acordo com suas escolaridades. Para professores leigos foi solicitado através de ofício curso de formação em nível médio na modalidade de Educação à Distância Através da FUNDESCOLA.

13- Não está sendo realizado por não ter Kit-Parabólico .

Para soluções cabíveis

1- Energia elétrica em todas as escolas da aldeia

2- Aparelho audio visuais (TV,Video, Kit-Parabólico)

3- Manutenção das escolas e construção de mais salas de aula.

Japorã-MS., 17 de Novembro de 1.998.

Acervo ISA

Respostas ao questionário enviado aos participantes do II Encontro de Coordenadores de Projeto da na área de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação do Espírito Santo

1- Ainda não houve nenhum procedimento específico para os professores índios em relação a concursos públicos, nem na rede Estadual, nem Municipal.

2- Sim. Somente a escola indígena três Palmeiras - Escola Bilíngüe Guarani, iniciada em 1998, funciona como turma anexa à EP "Aldeia Boa Esperança", também Guarani.

3- Não tem instância para deliberação conjunta. Tem atuado na elaboração, execução e avaliação de Projetos nas áreas de saúde, educação e agricultura.

No Espírito Santo, os trabalhos de parceria são realizados via NISI - Núcleo Interinstitucional de Saúde Indígena/Sub-Núcleos.

4- Desde de 1996 o Curso de Formação de Educadores Índios Tupinikim e Guarani está funcionando e o processo está em análise na Inspeção Escolar/SEDUC, para parecer e encaminhamento ao CEE.

5- Não existe representação de professor índios nos Conselhos, até o presente momento.

6- As resoluções de adequação à nova LDB, até agora produzidos pelo CEE, ainda não evidenciaram a educação indígena.

7- Está contemplada, porém é necessário reformulações para garantir as alterações à nova LDB e demais legislações.

Acervo ISA

8- Através do Subnúcleo de educação indígena/NISI-ES, onde os Projetos/ ações são definidos, executados e avaliados em parceria. Fazem parte dessa parceria Órgãos Governamentais (SEDUC, SEMED, Aracruz, FUNAI) Órgãos Não governamentais (IDEA, CIMI, Pastoral Indigenista) e lideranças Indígenas Tupinikim e Guarani.

Apesar da importância da UFES nesse processo, até o momento ela se encontra ausente.

9- Não existe formação planejada e sim, encontros de técnicos para busca de informações e entendimentos da legislação específica.

10- Secretaria Estadual de Educação e Secretaria Municipal de Educação, em parceria.

Dois povos: Tupinikim e Guarani

11- À nível Estadual - pagamento de h/a aos formadores, fornecimento de transporte para a locomoção dos formadores em cada etapa do Curso de Formação e a Liberação de dois técnicos para acompanhamento das ações pertinentes à educação indígena.

A nível Municipal - fornecimento de alimentação, material didático e de limpeza, transporte para locomoção dos educadores índios e dos técnicos durante as etapas do Curso.

Ainda há uma participação no que se refere ao pagamento de h/a e transporte dos formadores.

Acervo ISA

Respostas ao questionário enviado aos participantes do II Encontro de Coordenadores de Projeto da na área de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação do Amazonas

1- Em 1997, o IERAM/AM assessorou a Prefeitura de Manaus na discussão e elaboração do concurso para professores indígenas. No entanto, esse concurso não foi realizado, ficando a sua realização para acontecer após a conclusão do Curso de Formação dos Professores Indígenas.

2- Os municípios tem conhecimento e reconhecem essa necessidade. Mas na prática as escolas indígenas ainda não tem seu funcionamento reconhecido e regularizado legalmente.

3- Até o momento, não existe nenhum NEI criado nas Secretarias Municipais de Educação. O IERAM/AM está intensificando a articulação junto às Prefeituras para criação desses Núcleos.

4- O Projeto Pira-Yawara / Programa de Formação de Professores Indígenas do Estado do Amazonas está em processo de tramitação no CEE/AM, em via de aprovação.

5- Poucos Conselhos foram criados e neles a participação dos professores indígenas foi garantida, a exemplo dos municípios de Tabatinga, Benjamim Constant e São Gabriel da Cachoeira.

6- No Estado do Amazonas a Educação Escolar Indígena foi regulamentada pelo Conselho Estadual de Educação através da resolução nº 99/97.

7- Através de capacitação e/ou cursos de formação de professores, seminários e encontros pedagógicos.

Acervo ISA

8- Desde que a SEDUC/IERAM-AM. assumiu a Coordenação da Educação Escolar Indígena. vem correndo sistematicamente a capacitação da equipe técnica. no entanto no âmbito municipal esse trabalho vem acontecendo. ainda. de forma muito lenta.

9- SEMED's / Formação de Professores

Maués e Barreirinha

57- (cinqüenta e sete) povos indígenas

Curso de formação / OGPTB

Benjamim Constant. Tabatinga, Amaturá. São Paulo de Olivença. Santo Antônio do Içá

Povos indígenas envolvidos em Curso de Formação: Ticuna e Sateré Mawé

10- A SEDUC apoia as organizações indígenas com recursos financeiro de técnico. desde a elaboração de suas programações até a realização de seus eventos.

11- Pela regulamentação do Conselho Estadual de Educação através da resolução nº 99/97.

Acervo ISA

Respostas ao questionário enviado aos participantes do II Encontro de Coordenadores de Projeto da na área de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso

1- Nem Estadual e nem Municipal

2- Não. No Estado temos escolas reconhecidas, outras somente autorizadas, outras criadas e a maioria das escolas sem criação pelo Decreto.

3- Não temos NEI mas o CEI- Conselho de Educação Escolar Indígena. Um dos membros do CEI é o representante do CEE-MT.

4- Tucum e Pedra brilhante / Urucum estão reconhecidos

5- São poucos municípios que possuem o Conselho criado e menos ainda a participação dos professores indígenas.

6- Educação Indígena é parte integrante do sistema estadual de educação criado através da Lei Complementar 049/98 do dia 1º de outubro /98.

7- Somente dois municípios criaram seus próprios sistemas. Contudo desconhecemos o tratamento dado à Educação Indígena nestes sistemas.

8- Todas às instituições fazem parte do CEI, que é o fórum de discussões sobre educação escolar indígena.

9- As prefeituras envolvidas no Projeto Tucum são contempladas na formação dos técnicos dentro do projeto.

Acervo ISA

10- vide folder em anexo

11- Oficialmente não existe apoio das parte das secretarias municipais e nem da SEDUC.

12- As secretarias contratantes tem respeitado a decisão e vontade da Comunidade

13- Nas aldeias onde são oferecidas as modalidades de 5ª a 8ª séries. os professores são formados em geral. a nível de 3º grau. com capacitação específica oferecido pela Missão Salesiana.

14- Desconhecemos

Acervo ISA

Respostas ao questionário enviado aos participantes do II Encontro de Coordenadores de Projeto da na área de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação do Pará

1- No Pará não existiu ainda concurso público para admissão de professores índios.

2- Existe apenas uma escola autorizada pelo Conselho Estadual de Educação via processo nº. 650/97 - Resoluções n.º 516 de setembro do corrente ano, parecer 25697.

3- Tendo em vista que o Núcleo de Educação Indígena está em pauta para sua restruturação o mesmo não está atuando junto aos Conselhos.

4 - Atualmente não está regularizado

5- Não há participação dos professores nos Conselhos

6- Não há elaboração de normas a partir da LDB, somente estudo sobre a questão indígena

7- Na Legislação Municipal não existe nenhum registro formal porém, há uma comissão para estudar a educação indígena na elaboração dessa legislação

8- A SEDUC está trabalhando em parceria com a FUNAI/ADR/BEL e o CIMI e a UFPA atualmente não está realizando nenhum tipo de trabalho nesse sentido, estando apenas em tramitação dois projetos de extensão: um Projeto Munducuru que buscará as mesmas parcerias ampliando, para a cooperação das Prefeituras Municipais de Jacareacanga e Itaituba e o Projeto Aprikauara que envolverá ações de educação, saúde e meio ambiente a ser desenvolvido na área de Altamira/PA.

Acervo ISA

9- Não existe a formação de técnico, há professores que realizam serviço técnico, que trabalharam quatro anos no projeto Parakatej, o que lhes da condições com o trato das questões indígenas.

10- SEDUC - 31 etnias, 25 línguas. Começando curso de formação de professores de 5ª a 8ª séries.

11- Construção de escolas, projeto na produção de cirurgia e bolsa alimento

12- Por contratação da SEDUC com indicação da FUNAI e esbarra na escolaridade dos condidatos, o que demonstra a contradição e a requerência da educação indígena com a LDB.

13- Esta sendo atendidos por professores com formação de 3º grau que é a própria equipe de educação indígena da SEDUC.

14- Estes recursos são repassados para as escolas de ensino fundamental, considerando que escolas indígenas, considerando que as escolas indígenas estão anexadas à elas

OBS: Respostas dadas pelos representantes da: FUNAI, Conselho Estadual de Educação Universidades Federal do Pará, Secretaria Estadual de Educação e DEMEC/PA.

Acervo ISA

Respostas ao questionário enviado aos participantes do II Encontro de Coordenadores de Projeto da na área de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação de Pernambuco

1- Em Pernambuco nenhuma

2- As escolas indígenas de Pernambuco (na sua maioria) tem característica de escolas rurais - são todas escolas municipais, são reconhecidas e regularizadas.

3- Não existe, nenhuma ação do NEEI junto ao Conselho Estadual de Educação, estamos tentando uma articulação para termos no NEEI representante do mesmo.

4- Não temos nenhum Censo de Formação em tramitação no Conselho Estadual

5- Nossos professores indígenas não fazem parte do s Conselhos Municipais

6-

7- Só temos conhecimento de uma povo indígena os Xucuru que tiveram participação efetiva na elaboração do estatuto do Magistério do Município de Pesqueira - o qual foi aprovado, assegurando direitos aos professores indígenas, mesmo assim os professores atravessam problemas sérios, pois na sua maioria são leigos e não tem participação no FUDEF. Passam meses sem receberem os salários, salários esses repassados para uma associação de Professores Indígenas para garantir a permanência dos mesmos nas escolas.

Acervo ISA

8- Uns um pouco menos, outros atuando de maneira mais efetiva, porém na minha ótica, os atores envolvidos na educação escolar indígena estão discutindo mais, estudando, buscando parcerias, fortalecendo as parcerias, no intuito de garantir a estas populações o seu direito a educação diferenciada e de qualidade. Tenho consciência que muito mais mesmo ainda precisamos fazer, este é o início do processo, todos que estão nesta luta acredito que estão se empenhando, errando, acertando, construindo.

9- Como está é uma das grandes dificuldades que nos enfrentamos após a realização de um Encontro Estadual de Educação Escolar Indígena - julho 98, no qual tivemos representação de professores e lideranças dos 08 povos indígenas de Pernambuco, Técnicos das Secretarias Estadual e Municipal, FUNAI, CIMI, Centro de Cultura Luiz Freire, NEI/UFPE e Diretorias Regionais de Educação. Saímos com uma proposta de oferecer um curso de Extensão para estes técnicos, visando o fortalecimento e a melhoria da qualidade do atendimento a estas populações.

O projeto foi elaborado pelo NEI (Núcleo de Estudos Indígenas) na pessoa da Rosely Lacerda e Clauristela Santos, estudado e aprovado pelo NEI e já executado.

A Secretaria de Educação do Estado bancou os custos.

O curso teve a duração de 80h/a distribuídos em 2 etapas, foi muito bem estruturado e de grande qualidade.

Contemplou as áreas da Etnolingüística, a história e antropologia - oferecendo oficinas pedagógicas, conferências, mesas redonda e visitas a museus.

Foram debatidas tem tais como: A representação do índio na literatura infantil, Educação escolar indígena, (trajetória), Direitos lingüísticos, legislação indígena, tutela, terra, educação e etc.

O curso ofereceu uma visão panorâmica do índio brasileiro, em especial do Nordeste situando-o na lingüística, na história e na antropologia.

10- Como já citei acima não estamos oferecendo nenhum curso específico para os professores indígenas. Em Pernambuco existe uma população aproximadamente de 20.000 índios distribuídos nas 08 etnias.

11- Os alunos ingressam de 5ª série em diante no Ensino Regular. Os professores na sua maioria possuem o 3º grau. Não recebem capacitação específica. As escolas de 5ª a 8ª série não são escolas indígenas (salvo a de Limbres - Pesqueira).

12- Não tenho nenhuma informação, só que os professores leigos não são beneficiados pelo FUNDEF, os alunos destes professores são somados aos demais.

Veralúcia de Arruda Moura
Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco

Acervo ISA

Respostas ao questionário enviado aos participantes do II Encontro de Coordenadores de Projeto da na área de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação da Educação da Bahia

1- Nenhuma Secretaria de Educação Estadual ou Municipal, realizou concurso público diferenciado para professores indígenas.

2- As escolas indígenas ainda estão devidamente regularizadas. Espera-se que a implementação das Diretrizes para a Política Estadual de Educação Escolar Indígena - elaborada pelo NEI/BA, venha a reverter esta situação efetuando o reconhecimento legal às referidas escolas.

3- Não há atuação concreta. Há a intenção de solicitar ao Conselho a aprovação do curso de formação de professores.

4- O projeto do curso de formação de professores ainda não foi apresentado ao Conselho.

5- Não há participação

6- Não há referencias específicas à educação escolar indígena na regulamentação da LDB realizada pelo Conselho Estadual de Educação da Bahia

7- Não existe menção à educação escolar indígena na legislação municipal. Espera-se que com a Diretrizes Estadual (já mencionada) também está dificuldade seja superada.

Acervo ISA

8- Através do curso de formação de professores que conta com o apoio de 04 municípios envolvidos e reuniões para consolidação de parceria com as prefeituras e secretarias de educação dos municípios do sul do Estado.

9- Não houve ainda, nenhuma iniciativa do Estado ou Município. Neste sentido, A requalificação dos técnicos da Secretaria é realizada através da participação em encontros nacionais.

10- As Secretarias de educação não estão envolvidas na execução do curso. Há 10 ou 11 povos indígenas (a identificação não é exata) na Bahia e todos participam do curso de formação de professores.

11- Pequenas ações pontuais à medida em que são solicitadas.

12- Através do pagamento realizado pela FUNAI, Missões Religiosas e Prefeituras

13- Só há classes nas escolas indígenas até a 4ª série. Após esta etapa, o aluno índio tem que recorrer às escolas não-índias.

14- A Secretaria não dispõe de informações oficiais dos municípios, mas sabe-se, através do depoimento dos professores que as escolas indígenas não estão sendo contempladas com este benefício.

Acervo ISA

Respostas do questionário sobre II Encontro de Coordenadores de Projeto da na área de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação da Bahia

1- ADR/FUNAI (05 municípios / 18 escolas) (Norte e Oeste da Bahia)

1.1- P. Afonso - Nenhum Prefeito

Os Professores contratados via concurso público geral, sempre são professores indígenas uma vez que este tem exigido e conseguido ocupação do cargo apenas por eles.

1.2- Eunápolis - sem informação concreta (08 mun/ 16 escolas) (Sul da Bahia)

2 - ADR/FUNAI

2.1- P. Afonso

Apenas 01 escola não foi lançada no Censo Educacional / 98 como municipal.)João de Olavo de Souza - Município Euclides da Cunha)

Porém não sabemos se as escolas passaram pelo processo de regulamentação junto ao Conselho de Educação

2.2- Eunápolis

Apenas 01 escola não foi lançada no censo 98como municipal por estar sem alunos. (Escola Panelão - Município de Camacã)

Também não sabemos sobre regulamentação junto ao Conselho.

3- Em nenhuma reunião do NEI houve participação de representante do CEE, que, aliás, não integra o NEI/BA.

Porém, uma das consultoras do Curso de Formação de Professores Indígenas / BA, professora da Faculdade de Educação / UFBA membro do CEE/ BA, se dispôs a fazer um trabalho de sensibilização do Conselho para a questão.

4- Em discussão no NEI a documentação necessária e a instituição de caráter formativo que oficialmente assumiria a responsabilidade do curso junto ao CEE.

Acervo ISA

5- Não existe participação

6- Não sabemos se há resoluções do CEE a respeito.

O NEI / BA está em fase final de elaboração das Diretrizes para a Política Estadual de Educação Escolar Indígena (Histórico dos grupos indígenas na Bahia / Bases Legais / Diretrizes Administrativas / Diretrizes Pedagógicas - Curriculares.

7- Analisando a documentação apresentada na DEMEC por conta da FUNDEF (Estatuto do Magistério, Leis de criação de Conselhos Municipais, Pactos pela Educação), não identificamos aspectos específicos para educação indígena, a não ser no Plano de Ação 1998/2000 dos Municípios do Pacto do Sítio do Descobrimento pela Educação (Belmonte / Eunápolis/ Porto Seguro / Prado / Santa Cruz de Cabrália) ao incluir como meta a melhoria da rede física escolar indígena.

Não temos informação sobre a colaboração da Secretaria Estadual

8- A DEMEC/BA tem buscado tanto no dia a dia de suas atividades como em eventos específicos para orientação / apoio técnico, sensibilizar prefeitos e secretários municipais para a questão, além de apoios específicos na produção de material, realização de eventos, sistematização e socialização de informações sobre programas do MEC.

A partir disto temos observado como retorno alterações no tratamento municipal a educação indígena (apoio nos eventos de formação de professores, cadastramento das escolas indígenas em Programas do MEC).

Os povos indígenas tem buscado subsídios junto a ONG e OG, visando sua organização e formação (ANAI/ BA e DEMEC/Universidades).

9 - Não temos conhecimento de nenhuma medida a respeito

10.1 - Secretarias Municipais

Acervo ISA

Algumas tem contribuído com apoio financeiro e material (hospedagem / alimentação /transporte / reprodução de documentos / infra-estrutura) (porto Seguro. Santa Cruz de Cabrália. Eunápolis, Paulo Afonso, Rodelas) para realização dos eventos e/ou etapas do curso de formação de Professores Indígenas.

10.2- Secretaria Estadual

Não participou efetivamente, em 1998. do Curso de Formação dos Professores Indígenas. executado sob responsabilidade da ANAAI/BA e depois da UFBA / Faculdade de Educação a não ser do Seminário de Avaliação / Planejamento realizado de 12 a 15 novembro de 1998.

Alguns contatos e reuniões foram realizados visando articulação interinstitucional (MEC/DEMEC/FUNAI/ANAI/Universidades/Secretaria Estadual / Professores Indígenas) e regularização do Curso de Formação e das escolas indígenas.

10.3- Dez(10) povos indígenas existentes no Estado da Bahia.

Tuxá = Pankararé = Kantaruré = Kiriri = Pataxó = Hãhãhãe = Kaimbé = Xukuru = Kariri = Pataxó = Pankaru = Índios de Olivença

Pelo que sabemos, alguns professores Tuxá e Pataxó Hãhãhãe possuem curso de magistério (1ª a 4ª séries) não diferenciado.

11- Não temos informação

12- Com dificuldade de reconhecimento, regularização, remuneração e condições materiais, continuam nas escolas através de sua própria luta e de seu povo e com apoio da FUNAI.

13- Não existem escolas indígenas para o ensino de 5ª a 8ª série. Estes níveis estão sendo atendidos por escola fora das aldeias.

14- Não temos informações

Acervo ISA

Observação:

Por sugestão da DEMEC/BA, a discussão dessas questões foi incluída na pauta de eventos que se realizaram em Salvador, neste mês de novembro: reunião do NEI/BA (dia 06) e Seminário de Avaliação/Planejamento do Curso de Formação de Professores Indígenas (12 a 15).

Infelizmente, por diversos fatores como insuficiência de tempo, divergências pessoais e/ou interinstitucionais, supervalorização de pontos da pauta, as questões não foram analisadas e respondidas.

Acervo ISA

1 ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES DE PROJETO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

CONTRIBUIÇÕES DO ESTADO DO AMAPÁ

Dionisio dos Santos Caripunas
Núcleo de Educação Indígena/SEED/GEA

1. Quais as secretarias municipais e estaduais que já realizaram concurso publico diferenciado para admissão de professores indios?

Não se realizou nenhum concurso público diferenciado no Estado do Amapá. Na Secretaria de Estado da Educação. contudo. através do seu Núcleo de Educação indígena. vem sendo estudada tal questão. Deu-se o primeiro passo. ao manter-se um Programa de Formação de Professores Índios - Programa Magistério Indígena Turé. contemplando as 08 etnias com as quais o Estado do Amapá mantém relação. Um passo seguinte a curto prazo é realizar concurso público para a carreira de magistério indígena dentro do Sistema Estadual de Educação do Estado.

2. As escolas indígenas estão devidamente reconhecidas e regularizadas? Qual a atuação dos NEI's junto aos Conselhos?

No Estado as escolas estão reconhecidas e a sua regularização está em processo. Entende-se que o processo de reconhecimento e regularização das escolas indígenas implica discussões das sociedades indígenas sobre a escola e seu respectivo modelo.

A atuação do Núcleo de Educação Indígena junto ao Conselho Estadual de Educação tem sido no sentido de encaminhar as reivindicações das sociedades indígenas em relação a:

- Reconhecimento de Curso de Formação:
- Estabelecimento de normas de regularização das escolas indígenas

Acervo ISA

como sistemas específicos integrados no Sistema Estadual de Educação, reconhecendo-se as especificidades de cada realidade étnica;

3. Como esta a questão da regularização dos cursos de formação de professores indios nos Conselhos Estaduais de Educação?

Ainda encontra-se em analise o processo de regularização do Curso Formação de Professores Indios do Estado - Programa de Magisterio Indígena Turé.

Além desse processo, outros, a saber, o Ciclo de Primeiro Grau Maior (para nivel de 5ª a 8ª séries) e as proposta curricular e pedagogica Karipuna e Galibi-Marworno já estão em fase de análise final. O NEI vem reunindo-se com o Conselho Estadual de Educação e acompanhando cada processo.

4. Como está a participação dos professores indios nos Conselhos Municipais de Educação?

Não há participação dos professores indios. Os municipios não têm se manifestado em relação a representatividade indígena para a tomada de suas próprias decisões e nem há mobilização por parte das sociedades indígenas.

5. Alguns estados já elaboraram suas normas de funcionamento da educação a partir da LDB. Como está a educação indígena dentro dessas resoluções?

No Amapá as normas estão sendo elaboradas com a coordenação do Núcleo de Educação Indígena junto ao Conselho Estadual de Educação para que sejam estabelecidas as normas que incorporem as conquistas da educação indígena no Amapá, de modo a garantir um espaço dentro do Sistema Estadual de Educação. Várias reunião foram realizadas nos meses de agosto e outubro para discutir a elaboração de normas de funcionamento da educação escolar indígena no Estado. O documento ainda está em fase de elaboração, devendo ser posterioremente encaminhado ao Conselho Estadual de Educação.

6. De que maneira as Secretarias, organizações indígenas, universidades e

Acervo ISA

organizações não governamentais estão atuando junto aos municípios para que sejam garantido aos índios o direito à uma educação diferenciada e de qualidade?

No Amapa. através do Núcleo de Educação Indígena. têm-se coordenado ações interinstitucionais. envolvendo associações indígenas. organizações governamentais e geoeducacionais. Esta última esfera. representa a relação Estado e seus municípios.

Tem havido parceria entre Conselho das Aldeias Waiãpi: APINA. Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari e o Governo do Estado do Amapá SEED.NEI. para a realização do Projeto Mirakatu que objetiva promover relação de respeito e reconhecimento entre população não-indígena (principalmente a população de entorno da Terra Indígena Waiãpi) e o povo Waiãpi. A Prefeitura também tem apoiado o deslocamento de professores até as aldeias Waiãpi.

Em relação a Prefeitura Municipal de Oiapoque. a parceria tem sido buscada em relação ao Projeto de Formação de Professores Índios - Magistério Indígena Turé e ainda está em processo de definição.

7. Como está a formação dos técnicos das Secretarias estaduais e municipais com relação à educação indígena?

No departamento específico que trata da educação indígena dentro da Secretaria de Estado da Educação - o Núcleo de Educação Indígena tem a coordenação de um membro da sociedade indígena (saber indígena) e os técnicos do setor têm formação de magistério. graduação. especialização ou mestrado. nas áreas de pedagogia. lingüística. história. língua portuguesa e matemática. O Núcleo de Educação Indígena já manteve um consultor por seis meses - Doutor em Antropologia. professor da Universidade Pedagógica

Acervo ISA

Nacional do Mexico. Atualmente na nova estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação o Núcleo de Educação Indígena é formado por tres Unidades especializadas: Unidade Antropológica, Linguística e Pedagogica.

Entretanto, os outros setores da Secretaria de Educação do Estado não tem formação em educação indígena.

8. Quais as Secretarias que estão atuando na formação de professores índios? Quantos povos existem no Estado e quais os que já possuem cursos de formação?

A Secretaria de Estado da Educação, através do Núcleo de Educação Indígena executa um Programa de Formação de Professores Índios - Programa Magistério Indígena Ture, que engloba subprogramas especificos contemplando demandas especificas das 08 sociedades indígenas - Aparai, Wayana, Tiriyó, Kaxuyána, Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur e Waiãpi. O Programa vem sendo executado em parcerias com entidades não-governamentais (indígenas e não-indígenas).

9. Qual o apoio das Secretarias estaduais e municipais às iniciativas das organizações indígenas?

O Governo do Estado tem apoiado as diversas iniciativas das organizações indígenas, tanto diretamente, quanto buscando financiamentos de entidades de apoio à questão indígena. Diretamente o Governo apoia através de:

Acordos: que são firmados através de Convênios firmados entre o Governo e associações indígenas - diretamente com diferentes setores do Governo: Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Infra-estrutura.

Acervo ISA

Serviços : os serviços são executados por diferentes setores do Governo. Além de existir setor que trata com mais especificidades da demanda escolar, o Núcleo de Educação Indígena, que coordena o Programa de Educação Escolar Indígena do Estado.

Mantém-se também um Programa de Saúde Indígena dentro da Secretaria de Saúde, subordinado ao Setor de Programas Especiais.

10. Como está sendo garantida a presença do professor índio nas escolas?

Atualmente a presença do professor índio tem sido garantida por conta de uma decisão de gestão de governo, que estabelece Convênios com as associações indígenas para apoiar as escolas indígena. A questão de se garantir professor índio na escola é de fundamental importância, devem ser criados mecanismos dentro do Estado para isso. Tem sido colocado o concurso específico como uma das possibilidades.

11. Como está o ensino de 5ª a 8ª séries? Esses níveis estão sendo atendidos por professores com formação de 3º grau? Esses professores possuem capacitação específica para atuarem em escolas indígenas?

O ensino vem sendo realizado em algumas escolas, que tem maior número de alunos, portanto, maior demanda. Este ensino é atendido através do Supletivo. Os professores que atendem a este nível só tem formação em magistério, com adicional em disciplina, o que lhes permite ministrar os cursos. Os professores vem participando de cursos de capacitação para atuar com tal ensino em escolas em áreas indígenas no Projeto Aprendendo com a Diferença, que foi feito em parceria com uma ONG local - CAACES, com o financiamento da Fundação Abrinq e o Governo do Estado do Amapá/SEED/NEI. Pretende-se dar continuidade a tal projeto.

Já existe uma proposta alternativa para que se desenvolva nas escolas indígenas com a demanda, tal ensino. Trata-se do Ciclo de Primeiro Grau

Acervo ISA

Maior -CPGMA- que ja foi encaminhado ao Conselho Estadual de Educação e encontra-se em analise final. A implantação do Ciclo depende de professores habilitados e com capacitação para atuar em escolas indígenas.

12. Como estão sendo administrados nos municípios os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério com relação as escolas indígenas e a formação de professores índios (leigos)?

Não há uma política definida nos municípios e nem tem havido mobilização para tal.

Acervo ISA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO PEDAGOGICO
DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

RESPOSTA AOS QUESTIONAMENTOS ENCAMINHADOS PELA COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO ÀS ESCOLAS INDÍGENAS –MEC

A Educação Indígena diferenciada está em processo de implantação no Rio Grande do Sul. É uma longa caminhada, onde o tempo do índio precisa ser respeitado, de acordo com sua cultura.

1. Quais as Secretarias Municipais e Estaduais que já realizaram concurso público diferenciado para admissão de professores índios?

Apesar de já estar bem clara essa necessidade, cabe registrar:

- somente em 1995 a Secretaria da Educação assinou Convênio com a FUNAI e passou a administrar as escolas indígenas;
- em 1995, a primeira turma concluiu o Curso de Magistério Bilíngüe pela Unijuí;
- a maioria dos professores não tem habilitação para o Magistério, nem mesmo o 1º Grau completo;
- a escola indígena precisa atender aos interesses das comunidades indígenas e que têm direito de ter professores índios;
- o Núcleo de Educação Indígena estabeleceu critérios, em 1996, para ingresso, via contrato PRADEM – (ANEXO 1);
- em 1998, as contratações temporárias, instituídas pela Lei nº 11.126, de 09/02/98 e pelo Decreto nº 38174, de 11/02/98, contemplam a Educação Indígena, adaptam as orientações emitidas em 1996 à nova legislação encaminham às Comissões de Contratação.

2. As escolas indígenas estão devidamente reconhecidas e regularizadas?

Todos os Processos com solicitação de regularização das Escolas Indígenas, bem como a Proposta Pedagógica foram encaminhados ao Conselho Estadual de Educação, órgão competente em relação à referida questão.

No final de 1996, a Secretaria da Educação foi chamada para uma reunião no referido Conselho e se fez representar pela Chefia da Divisão de Ensino Fundamental, Coordenação da Educação Indígena, Assessoria Jurídica, alguns componentes do Núcleo de Educação Indígena e Procuradoria-Geral da República.

Foram colocadas pelos Senhores Conselheiros as seguintes dificuldades:

Acervo ISA

a) Definição da entidade mantenedora, dentro das reservas indígenas;
b) Inadequação das instalações, até por razões culturais, aos padrões definidos pelo Conselho Estadual de Educação;
c) Defasagem entre os requisitos fixados para o exercício do Magistério e as necessidades específicas das escolas indígenas.

OBS.: frente às normas em vigor, não há como ser definido o pedido de regularização das escolas indígenas. Como solução, os Senhores Conselheiros sugerem que a Educação Indígena seja oferecida onde necessário, quando necessário e da forma possível, mediante autorização para uma experiência pedagógica, ou seja, um "Programa de Educação Indígena".

Assim sendo, os alunos terão seus estudos validados e poderão dar continuidade aos mesmos, nas escolas da rede regular de ensino.

Foi sugerido e recomendado que a Secretaria solicitasse a devolução dos Processos e que fosse apresentado um Programa de Educação Indígena/RS. Imediatamente, o assunto foi repassado ao Núcleo de Educação Indígena , quando foram estabelecidas estratégias de trabalho. Foi, também, contratada a assessoria do Antropólogo e Lingüista Wilmar da Rocha D'Angelis, da UNICAMP.

Com os avanços, como Cursos de Capacitação, nova LDB e com o Referencial Curricular Nacional para Escola Indígena, houve o entendimento de que não caberia mais um Programa, mas sim uma revisão da Proposta Pedagógica para continuar lutando pelo reconhecimento e regularização das escolas. Porém, surgiram muitas dúvidas e falta de definições. Para maiores esclarecimentos e definições a Procuradoria da República encaminhou documento ao MEC.

3. Qual atuação dos NEI's junto aos Conselhos Estaduais de Educação?

A coordenação e integrantes do NEI mantiveram contatos, buscando mostrar: a necessidade de uma educação específica, diferenciada, intercultural e bilíngüe; as ações desenvolvidas e a necessidade de reconhecimento e regularização das escolas.

4. Com está a questão da regularização dos cursos de formação de professores índios nos Conselhos Estaduais de Educação?

A única entidade de Ensino, que oferece Curso de Formação de Professores Índios é a UNIJUÍ, como Curso Supletivo de Ensino Médio – habilitação Magistério – de 1ª a 4ª série, para formação de professores indígenas bilíngües – Resolução CEED/193/88.

O referido Curso não funcionou em 1997 e 1998, por falta de apoio financeiro. Foi encaminhado Projeto da UNIJUÍ ao MEC, porém até o momento não houve resposta.

Acervo ISA

5. Com está a participação dos professores índios nos Conselhos Municipais de Educação?

Os professores índios não estão participando nos Conselhos Municipais.

6. Alguns Estados já elaboraram suas normas de funcionamento da educação a partir da LDB. Com está a educação indígena dentro dessas Resoluções?

As Resoluções da Educação, a partir da LDB, ainda não saíram do Conselho Estadual de Educação, porém a SE, através do Núcleo de Educação Indígena, tem nos artigos 78 e 79 da LDB o embasamento para o desenvolvimento das ações que estão sendo realizadas. Com o apoio do FNDE/MEC, estão sendo propiciados cursos de capacitação; construção de material didático; publicações em kaingang e português (construídos pelos professores); impressão e produção de cartazes, folders e vídeo; melhoria da rede física, através de reformas e construções, bem como compra de equipamentos.

7. Com está a educação indígena na legislação municipal? De que maneira as Secretarias Estaduais estão colaborando na elaboração dessa legislação?

Nestes primeiros anos, a preocupação foi de que o Estado realmente assumisse e cumprisse o Convênio com a FUNAI.

O referido Convênio foi cumprido na íntegra, sendo que as Prefeituras Municipais estão sendo parceiras neste trabalho.

8. De que maneira as Secretarias, organizações indígenas, universidades e organizações não-governamentais estão atuando junto aos municípios para que sejam garantidos aos índios o direito a uma educação diferenciada e de qualidade? (Onde as escolas indígenas ficam sob a responsabilidade do Estado, a pergunta seria adaptada.)

Estão acompanhando, discutindo, sugerindo e cobrando essa garantia.

9. Com está a formação dos técnicos das Secretarias Estaduais e Municipais com relação à educação indígena?

A formação dos técnicos ocorre simultaneamente com a dos professores nos cursos de capacitação com especialistas e em eventos relativos à questão.

Acervo ISA

131

10. Quais as Secretarias que estão atuando na formação de professores índios? Quantos povos existem no Estado e quais os que já possuem cursos de formação?

Estamos atuando em capacitação continuada. Existem 2 Povos Indígenas: os Guaranis e Kaingangs. O primeiro curso foi dirigido ao Kaingang.

11. Qual o apoio das Secretarias Estaduais e Municipais às iniciativas das organizações indígenas?

A Secretaria Estadual da Educação sempre procura atender às reivindicações das organizações.

12. Com está sendo garantida a presença do professor índio nas escolas?

A presença do professor índio nas escolas está sendo garantida através das orientações do Núcleo de Educação Indígena-NEI.

13. Com está o ensino de 5ª e 8ª série? Esses níveis estão sendo atendidos por professores com formação de 1º Grau? Esses professores possuem capacitação específica para atuarem em escolas indígenas?

Escolas com 5ª série enfrentam problemas como as demais, por falta de formação dos professores.

As capacitações são organizadas pela SE, com o apoio do NEI, e já ocorreram 10 eventos nestes últimos 3 anos e também é efeito acompanhamento às escolas por parte das Instituições de Ensino Superior.

14. Como estão sendo administrados nos municípios os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério com relação às escolas indígenas e à formação de professores índios (leigos)?

As escolas indígenas são administradas pelo Estado.

O pagamento dos professores contratados e efetivos é feito através de recursos do FUNDEF, sendo que em outubro teve início o pagamento através do PRADEM.

Acervo ISA

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA – NEIRO
Rua General Osorio, 41, 2º Andar, Sala 207 - Centro, Porto Velho, RO
Telefone (0691) 224 – 7264 Fax (0691) 223 - 1623

QUESTIONÁRIO DA SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DE RONDÔNIA

Como Sugestão da Coordenação do II Encontro Nacional de Coordenadores na area de Educação Indigena estamos respondendo às considerações da coordenação do evento.

1 Quais as secretarias municipais e estaduais que já realizaram concurso público diferenciado para admissão de professores indios?

No Estado de Rondônia nenhuma das secretarias municipais de educação, como também a Secretaria Estadual de Educação não realizaram concursos públicos diferenciados para admissão de professores indígenas.

2 As escolas indígenas estão devidamente reconhecidas e regularizadas?

Em todo o Estado de Rondônia são 50 escolas indígenas que funcionam sob a administração e coordenação da Secretaria Estadual de Educação e das Secretarias Municipais de Educação. Encontram-se em situações variadas, 17 foram criadas pela Secretaria Estadual, atualmente, sem autorização de funcionamento, uma outra parte estão recebendo atendimento das Secretarias Municipais, as quais, não se tem conhecimento sobre Decreto de Criação e autorização de funcionamento. Há outro caso muito especifico o das escolas que funcionam como extensão de uma outra escola por não possuir Decreto de Criação.

3 Qual a situação dos NEI's junto aos Conselhos Estaduais de Educação?

A relação entre os NEI's e o Conselho Estadual de Educação, infelizmente, não têm sido aproveitada, as duas instâncias tem se mantido muito distante, o Conselho não tem se envolvido com as discussões, a relação é similar a de patrão e empregado, que não tem contribuido para se conseguir avanços significativos para o processo educacional das populações indígenas.

4 Como está a questão da regularização dos cursos de formação de professores indígenas nos Conselhos Estaduais de Educação?

Em Rondônia foi reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação o Programa de Formação de Professores Indígenas – Projeto Açai, aprovado em 26 de maio de 1998, parecer nº 031 98 – CEE RO.

Acervo ISA

5 Como esta a participação dos professores indigenas nos Conselhos Municipais de Educação?

Os professores indígenas de Rondônia não participaram das discussões em Conselhos Municipais de Educação.

6 Alguns estados já elaboraram suas normas de funcionamento da educação a partir da LDB.
Como esta a educação indigena dentro dessas resoluções?

Não foi discutido

7 Como está a educação indígena dentro dessas resoluções?

Não está sendo cumprido conforme as resoluções da Lei 9.394 Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996.

8 Como esta a educação indigena na legislação municipal? De que maneira as Secretarias Estaduais estão colaborando na elaboração dessa legislação?

Não se têm feito um trabalho junto ao municipios, a Secretaria Estadual de Educação, infelizmente, não tem feito absolutamente nada, nesse sentido.

9 De que maneira as Secretarias, organizações indígenas, universidades e organizações não-governamentais estão atuando junto aos municipios para que sejam garantidos aos indios o direito a uma educação diferenciada e de qualidade? (Onde as escolas indígenas ficam sob a responsabilidade do estado, a pergunta seria adaptada)

Não tem havido avanços nesse sentido, as instituições não têm se preocupado com este tipo de discussão. O NEIRO tem sido o único espaço em que se tem discutido o assunto, ultimamente, não tem conseguido agir, principalmente, por falta de apoio das instituições implementadoras e por não possuir mecanismos que possibilitem a execução.

10 Como está a formação dos técnicos das Secretarias estaduais e municipais com relação à educação escolar indígena?

O último curso para técnicos das secretarias de educação aconteceu em 1996, não tem acontecido ultimamente programas que visam a formação dos técnicos.

11 Quais as Secretarias que estão atuando na formação de professores indígenas? Quantos povos existem no estado e quais os que já possuem cursos de formação?

As Secretarias do Estado de Rondônia não possuem nem uma experiência em formação de professores indígenas. A partir do dia 23 de novembro de 1998 iniciará o

Acervo ISA

primeiro Curso de Formação para professores indígenas de Rondônia, financiado pelo FNDE ou em parceria com a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.
Atualmente, o Estado de Rondônia possui 19 (dezenove) Terras Indígenas, ocupadas por 27 (vinte sete) povos, 8 (oito) grupos étnicos sem contato, 1 (um) grupo étnico considerado desaldeado (mora periferia da cidade de Porto Velho), uma população de, aproximadamente, 50 pessoas do grupo étnico Apurinã que migraram do território tradicional, situado no Acre, para um distrito (Riozinho) da cidade de Cacoal, local urbano onde possui maior concentração de população indígena do Estado, totalizando 38 grupos étnicos em todo o Estado.

12 Qual o apoio das Secretarias estaduais e municipais às iniciativas das organizações indígenas?

Não tem havido nenhum trabalho que caracterize o apoio de Secretarias estaduais e municipais às iniciativas das organizações em Rondônia

13 Como está sendo garantida a presença do professor indígena nas escolas?

Têm se garantido a presença do professor indígena em sala de aula através do contrato em regime emergencial por tempo determinado e com o pagamento mensal de salários.

14 Como está o ensino de 5ª a 8ª série? Esses níveis estão sendo atendidos por professores com formação de 3° grau? Esses professores possuem capacitação específica para atuarem em escolas indígenas?

Primeiramente, em Rondônia não existe nenhum programa específico de atendimento a esta clientela, muito menos em escolas indígenas. Os alunos que alcançaram este nível, representam uma minoria e são atendidos pelos mesmos programas que são oferecidos à clientela não-indígena que divide-se entre o ensino supletivo, o ensino regular da escolas urbanas e escolas agrícolas da rede estadual do Estado.

15 Como estão sendo administrados nos municípios os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério com relação às escolas indígenas e à formação de professores indígenas (leigos)?

Quanto aos recursos do FMDEF não se têm conhecimento, com relação às escolas indígenas são poucos os municípios que têm assumido integral ou parcialmente estas escolas, sobre a formação de professores indígenas sabe-se que não existe outro Curso de formação de professores nos municípios senão o oferecido pelo supletivo – Projeto Fenix.

Cristovão Teixeira Abrantes
Coordenador do NEIRC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

143

OFÍCIO Nº 098/98/SVEAE Em, 18 de novembro de 1998

DA: SECRETÁRIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS
PROFª ORLANDA FREITAS DOS SANTOS

AO: DELEGADO DA DEMEC/MS
PROF. WILTON P. JÚNIOR

Em atenção ao of. circ. nº 151/98/SEPAT/ DEMEC/MS, informamos que:

1 - a ed. indígena é ministrada na língua portuguesa e na língua materna (guarani).

2 - não, mas estamos elaborando o novo plano de cargos e colocando um artigo versando sobre o concurso diferenciado.

3 - foi montado um processo solicitando reconhecimento , estando em trâmite.

4 - O Conselho foi criado, mas deverá passar por reformulação, ' não havendo no momento participação dos indígenas.

5 - Há um capítulo na Lei Orgânica Municipal sobre às comunidades indígenas. À partir do mês de dezembro/98 iremos constituir Comissão para elaboração do Regimento Escolar Indígena.

6 - no momento, não temos um técnico especializado na área.

7 - A SMECD procura atender a educação indígena de forma ampla e dentro das possibilidades vem garantindo uma educação bilingue e de qualidade.

8 - é oferecido capacitação semestral aos professores.

Demec/MS
Protocolo Geral

9 - Há apoio da SEMECD às iniciativas das organizações indígenas, quando solicitada.

10 - Na Escola Mun. Indígena Piracuá só há contratação de professor índio.

11 - Não oferecemos ainda 5ª à 8ª séries.

12 - Os recursos são distribuídos de acordo com o plano de aplicação da SEMECD e os professores não possuem o 1º grau completo, mas já estão procurando se adequar a legislação vigente e contando com o apoio da SEMECD.

13 - A televisão foi repassada pela FUNAI este ano. Não conta com vídeo cassete. Mas os programas são assistidos.

Atenciosamente,

Orlanda Freitos dos Santos
Sec. Mun. de Educação Cultura e Esportes
Port. Nº 003.97

UNIÃO E TRABALHO

Acervo ISA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TACURU
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OF. N.º 019/98 TACURU-MS, em 11 de Novembro de 1998

Prezada Senhora

1º - Em resposta ao oficio circular de nº. 151/98 informamos que a Educação Escolar Indigena neste Municipio não é diferenciada.

2º - Os professores indios ja participaram de concurso publico não diferenciado por este municipio.

3º - As escolas indigenas são extensões da zona rural.

4º - Os professores indios participam normalmente das reuniões e treinamentos feitos por esta secretaria.

5º - Estamos participando de encontros promovidos pelo Estado para nos inteirarmos dessa legislação.

6º - Esta secretaria não tem tecnico em relação a educação indigena

7º - Através de encontros.

8º - Já houve formação atraves do Logos II mas ainda temos vários professores leigos

9º - O apoio que tiver ao alcance deste municipio.

10º - Atraves da presença de aluno em sala de aula.

11º - Os alunos indigenas de 5ª à 8ª série frequentam a escola Estadual não diferenciada com professores formados em Grau Superior.

12º - Quando for criado escola para formação de professores indigenas leigos o Municipio participará com recursos na medida do possivel, e ja esta sendo construida escola na aldeia Jaguapiré, através de liberação de convênio com essa Prefeitura.

Somente Escola José de Anchieta da Aldeia Sassoró tem placa de luz solar, a qual não tem funcionado a contento porque não tem a devida manutenção.

As escola Ramada, Jaguapiré não tem energia elétrica e nem solar.

A escola da Missão tem energia elétrica e os professores tem video doado por esta secretaria. A televisão usada nesta escola é dos professores.

Como solução dos professores leigos indigenas cremos que a única saida seria a ajuda da Funai, que está falida e nem sabemos o por quê pois a mesma não tem colaborado em quase nada, neste municipio

Queremos ressaltar ainda que em nosso Municipio infelizmente não existem so professores indigenas leigos, temos professores não indios também e estamos preocupados com a formação dos mesmos.

Sendo o que tinhamos para o momento subscrevemo-nos mui.

Atenciosamente

ENCARNAÇÃO CABREIRA BOLZAN
Secretaria Municipal de Educação

A PROFª ANA VIEIRA

Acervo ISA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
- Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes -

146

Oficio n ° 138/98/ SEMECE Em 16 de novembro de 1998
Ao. Técnico responsavel pela Educação Escolar Indígena do Municipio de Porto Murtinho – MS.
Para. DEMEC – MS a/c da Profª. Ana Vieira
Assunto: Encaminhamento (FAZ)

Em resposta ao Oficio Circular nº. 151/98/ SEPAT/ DEMEC/MS, encaminhamos informações sobre a Educação EscolarIndígena em nosso municipio:

1- Como está acontecendo, na prática, a Educação Indígena diferenciada ?

R- Na prática ainda não está acontecendo. A Escola Indígena está passando pelo processo de municipalização e os professores (em número de 09, sendo 07 leigos) estão participando ativamente de cursos de capacitação para atuarem melhor profissionalmente no próximo ano.

2 – Essa SEMED já realizou concurso público diferenciado para admissão de professores índios ?

R – Pretende realizar em janeiro de 1999.

3 – As escolas indígenas desse município estão devidamente reconhecidas e regularizadas ?

R – Ainda não. Estão em processo de regularização. Desde agosto de 1998 as Escolas Indígenas passaram a ser de responsabilidade desta Secretaria. Antes eram mantidas pela FUNAI.

4 – Como está a participação dos professores índios nos Conselhos Municipais de Educação ?

R – O Conselho Municipal de Educação está em formação e será discutida a participação dos professores da Área Indígena nele.

5 – Como está a educação indígena na legislação municipal? De que maneira as Secretarias Municipais estão colaborando na elaboração dessa legislação ?

R- A Educação Indígena será contemplada na Lei Orgânica do Município através de emendas especificas, elaboradas a partir de sugestões dos Secretários Municipais.

6- Como está a formação do(s) técnico(s) dessa Secretaria, em relação a educação indígena ?

R – Há um técnico especialista na questão e a possibilidade da formação de um outro.

7 – De que maneira a SED/MS, organizações indígenas, universidades e ONGs estão atuando junto a esse município, para que seja garantido aos índios o direito a uma educação diferenciada e de qualidade ?

R – Não temos recebido apoio dessas instituições, exceção feita à UEMS que nos sinalizou a capacitação de professores da Área Indígena no tocante à alfabetização.

Acervo ISA

8 – Essa Secretaria já vem atuando na formação de professores indios? De que forma?
R – Sim, através de cursos de capacitacão (o primeiro em agosto / 98 e o próximo previsto para dezembro / 98) e incentivando os professores a concluirem o Ensino Medio.
9 – Qual o apoio da SED/MS e dessa SEMED, às iniciativas das organizações indigenas?
R – O apoio da SEMECE tem sido total, até porque realizamos um trabalho integrado que envolve Educação, Saúde e comunidade indigena.
10 – Como está sendo garantida a presença do professor indio nas escolas do seu municipio?
R – Todos os 09 professores da Área Indígena foram indicados pela própria comunidade. 07 deles são indios (04 Kadiwéu, 02 Terena e 01 Kinikinao e 02 deles não – indios, casados com indios).
11 – Como está o ensino de 5ª a 8ª série? Esses níveis estão sendo atendidos por professores com formação de 3º grau? Esses professores possuem capacitação especifica para atuarem em escolas indígenas?
R – Pretendemos implantar a 5ª serie no ano 2000 e expandir o Ensino até a 8ª série em 2004.
12 – Como estão sendo administrados nos municípios os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério com relação às escolas indígenas e à formação de professores indios (leigos)?
R – A partir do próximo ano, com a regularização da Escola Municipal Indígena "EJIWAJEGI" os recursos do FUNDEF serão devidamente repassados à Escola. Atualmente pagamos os salários dos professores e fornecemos material de consumo e permanente.
13 – **TV Escola.**
Como está acontecendo, na prática, o funcionamento da TV Escola nas escolas que atendem Educação Escolar Indígena? (Especifique escolas e situação encontrada).
R – Não funciona em nenhuma das 05 unidades da Escola Indígena. Em Campina, Alves de Barros e São João os equipamentos estão estragados e em Barro Preto e Tomázia não existe por enquanto material e energia (solar ou elétrica).

Um de nossos maiores problemas é a grande distância que separa a sede do municipio, das aldeias (até a mais próxima são cerca de 210 Km). Esse isolamento dificulta muito nossos trabalhos e necessitamos de veículo. Precisamos resolver também o problema da habilitação de nossos professores já que 03 deles não possuem o Ensino Fundamental completo e apenas 02 possuem o Ensino Médio Magistério.

Acervo ISA

Estado de Mato Grosso do Sul
Prefeitura Municipal de Paranhos
Secretaria Municipal de Educação

Of. nº 060/98 Paranhos, 17 de Novembro de 1998
Da: Secretaria de Educação
À: Delegacia do MEC
Aos cl/ Ana Maria Fernandes Vieira

Em atendimento ao ofício nº 1598 SEL/ATD/MEC datado de 09/11, prestamos as seguintes informações:

01 - Como está acontecendo, na prática, a educação indígena diferenciada ?
R - Os professores que atuam nas aldeias são indígenas, apontados pela comunidade. Os alunos são alfabetizados em português. A partir de 99, passarão a ser alfabetizados na língua-mãe. Há o ensino religioso e calendário cl/ festividades específicos.

02 - Essa SEMED já realizou concurso público diferenciado para admissão dos professores índios?
R - Não. E não conheço município que tenha feito.

03 - As escolas indígenas desse município estão devidamente reconhecidas e regularizadas?
R - As escolas indígenas são autorizadas a funcionarem como salas, extensão de outra escola rural. E já ~~está~~ lei municipal que criou as escolas, mas estamos cl/ dificuldade na Secretaria de Educação Estadual, que está exigindo que as escolas tenham "espaço administrativo", secretária e diretora. O que é inviável p/a o município, que tem apenas uma secretária e diretora p/a todas as escolas rurais.

04 - Como está a participação dos professores índios nos Conselhos Municipais cl/ Educação?
R - Esta secretaria não tem Conselho de Educação. Nos demais conselhos, não há participação pois são aldeias distantes e os professores trabalham em 02 períodos. Nas reuniões pedagógicas, na elaboração do calendário, planejamento , todos participam.

05 - Como está a educação indígena na legislação municipal? De que maneira as Secretarias Municipais estão colaborando na elaboração dessa legislação?
R - Os programas das Secretarias, que beneficiam a população, são estendidas às aldeias (cestas básicas, vacinação, transporte) etc.

06 - como está a formação do(s) técnico(s) dessa Secretaria, em relação à educação indígena?

Acervo ISA

R - Nesta Secretaria, não há técnico p/a ed. Indígena. A coordenadora das escolas rurais atende também as aldeias. Não tem preparo específico.

07 - De que maneira a SED/MS, organizações indígenas, universidades e ONGS estão atuando junto a esse município, para que seja garantindo aos índios o direito a uma educação diferenciada e de qualidade?

R - O CIME vem atuando junto aos professores; promovendo encontros, visitando aldeias, enviando questionários e fichas à Secretaria.

08 - Essa secretaria já vem atuando na formação de professores indígenas?

R - Quanto a escolaridade, os professores indígenas apresentam as seguintes condições: Tem formação completa no magistério, cursam magistério, têm 1º grau completo e cursam 8ª série. Não possuem cursos específicos p/a atuarem em escolas indígenas. São professores índios, moradores nas aldeias, indicados pela comunidade.

09 - Como está sendo garantida a presença do professor índio nas escolas do seu município?

R - A garantia p/a freqüentarem escolarização, está no transporte escolar que é feito diariamente nos períodos matutino e noturno.

10 - Como está o ensino de 5ª a 8ª série? Esses níveis estão sendo atendidos por professores com formação de 3º grau? Esses professores possuem capacitação específica para atuarem em escolas indígenas?

R. - O município atende dentro das aldeias até a 4ª série do ens. Fund. 5ª a 8ª séries e 2º grau são transportados p/a a sede e atendidos por prof. c/ formação superior.

11 - Como estão sendo administrados nos municípios os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do ensino Fundamental e de Valorização do Magistério com relação às escolas indígenas e à formação de professores índios (leigos)?

R. - Os professores recebem pelo FUNDEF. Não participaram do concurso por ainda serem leigos na época. Não recebem ajuda p/a formação porque têm escolas e transportes gratuitos. Recebem material escolar, manutenção, alimentação como as demais escolas.

12 - TV Escola.

Como está acontecendo na prática, o funcionamento da TV Escola nas escolas que atendem Educação Escolar Indígena?

R - A aldeia Pirajui não possui Kit Tecnológico. A Paraguaçu o possui, mas depende de energia solar que na maior parte do tempo está avariada. A escola Pirajui será a próxima a ser beneficiada c/o Kit.

13 - No momento, o pior problema que enfrentamos nas aldeias, é a falta de espaço físico digno. São salas pequenas, inadequadas, de madeira. A cozinha e banheiro são improvisados.

A formação dos professores, específica para indígenas está sendo discutida e acertada. Como sugestão, acho que a DEMEC deveria discutir c/ o Núcleo de Inspeção e Vida escolar da SED, uma forma para facilitar a autorização das escolas Indígenas.

Atenciosamente,

Marlene Steffens Cilião Alves
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 03/97 GP

"Administrando com Você"
Avenida Marechal Dutra, 1500 - Centro - Paranhos - MS - C.E.P. 79.925 - 000
Fone/Fax (067) 480 1225 ou 480 1506

Acervo ISA

150

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
RUA: PADRE NILO SHERIDAN N.º 002 FONE: 236-1105 NIOAQUE-MS

QUESTIONÁRIO

1. **Como está acontecendo, na prática, a Educação Indígena diferenciada?**
   O Município ainda não implantou a Educação Indígena diferenciada.

2. **Essa SEMED já realizou concurso público diferenciado para admissão de professores índios?**
   Não

3. **As Escolas Indígenas desse município estão devidamente reconhecidas e regularizadas?**
   Não

4. **Como está a participação dos professores índios nos Conselhos Municipais de Educação ?**
   Ainda não foi formado o Conselho Municipal de Educação em nosso município, porem, estamos integrados ao Conselho Estadual de Educação.

5. **Como está a educação Indígena na legislação municipal? De que maneira as Secretarias Municipais estão colaborando na elaboração dessa legislação ?**
   Iniciamos o Processo do Projeto Político Pedagógico e da Legislação para se adequar a realidade da LDB, referente a Educação Indígena.

6. **Como está a formação do (os) técnicos (os) dessa Secretaria, em relação à educação Indígena ?**
   Estamos recebendo orientações repassados pelo Fórum de educação indígena e estudando matérias que são editadas sobre o assunto.

Acervo ISA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE
SECRETARIA MUMICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
RUA: PADRE NILO SHERIDAN N.º 002 FONE: 206-1105 NIOAQUE-MS

7. **De que maneira a SED/MS, organizações indígenas, Universidades e ONGs estão atuando junto a esse município, para que seja garantido aos índios o direito a uma educação diferenciada e de qualidade ?**
Através de Congressos realizados pelo DEMEC em parceria com a UCDB, CEE, FUNAI.

8. **Essa Secretaria já vem atuando na formação de Professores índios ? De que forma ?**
Não.

9. **Qual o apoio da SED/MS, e dessa SEMED, às iniciativas das organizações indígenas ?**
As iniciativas estão ocorrendo por iniciativas próprias, procurando formação a nível de magistério que são oferecidos por Agencias formadoras.

10. **Como está sendo garantida a presença do Professor índio nas Escolas do seu município ?**
Quando os professores não são concursados existindo vagas são dadas prioridades no ato da convocação, e quando os professores índios nao completam as vagas existentes, são dada oportunidade aos professores não índios.

Acervo ISA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
RUA: PADRE NILO SHERIDAN N.º 002 FONE: 225-1105 NIOAQUE-MS

11. Como está o ensino de 5.ª a 8.ª série ? Esses níveis estão sendo atendidos por professores com formação de 3.º grau ? Esses professores possuem capacitação específica para atuarem em escolas indígenas ?

Os Professores que lecionam em Escolas indígenas são possuem capacitação específica e não tem formação de terceiro grau.

12. Como estão sendo administrados nos municípios os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério com relação às escolas indígenas e à formação de Professores Índios (leigos) ?

Para o exercício de 99 esta sendo elaborado uma proposta para a Capacitação desses Recursos Humanos.

13. TV Escola.

Como está acontecendo, na prática, o funcionamento da TV Escola nas escolas que atendem Educação Escolar Indígena ? (especifique escolas e situação encontrada).

As Escolas indígenas possuem o Kit Tecnológico e estão recebendo orientações sistemática da SEMED para a utilização dos programas que a TV Escola oferece.

Acervo ISA

ESTADO ... TO GR... SUL
PREF... RA ... CIP... D... UNA CARAPÃ
AVENIDA ERVA MATE ... ONE/FAX (067) 43... e 438-1202 - CEP 79.920-000
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. Como está acontecendo, na prática a educação indígena diferenciada?

R: Não está sendo feita ainda.

2. Essa SEMED já realizou concurso público diferenciado para admissão de professores índios?

R: Não.

3. As escolas indígena desse município estão devidamente reconhecidas e regularizadas?

R: Não, pois as mesmas são extensões.

4. Como está a participação dos professores índios nos Conselhos Municipais de Educação?

R: Não Participam.

5. Como está a educação indígena na legislação municipal? De que maneira as Secretarias Municipais estão colaborando na elaboração dessa legislação?

R: Inexistente, será incluido no P.P.P.

6. Como está a formação do(s) técnicos(s) dessa Secretaria, em relação à educação indígena?

R: Não temos nenhum técnico.

7. De que maneira a SED/MS, organizações indígenas, universidades e ONGs estão junto a esse município, para que seja garantido aos índios o direito a uma educação diferenciada e de qualidade?

R: Nenhuma.

8. Essa Secretaria já vem atuando na formação de professores índios? De que forma?

R: Não.

9. Qual o apoio da SED/MS e dessa SEMED. às iniciativas das organizações índigenas?

R: Nenhuma.

10. Como está sendo garantida a presença do professor índio nas escolas do seu município?

R: Estão sem garantia.

Acervo ISA

11. Como está o ensino de 5ª a 8ª série? Esses níveis estão sendo atendidos por professores com formação de 3º grau? Esses professores possuem capacitação específica para atuarem em escolas indígenas?

R: Inexistente.

12. Como estão sendo administrados nos municípios os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério com relação às escolas indígenas e à formação de professores índios (leigos)?

R: Nenhuma.

13. TV Escola.
Como está acontecendo, na prática, o funcionamento da TV Escola nas escolas que atendem Educação Escolar Indígena?

R: Não está atuando.

Acervo ISA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Maracaju, MS, 12 de novembro de 1.998

Of. 123/98
Da: SEMECD
Para: Delegacia do MEC de Mato Grosso do Sul - Campo Grande
Ref: Informação

Prezada Senhora;

Em atenção ao Ofício Circular Nº 151/98/SEPAT/DEMEC/MS de 09 de novembro de 1998, temos a informar a V.Sª que:

Na prática a Educação Indígena em nosso Município não está acontecendo muito diferenciada do Ensino Regular apenas com algumas adequações como: Calendário Escolar, Professor, espaço físico de sala de aula e Metodologia. Mas estamos procurando gradativamente integrar-se as novas normas;

Quanto ao concurso público, ainda não foi realizado neste município para Professores Índios, por motivo que não há ainda clientela indígena suficiente;

Esclarecemos que neste município não existem Escolas Indígenas, apenas foi criada uma Sala em Extensão conforme Decreto 026/98 de 05.05.98 em anexo, da Escola Municipal Rural Júlio Muller - Pólo. Escola esta Autorizada e Reconhecida;

Não há participação do Professor Índio em Conselho Municipal de Educação, considerando que ainda não foi implantado o mesmo em nosso município, mas esta Secretaria pretende implantar para o próximo ano;

A Lei Orgânica do Município não prevê nada sobre Educação Indígena, mas esta SEMECD, está procurando adequar-se a Legislação vigente;

A partir da Criação da referida sala, que os técnicos desta Secretaria iniciaram a interação sobre Educação Indígena, para que possam trabalhar e aperfeiçoar-se na área;

Está havendo um trabalho em parceria entre SED/MS e este Município, dando assim a garantia diferenciada e de qualidade aos índios;

Esta SEMECD ainda não está atuando na formação do Professor Índio, considerando que o mesmo está ainda cursando o 2º Grau. Onde esta Secretaria,

Acervo ISA

está procurando levar os recursos didáticos e pedagógicos ao professor de uma forma prática, para que os alunos não saiam prejudicado;

Estamos fazendo um trabalho em conjunto com a SED/MS, através de reuniões, para que possamos inteirar a educação indígena e colocarmos gradativamente em prática tudo aquilo que venha de encontro com os propósitos da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96, fortalecendo assim as práticas socioculturais e a língua materna da comunidade indígena de nosso município;

A freqüência permanente do Professor está sendo em sala de aula em que atua e está levando a outras escolas da região, através de apresentações com seus alunos, sua cultura, língua, costumes, tradição, onde está sendo bem sucedido;

No momento o Município não está oferecendo de 5ª à 8ª série, apenas a 1ª Série do Ensino Fundamental, conforme apresentado o nível dos alunos pelo Professor Índio, mas esta SEMECD pretende futuramente oferecer as séries subsequentes em nível dos alunos;

A Sala Indígena está incluída no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, procurando inclusive oferecer a partir de 1999, cursos de reciclagem para o Professor da Sala que ainda está cursando o 2º Grau;

A Sala de Aula Indígena não oferece condições para o funcionamento da TV Escola, sendo apenas uma sala e com espaço físico muito pequeno por ser adaptada as pressas em 98 assim que surgiu o assentamento, para que fossem assegurados a sua tradição e língua materna, sem que os alunos saíssem prejudicados.

SUGESTÕES:

Temos necessidades de recursos financeiros para adaptarmos melhor as condições físicas da Sala de Aula e adequar-se aos padrões mínimos de funcionamento e precisamos também de cursos de capacitação específico de Prof. Índio, considerando que o mesmo é bilíngüe.

Sendo o que apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Silvana Terezinha Carra Dias
Secret. Mun. Educ. Cultura e Desporto
Portaria N.º 02/97

ESTADO D_ MATO GR SSC DO SUL
MUNICÍPIO DE MARACAJU

3/

DECRETO Nº. 026/98, de 05 de maio de 1998

Publicado no Átrio do Paço Municipal
Doc.: Decreto 026
Sob n.º 146
Em 06/05/98
Visto:

"Dispõe sobre a Criação de uma Sala de Aula por extensão, na Zona Rural, e dá outras providências".

REINALDO AZAMBUJA SILVA, Prefeito Municipal de Maracaju - MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Maracaju-MS., e pela Lei nº 849/85.;

CONSIDERANDO, a necessidade de levar até a área Indígena Sucuri'y, educação fundamental, de responsabilidade da administração pública municipal;

CONSIDERANDO, que a Lei 849/85, de 09.05.85, em seu artigo 3º, traz autorização legislativa para criação de sala de aula rural vinculada à Escola Municipal Rural de Pré e 1º Grau Julio Muller - Pólo;

CONSIDERANDO, que a população indígena localizada na área em que será criado a sala de aula merece toda a atenção dos poderes constituídos.

DECRETA:

Art. 1º *Fica criada uma* ***SALA DE AULA****, na área indígena denominada* ***SUCURI'Y****, localizada na Fazenda Alegria neste Município, por extensão da "Escola Municipal Rural de Pré Escolar e 1º Grau Júlio Muller - Pólo".*

Art. 2º *A Sala de Aula por extensão da Escola Pólo, será denominada de:* ***Escola Municipal Rural de Pré Escolar e 1º Grau Júlio Muller - Sala Indígena Sucuri'y.***

Art. 3º *Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

REINALDO AZAMBUJA SILVA
Prefeito Municipal

Acervo ISA

158

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

CENTRO — CEP 79.670-000 — BRASILANDIA — MS

Administração 97/2000

OFICIO Nº 034/98,

De, 16 de Novembro de 1.998.

Ilustríssima Senhora;

Em atenção ao Oficio nº 151/98/SEPAT/DEMEC/MS, estamos encaminhando a Vossa Senhoria, as informações ligadas à área de Educação Indígena, que abaixo seguem relacionadas:

01 - Como está acontecendo, na prática, a educação Indígena diferenciada?
Resp: O professor Coi está trabalhando no resgate da língua Ofaié com os pequenos do ensino fundamental, encontrando dificuldades, devido a convivência com os não Indios em épocas anteriores.

02 - Essa SEMED já realizou concurso público diferênciado para admissão de professores Indios?
Resp: Nunca houve concurso público diferenciado, mesmo porque foi neste ano que conseguimos um professor Indio.

03 - As escolas indígenas desse municipio estão devidamente reconhecidas e regularizadas?
Resp: Não temos conhecimento do reconhecimento e regularização ou não desta escola.

04 - Como está a participação dos professores Indios nos Conselhos Municipais de Educação?
Resp: Ainda não temos Conselho Municipal de Educação, esperamos formá-lo no próximo ano.

05 - Como está a Educação indigena na legislação municipal? De que maneira as Secretarias Municipais estão colaborando na elaboração dessa legislação?
Resp: Não temos e gostariamos de obter maiores informações da educação indigena na legislação.

Acervo ISA

2

Cont. Of. 034/98.

06 - Como está a formação do(s) técnico(s) dessa Secretaria, em relação a educação indígena?
Resp: Apenas a professora (não India) recebe treinamento, quando há.

07 - De que maneira a SED/MS, organizações indígenas, universidades e ONGS estão atuando junto a esse município, para que seja garantido aos Indios, o direito a uma educação diferenciada e de qualidade?
Resp: Nada podemos comentar sobre este assunto; se atualmente atuam, não é do nosso conhecimento.

08 - Essa Secretaria já vem atuando na formação de professores Indios? De que forma?
Resp: Apenas contamos com o interesse do COI, ele não tem formação a nível de ensino médio ou superior, passa apenas sua vivência e conhecimento.

09 - Qual o apoio da SED/MS, e dessa SEMED, às iniciativas das organizações indígenas?
Resp: Desta Secretaria temos dado apoio de material escolar e em informar a Funai para tomar as medidas necessárias e urgentes no setor de alimentação, saúde e etc...

10 - Como está sendo garantida a presença do professor Indio nas escolas do seu município?
Resp: A Prefeitura é quem garante a presença do Professor Indio na Escola.

11 - Como está o ensino de 5ª a 8ª? Esses níveis estão sendo atendidos por professores com formação de 3º grau? Esses professores possuem capacitação específica para atuarem em escolas indígenas?
Resp: Não temos ensino de 5ª a 8ª série na Aldeia Ofaié.

12 - como estão sendo administrados no município, os recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da ensino fundamental e de valorização do Magistério com relação às escolas indígenas e à formação de professores Indios (leigos) ?
Resp: Apenas aguardamos que o professor Indio (leigo) resolva estudar.

Acervo ISA

3

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

CENTRO — CEP 79.670-000 — BRASILANDIA — MS

Administração 97/2000

Cont. Of. 034/98.

13 - TV Escola.

Como está acontecendo, na prática, o funcionamento da TV Escola nas escolas que atendem Educação Escolar Indígena? (especifique escolas e situação encontrada).

Resp: Não temos TV Escola na Aldeia Ofaié, no entanto, gostariamos muito de adquirí-la.

Sendo o que nos apresenta para o momento, firmamo-nos.

Atenciosamente

CÉLIA TECH CANTARIN
Secretária Municipal de Educação

Ilma Senhora
Profª ANA VIEIRA
DEMEC
CAMPO GRANDE MS

Acervo ISA

1. **Como esta acontecendo na pratica, a Educacão Indigena diferenciada?**
- A SMECE no inicio da atual administracão, ao tomar conhecimento da realidade das Escolas na Reserva Indigena constatou um indice altissimo de repetencia e evasão nas series iniciais, constatou tambem que os predios escolares se encontravam em estado precario. Buscando alternativas de superacão das dificuldades atraves de parcerias com o Programa Guarani – Kaiova (UCDB, UFMS e Diocese de Dourados).
- Elaborou Calendario Escolar ouvindo a Comunidade Indigena adequando a sua realidade;
- Elaborou um Plano de Alfabetização na Lingua Materna;
- Criou Conselho Escolar, envolvendo a comunidade no gerenciamento da educação;
- Contratou professores indios para as series iniciais;
- Iniciou alfabetização na lingua materna (3 salas – 3 primeiras series com 30 alunos cada);
- Deu continuidade ao trabalho na 2ª serie com Ensino Bilingue – Guarani e Portuguès;
- Realizou capacitação continuada aos professores com assessoria do Programa Guarani Kaiova;
- Realiza acompanhamento pedagogico atraves de uma tecnica que coordena todo o processo educacional nas Escolas da Reserva Indigena;
- Reformou 3 (três) Escolas da Reserva Indigena devido ao estado precario em que se encontravam e estão sendo equipadas de acordo com o padrão minimo;
- Realizou Campanha "Toda Crianca na Escola".
- Improvisou escola para acolher 84 (oitenta e quatro) crianças indias;
- Realizamos Recuperação no periodo de recesso escolar;
- Oferece Alimentação Escolar de qualidade atraves dos Recursos do FNDE/MEC;
- Oferece material escolar para o aluno e didatico para o professor;
- Atende os alunos com recursos do MEC – Programa Saude do Escolar e
- Realiza o Programa de Saude Bucal (parceria com a Secretaria de Saude).

2. **Essa SMECE já realizou concurso público diferenciado para admissão de professores indios?**

Não, pois os nossos professores indios são leigos.

3. **As escolas indígenas desse Município são devidamente reconhecidas e regularizadas?**

Não são reconhecidas e regularizadas como escola indigena, funcionam como extensões da Escola Municipal Tiradentes Pólo (rural).

4. **Como está a participação dos professores índios nos Conselhos Municipais de Educacão?**

Este Municipio ainda não criou o Conselho Municipal de Educação, pois ainda pertencemos ao Sistema Estadual de Educação.
Obs. Os professores indios participam do Conselho Escolar das Escolas da Reserva Indigena.

5. **Como está a Educação Indígena na Legislação Municipal? De que maneira as Secretaria Municipais estão colaborando na elaboração dessa Legislação?**

Esta em fase de estudo a elaboração de um Projeto de Lei que viabiliza a Criação da Escola Indigena assegurando o direito a Comunidade Indigena a um ensino diferenciado bilingue intercultural.

6. **Como está a formação dos técnicos dessa Secretaria em relacão a Educação Escolar Indígena?**

A SMECE se faz presente em todos os encontros referentes a Educação Escolar Indigena no âmbito do Estado, esta acompanhando o processo, mesmo enfrentando inumeras barreiras relacionadas a dificuldades inerentes a Legislação e a forma de construção de um Projeto Politico Pedagogico que respeite a etnia Guarani Kaiová e a sua cultura. Estamos procurando respeitar direitos previstos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases onde esta assegurado aos povos indigenas o direito a uma educação diferenciada e de qualidade.

7. **De que maneira a SED/MS, organizações indígenas, universidades e ONGs estão atuando junto a esse município, para que seja garantido aos índios direito a uma educação diferenciada e de qualidade?**

Acervo ISA

Prefeitura Municipal de Caarapó/MS.

O Nucleo de Educação Escolar Indigena não colaborou em nada com esse Municipio referente a Educação Escolar Indigena. Porem tivemos desde o inicio o apoio do Programa Guarani-Kaiova (UCDB, UFMS e Diocese de Dourados) na Capacitacão de Técnicos desta Secretaria , que atraves de palestras passaram a conhecer e entender melhor a realidade e a cultura do povo Guarani-Kaiova: Capacitação de Professores Indios: Estudo da Legislação: Envolvimento da comunidade no processo escolar: Integração das escolas nas diversas areas de trabalho: Na area de Recuperação Ambiental, os alunos participam ativamente do trabalho desenvolvido, tendo acesso nas atividades desenvolvidas no viveiro de mudas – pesquisa da vegetação nativa destruida junto as familias: seleção das sementes: preparo da terra: plantio das sementes: germinação: irrigação e acompanharão a transferência das mudas para o meio ambiente. Na area de saude o Programa Guarani-Kaiova elaborou material didático referente ao combate da DST – AIDS com a participação aos professores indios e a comunidade. Que esta sendo trabalhado nas escolas com apoio da comunidade.
Obs. A educação nas Escolas da Reserva Indigena esta envolvida com todo trabalho realizado pelo Programa Guarani-Kaiova como forma de assegurar o conhecimento para a melhoria de qualidade de vida das gerações futuras.
O movimento dos professores e lideranças Guarani-Kaiova tambem tem contribuido no processo de construção da Educação Escolar Indigena na medida que envolve todos os professores indios na discussão e aprofundamento do papel da escola na vida da comunidade, como instrumento de resgate e fortalecimento da cultura bem como o preparo das novas gerações para o exercicio consciente da cidadania.
O Conselho Escolar, criado neste administração vem colaborando com todo o trabalho relacionado a Educação Escolar Indigena que esta sendo desenvolvido na comunidade.

8. Essa Secretaria já vem atuando na formação de professores índios? De que forma?
Sim. Nosso trabalho esta sendo desenvolvido na capacitação em serviço, pois temos garantido atraves da Lei Municipal nº 588/97 que dispões sobre a Instituição das Politicas de Cargos e Vencimentos e Reestruturação do Quadro de Pessoal do Magisterio, Carga Horaria de 32 horas para o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª serie assim distribuidos: 25 horas em sala de aula e 07 horas atividades, que são destinadas para que o professor estude, pesquise e planeje suas atividades. No momento estamos estudando os Referências Curriculares Nacional para as Escolas Indigenas nos preparando para a elaboração do Projeto Politico Pedagógico. Quanto a habilitação dos Professores Indios leigos encontramos grande dificuldade, pois estamos aguardando que seja implantado o curso de Magisterio especifico para a etnia Guarani-Kaiova, que a mais de dois anos já vem sendo reivindicado junto aos orgãos competentes.

9. Qual o apoio da SED/MS e dessa SMECE, às iniciativas das organizações indígenas?
Fica dificil citarmos ações concretas da SED/MS, as organizações indigenas.
A SMECE do Municipio de Caarapó, sempre que solicitada, procura valorizar e apoiar as organizações indigenas.

10. Como está sendo garantida a presença do professor índio nas escolas do seu Município?
No momento temos 8 professores indios contratados que atuam no Pré-Escolar, primeiras e segundas séries:
- 01 Professor de Pré-Escolar – 1 turma – 20 alunos – EMPG. T. S. Nhandejara;
- 03 Professores de 1ª Série – 3 turmas – 84 alunos – EMPG.T. S. Nhandejara (Alfabetização na Língua Materna);
- 01 Professor de 2ª Série – 1 Turma – 34 alunos – EMPG.T.S. Nhandejara (Ensino Bilingue – Guarani e Português)
- 02 Professores de 1ª Séries – 2 Turmas – 81 alunos – EMPG.T.S. Nhandejara –Extensão (Alfabetização na Lingua Materna);
- 01 Professor de 1ª Séries – 1 Turma - 28 – EMPG.T.S. Loide Bonfim Andrade (Alfabetização na Lingua Materna).

11. Como está o ensino de 5ª a 8ª série? Esses níveis estão sendo atendidos por professores com formação de 3º grau? Esses professores possuem capacitação específica para atuarem em escolas indígenas?

Acervo ISA

Por enquanto os alunos da Reserva Indígena de 5ª a 8ª Série estão sendo transportados para estudar nas Escolas da Sede do Município, causando uma evasão muito grande pois eles se sentem discriminados em relação ao não índio, poucos chegam a 8ª serie. Um outro agravante é que os professores ainda não foram capacitados para trabalhar com alunos índios.

12. **Como está sendo administrados nos municípios os recursos do Fundo e Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério com relação às escolas indígenas e à formação de professores índios (leigos)?**

Em nosso Município as Escolas da Reserva Indígena, os Alunos e os Professores Índios recebem o mesmo tratamento oferecido aos Professores, Alunos não índios e as escolas da Sede do Município no que diz respeito a repartição de recursos e acompanhamento administrativo e pedagogico. Quanto a formação dos Professores Índios ainda não existe no Estado Magisterio especifico para a etnia Guarani-Kaiova.

13. **Como está acontecendo, na prática, o funcionamento da TV Escola nas escolas que atendem Educação Indígena?**

Apenas uma escola foi contemplada com o Kit Tecnológico e não se encontra funcionando no momento devido ao fato de que o video esta no conserto.

Caarapo-MS, 18 de novembro de 1998

Teresinha Aparecida da Silva Batista
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Acervo ISA

Atividades desenvolvidas e dificuldades encontradas no Município de Caarapó

Temos em nosso Município uma População Indígena de 2.500 (duas mil e quinhentas) pessoas. 500 (quinhentas) famílias e 496 (quatrocentos e noventa e seis) alunos da Etnia Guarani-Kaiova.

Ao assumir a Administração encontramos os prédios escolares da Reserva Indígena danificados, crianças índias fora da escola, alto índice de evasão e repetência e um quadro de professores composto por não índios.

Em respeito a cultura da Etnia presente em nosso Município buscamos alternativas de superação das dificuldades encontradas, como:

- Parceria com o Programa Guarani-Kaiova para capacitar Professores Índios;
- Elaboração de um Plano de Alfabetização na Língua Materna;
- Contratação de Professores Índios;
- Fórum para debater a nível de Município, a questão indígena;
- Palestras para Professores não Índios e Técnicos da Secretaria visando conhecer melhor a Etnia Guarani-Kaiová presente em nosso Município;
- Participação a nível de Estado para acompanhar o desenvolvimento da Educação Escolar Indígena;
- Reforma das Escolas da Reserva Indígena

Porém existem dificuldades maiores que só poderão serem realizadas com envolvimento e colaboração dos Órgãos Competentes, através de parcerias com os Municípios que tem Comunidades Indígenas.

- Habilitação Específica para Professores Índios da Etnia Guarani-Kaiová;
- Assessoria para a construção do Projeto Político Pedagógico;
- Elaboração de material didático específico de acordo com a cultura indígena;
- Construção de Escola na Reserva Indígena para acolher alunos índios matriculados durante a campanha "Toda Criança na Escola".
- Bolsa-Escola para as famílias onde as crianças faltam à escola para trabalhar com objetivo de ajudar no sustento familiar.

Caarapó-MS, 18 de novembro de 1998

Teresinha Aparecida da Silva Batista
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Acervo ISA

Prefeitura M. de Eldorado MS

MUNICIPIO DE ELDORADO-MS

ESCOLAS INDIGENAS:
1 – OKARA POTY
2 – M'BOERO SAYJU

1 - Como esta acontecendo, na prática, a educação indígena diferenciada?

Nas duas Escolas Indígena deste Município, a educação vem acontecendo de forma convencional, a única diferenciação é que alem da língua portuguesa também é trabalhada a língua Guarani/Kaiova.

2 – Essa SEMED já realizou concurso público diferenciado para admissão de professores índios?

Os Professores que atuam nas escolas indígenas, não são habilitados, possuindo apenas a Quarta e a Sétima série do 1° Grau e foram indicados pela comunidade indígena, exercendo cargo comissionado.

3 – As escolas indígenas desse município estão devidamente reconhecidas e regularizadas?

Estão autorizadas e reconhecidas como escolas de 1ª a 4ª série, uma vez que são extensões da E.M.P.G. Bairro Cerâmica-Pólo e a mesma está devidamente regularizada.

4 – Como está a participação dos professores índios nos Conselhos Municipais de Educação?

A Educação Municipal está inserida no Conselho Estadual de Educação.

5 – Como está a educação indígena na legislação municipal? De que maneira as Secretarias Municipais estão colaborando na elaboração dessa legislação?

Não há nada de específico sobre Educação Indígena, uma vez que se trabalha igualmente às demais.

6 – Como está a formação dos Técnicos dessa Secretaria, em relação à educação indígena?

Uma das grandes dificuldades encontradas para o acompanhamento destas Escolas é a falta de técnicos que tenha conhecimento metodológico e domínio da língua Guarani, já que a SEMEC não dispões de profissionais com capacitação específica para essa modalidade de ensino, para uma assessoria e elaboração de Propostas Pedagógica, Currículo, Regimento Escolar e até calendário enfim para um acompanhamento sistemático para que as escolas ofereça de fato uma educação diferenciada para a comunidade indígena e melhoria de produtividade dos professores.

7 – De que maneira a SED/MS, organizações indígenas, universidades e ONGs estão atuando junto a esse município, para que seja garantido aos índios o direito a uma educação diferenciada e de qualidade?

A atuação deste órgão em nosso município limita-se ao envio de correspondência. Solicitando sempre dados como subsídios para Encontros, Fóruns, etc.

Acervo ISA

8 – Essa Secretaria já vem atuando na formação de professores índios? De que forma?

Na região não existe curso de suplência em fins de semana ou em época de férias. A aldeia fica distante da sede do município.

9 – Qual o apoio da SED/MS e dessa SEMED, às iniciativas das organizações indígenas?

Comunicando a realização de eventos e sempre pedindo informações entretanto precisamos de sugestões de propostas concretas e viáveis para o desenvolvimento de um trabalho produtivo, indo de encontro aos costumes daquela comunidade.

10 – Como está sendo garantida a presença do professor índio nas escolas do seu município?

Já há alguns anos os professores que atuam nas escolas das comunidades Indígenas são indicados pelas lideranças da própria comunidade.

11 – Como está o ensino de 5ª a 8ª série? Esses níveis estão sendo atendidos por professores com formação de 3° grau? Esses professores possuem capacitação especifica para atuarem em escolas indígenas?

Nas escolas indígenas deste município são só oferecidas as: Primeiras e Segundas séries do Ensino Fundamental.

12 – Como estão sendo administrados nos município os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério com relação as escolas indígenas e a formação de professores índios (leigos)?

São administrados por um Conselho devidamente nomeado pelo Executivo Municipal cuja aplicabilidade dos recursos é exclusivamente ao Ensino Fundamental e as Escolas Indígenas estão inclusas no mesmo patamar das demais.

13 – **TV ESCOLA.** Como está acontecendo, na prática, o funcionamento da TV Escola nas escolas que atendem Educação Escolar Indígena?

Só há televisão nas Escola Escola MBOERO OKARA POTY, mas não se consegue sintonizar a TVE , não há vídeo.

A televisão foi enviada pela secretaria de Educação – Setor Indígena e funciona através de Energia Solar. Mas, segundo o professor talvez devido a localização, a Antena Parabólica sempre sai do ar, e torna –se difícil a sintonia. Os canais que melhor sintonizam é a Globo e o SBT.

Wanderleia Fátima M. Santussi
Diretora - Port. nº 009/97

Acervo ISA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OFÍCIO Nº146/SEMED/98 EM, 17 DE NOVEMBRO DE 1998

DA :SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PARA :ANA MARIA FERNANDES VIEIRA
REPRESENTANTE DO SUB GRUPO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA/FORUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO/MS
DEMEC/MS

ASSUNTO:RESPOSTA(FAZ)

Em resposta ao Ofício Circular nº151/SEPAT/DEMEC/MS de 09/11/98, estamos respondendo abaixo as questões em pauta:

1ª) A prática é diferenciada devido os professores de 1ª à 4ª série trabalharem bilíngüe onde há um maior número de aprovação e permanência na Escola.

2ª) Não.Primeiro temos que formá-los a nível de 1º grau e magistério, pois todos são leigos, mas nosso plano de cargos e salários, prevê concurso público específico para o professor de Educação Indígena.

3ª) O processo de autorização e funcionamento da escola encontra-se em tramitação nos órgãos competentes.

4ª) Não manifestaram interesse em participar pois os mesmos foram convidados para assembléia onde foram escolhidos os membros, não comparecerram, talvez faltou maior esclarecimento por parte da SEMED.

5ª) A Educação Indígena está assegurada na Lei Orgânica do Município e no planos de cargos e salários, onde ambas asseguram, respeito a cultura e trabalho em bilíngüe e o regimento interno da escola,

Demec/MS
Protocolo Geral
Nº 477
Em 20/11/98

Av. Pedro Manvailer, 302 - Fone: (067) 481-1573 - CEP: 79990-000 Amambai - MS

Acervo ISA

também assegura as diferenças culturais, calendário diferenciado e a participação da comunidade nas decisões mais importantes.

6ª) Os técnicos da SEMED tem formação de 3º grau não específica a educação indígena, mas trabalham conforme suas possibilidades.

7ª) A atuação da SED/MS, foi liberar recursos para reforma e construir novas escolas, ONGs estão atuando com capacitações sobre doenças sexualmente transmissíveis.

8ª) Ainda não, mas para o ano de 1999 estaremos incluindo, no projeto pró-formação da fundescola.

9ª) O apoio da SED/MS está sendo em estrutura física e no que tange a organizações, nada ofereceu nestes últimos 02(dois) anos, já a SEMED tem apoiado a participação dos professores índios no colegiado regional sobre Educação Indígena Guarani/Kaiowá, ajudamos a escola a criar sua APM(Associação de Pais e Mestres).

10ª) A presença do professor índio está garantida na Lei Orgânica, planos de cargos e salários e regimento interno da escola.

11ª) O Ensino de 5ª à 8ª série está sendo atendida por professores não índios com formação específica à nível de 3º grau e não possuem capacitação específica para atuarem na educação indígena.Os professores de Educação Artística, Língua Guarani e Ensino Religioso, são índios leigos e trabalham dentro de sua cultura e tradição.

12ª) Será implantada a formação do Professor Leigo Índio a partir de 1999, devido o

Acervo ISA

recurso do FUNDEF em 1998 ter sido insuficiente, devido a chamada escolar toda a criança na escola, ter um aumento' significativo de alunos e não foram incluidos na percápta /98.

13º) Quanto a TV escola apenas a escola Sede possui 01(Um) aparelho de TV e Video e antena parabólica e as 05(Cinco) extensões não possuem! E os aparelhos da escola sede foram atingidos por um raio e estão danificados sem condições de uso.

Os professores de 5ª à 8ª série utilizam fitas gravadas pela SEMED, que estão a disposição de todas as escolas.

O problema mais sério' atualmente é a formação e a capacitação a todos os pro ' fessores para atuar na Educação Indigena, esperamos que através do Projeto Fundescola em planejamento que prevê' capacitação, formação dos professores, adequação de ' currículo, metodologia e salas de aulas no padrão mínimo de funcionamento, se realmente acontecer o que está pla' nejado a educação indigena tende a se fortalecer.

Sem mais para o momen' to, subscrevemo nos,

Atenciosamente.

ZITA CENTENARO
SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO.

/LJMV.

Acervo ISA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
"A Força do Povo"

170

Douradina - MS, 18 de Novembro de 1.998

Of. Nº042/98
Para: Ana Maria Fernandes Vieira

Estamos através deste encaminhando a V.Sª o questionário para II Encontro Nacional de Coordenadores de projetos na àrea de Educação Escolar Indígena.

O mesmo vem a seguir;

1- Como está acontecendo, na prática, a educação indigena diferenciada? R: Embora não tendo um Currículo específico para Educação indígena diferenciada procuramos atender os índios em suas solicitações.

2- Essa SEMED já realizou concurso público diferenciado para admisão de professores índios? R: Não

3- As escolas indígenas desses Município estão devidamente reconhecidas e regularizadas? R: Elas são consideradas salas da Escola Joana da Silva Motta (Polo).

4- Como está a participação dos professores índios nos Conselhos Municipais de Educação? R: São apenas 2 professores indios, por serem contratados não faz parte do Conselho.

5- Como está a educação indígena na Legislação Municipal? De que

Continua...

Acervo ISA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
"A Força do Povo"

Continuação...

maneira as Secretarias Municipais estão colaborando na elaboração dessa Legislação? R: A Legislação Municipal em seu artigo 127º assegura o ensino fundamental em língua portuguesa garantindo-lhes a utilização da língua materna e de processo próprios de aprendizagem.

6-Como está a formação do(s) técnico(s) dessa Secretaria, em relação à educação indígena? R: não temos formação.

7- De que maneira a SED/MS, organizações indígenas, universidades e ONGs estão atuando junto a esse Municipio, para que seja garantido aos índios o direito a uma educação diferenciada e de qualidade? R: Até o momento não fomos procurados para desenvolver trabalho conjunto.

8- Essa Secretaria já vem atuando na formação de professores indios? De que forma? R: Estamos transportando alunos indígenas para uma escola de formação no Magistério.

9- Qual o apoio da SED/MS e dessa SEMED, às iniciativas das organizações indígenas? R: A SEMED sempre que tem reunião tem comunicado e solicitado a participação dos mesmos.

10- Como está sendo garantida a presença do professor indio nas escolas do seu Município? R: O Município tem apenas 2 professores indígena, sendo os mesmos leigos e contratados, assim a presença dos mesmo estão ameaçadas.

11- Como está o ensino de 5ª a 8ª série? Esses níveis estão sendo atendidos por professores com formação de 3º grau? R: Sim

Continua...

Acervo ISA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
"A Força do Povo"

Continuação...

Esses professores possuem capacitação específica para atuarem em escolas indígenas? R: Não. Nossos índios estudam na Escola Estadual e recebem a mesma Educação dos brancos.

12- Como estão sendo administrados nos Municipios os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério com relação às escolas indígenas e à formação de professores índios (leigos)?

R: Com a implantação do FUNDEF o Município perdeu recursos e o mesmo tratamento que é dado ao Branco serve para o índio.

13- TV Escola.

Como está acontecendo, na prática, o funcionamento da TV Escola nas escolas que atendem Educação Escolar indígena?

R: Não há TV

(Especifique escolas e situações encontrada).

Sugestões:

1- Avaliar o aluno conforme o que expressa saber e não por frequência ou notas.

2- O professor deve conhecer e falar a língua indígena ou ter ajuda de um monitor índio.

3- O livro didático é indispensável na Educação Escolar indígena, pois são poucos os recursos de leitura dentro da aldeia.

4- Ter um professor para reforço por causa da dificuldade da língua e o excesso de faltas.

5- Mais livros de literatura infantil.

6- Nós ensinamos cada aluno, usamos os livros didáticos de cada disciplina elaboramos atividades e questionário. O aluno que está sempre presente adianta-se no livro; o aluno que falta tem a ...

Continua...

Acervo ISA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
"A Força do Povo"

Continuação...

chance de dar sequência ao aprendizado. Isto tem dado bons resultados na nossa escola, embora não tenhamos professores para reforço.

7- Levar os alunos à passeios que os ajudarão a entender a matéria.

Ex: Cidade Grande (semáforo)
Corpo de bombeiros;
Quartéis, Fábricas etc.

OBS: Não sou de acordo que o indio deve aprender apenas a sua realidade, más que deve conhecer o mais possível deste mundo que o cerca e cada dia se aproxima mais dele.

Ao finalizar este colocamo-nos ao inteiro dispor para eventuais esclarecimentos.

Sendo só para o momento, renovamos nossos laços de estima e considerações.

Atenciosamente,

Miguel Camilo Jacometo
Reg. Nº 0059/87 - DEMEC/MS
DIRETOR

Ilmª Srª
Ana Maria Fernandes Vieira
P/ Sub-grupo de Educação Escolar
Indígena/Fórum Permanente de
Educação/MS
Campo Grande-MS.

Acervo ISA

Anexo

Lista de endereços dos participantes

Acervo ISA

LISTAGEM DE ENDEREÇOS

Adilza Maria C. da L. Alves
Fazenda Protagy - Riacho Doce
CEP: 57000 Maceió - AL
Tel: (082) 399 1100 / 972 9569 / 223 6932

Adir Cassaro Nascimento
Caixa Postal 322
Dourados - MS
Tel: (067) 422 7991 / 421 4040 **e-mail**: adirnascimento@zaz.com.br

Aldir Santos de Paula
Rua Luzitana, 1432 apt 41
Centro
CEP: 13015 122 Campinas - SP
Tel: (019) 231 6752 e-mail: aldir@iel.unicamp.br

Algemiro da Silva
Rua Barra do Pirai, 03
Japuiba
CEP: 23900 Angra dos Reis - RJ

Ana Maria F. Vieira
Av. Felinto Muller,1191
Campo Grande - MS
Tel: (067) 746 2961 Fax: 746 2595 / 746 2011

Andréa Liger da Silva
Av. São Rafael, Condomínio Recanto das Ilhas Bl. 481D apt. 001
Bairro Paralela
CEP: 41250 560 Salvador - BA
Tel: (071) 399 8866 / 317 1257 / 317 1200 / 317 1217

Annelsina Trigueiro de Lima Gomes
Rua Silvino Chaves, 521
Manaira
CEP: 38038 420 João Pessoa - PB
Tel: (083) 226 6018 / 216 7144 / 216 7382 e-mail: copac@prac.ufpb.br

Acervo ISA

Antônio Ferreira Karajá
Av. Araguaia, 588
CEP: 78670 000 São Felix do Araguaia - MT
Tel: ( ) 522 1155

Antonio José Filho
Rua Dr. Meireles 277
Bairro Monte Castelo
CEP: 79011 060 Campo Grande - MS
Tel: (067) 751 5077

Arlene Silva Oliveira Bonfim
Rua 18 casa 66 Q. O
Conjunto Mundo Novo - Flores
CEP: 69090 520 Manaus - AM
Tel: (092) 221 5711 / 642 4340 Fax: 642 5641 / 642 2853

Azelene Inácio Kaingang
RTVS 702 Sul Edf. Lex Bl. A 3º andar sala 340
Brasilia - DF
Tel: (061) 226 9722

Carlos Alberto de Paula
Av. Cândido de Abreu nº 433 apt. 33
Centro Cívico
CEP: 80530 Curitiba - PR
Tel: (041) 253 06 84 / 340 1714 / 340 1712

Creuza Nunes Lopes Xacriabá
Posto Indígena Xacriabá
CEP: 39475 000 São João da Missões - MG

Cristovão Teixeira Abrantes
Av. Sete de Setembro, 4108
Bairro Jardim das Mangueiras I
CEP: 78909 340 Porto Velho - RO
Tel: (069) 222 5972

Acervo ISA

Darlene Yaminalo Taukane
Rua P1 Q. 51 casa 09
Parque Cuiabá
CEP: 78095 410 Cuiabá - MT
Tel: (065) 623 7891

Dionísio dos Santos Caripunas
Rodovia Duque de Caxias 1º rua casa 24
Bairro Lagoa dos Índios
CEP: 68900 000 Macapá - AL
Tel: (096) 261 1483 / 212 5263

Dulce Costa Oliveira
Rua C-139 nº 1090 apt. 407
Goiânia - GO
Tel: (062) 225 7206 / 286 2360

Eliene Amorim de Almeida
Rua 27 de Janeiro. 181
Carmo
Olinda - PE
Tel: (081) 432 5382 / 429 3444 e-mail:quilombo@truenet.com.br
Fax: (081) 429 4881

Elisabete Batista Ramos
Rua Dom Romualdo de Seixas. 820
Bairro Uruarizal
Pará - PA
Tel: (091) 213 2534 / 233 4191 Fax: 224 5093

Elisabete Engraf
Rua Professor João Soares Barcelos. 1440
Bairro Hauer e-mail: elisabetee@demecpr.mec.gov.br
CEP: 80630 060 Curitiba - PA
Tel: (041) 322 0018 / 322 0711 Fax: 224 4877

Acervo ISA

Eneida Corrêa de Assis
Av. Conselheiro Furtado. 3520 apt.1303
Edf. Montmartre - São Brás
CEP: 66050 160 Belém - PA
Tel: (091) 229 6051 Fax: 211 2024

Erilza Galvão dos Santos
Rua Edmundo Guimarães. 12-A Alto do São Francisco
Boca do Rio
CEP: 41715 170 Salvador - BA
Tel: (071) 230 6210 / 966 3200 Fax: 321 2876
322 2111 / 322 2115 Ramal 224 / 220

Eunice Dias de Paula
Rua MB-4 Q.5 Lt. 28
Morada do Bosque
CEP: 74690 221 Goiânia - GO
Tel: (062) 865 3117 e-mail: xeretyma@persogo.com.br

Fernando de Souza B. Junior
Rua Francisco T. de Souza. 86 apt. 106-A
Conjunto Residencial Anatólia
CEP: 58052 130 João Pessoa - PB
Tel: (083) 235 4502 e-mail: copac@prac.ufpb.br

Fernando Paranhos
SGAS Q.604 Lt. 23 sala 102
Brasília - DF
Tel: (061) 313 5230

Francisca das Chagas Picanço
SDS Vemâncio III salas 309/14
CEP: 70933 900 Brasília - DF
Tel: (061) 225 9457 Fax: 225 9401

Francisco Julião Ferreira
Caixa postal 0023
CEP: 69630 000 Benjamin Constant - AM
Tel/Fax: (092) 415 5324

Acervo ISA

179

Frederick B. Nienfo
SCRN 714/715 Bl. F Lt. 18
Brasília - DF

Geraldo Grossi Junior
Av. Getúlio Vargas, 451 - Centro
CEP: 78000 000 Cuiabá - MT
Tel: (065) 624 8050 Ramal 255 / 664 3359 Fax: 624 1973

Gersen José dos Santos Luciano
Rua Crispiano da Silva, s/n - Centro
CEP: 69750 000 São Gabriel da Cachoeira - AM
Telfax: (092) 471 1342

Giovani José da Silva
Rua Dr. Corrêa, 737 - Centro
CEP: 79280 000 Porto Mortinho - MS
Tel; (067) 287 1463 / 287 1058

Ieda Marques de Carvalho
Av. Tamandaré, 600
Bairro Jardim Seminário
CEP: 79117 010 Campo Grande - MS
Tel: (067) 765 2040 / 983 2600

Isaac da Silva Pinhanta
Rua Pernambuco, 964
Rio Branco - AC
Tel: (068) 224 1426

Isabel I. Murphy
SCRN 714/715 Bl. F loja 18
CEP: 70760 795 Brasília - DF
Tel: (061) 349 8787

Jackeline Rodrigues Mendes
Rua Dr. Quirino, 1853 apt. 91 - Centro
CEP: 13015 082
Tel: (019) 233 2992

Acervo ISA

Jadir Neves da Silva
Av. Ayrão. 235 - Presidente Vargas
CEP: 69025 290 Manaus - AM
Tel: (092) 233 0548 e-mail: coica-dh@buriti.com.br

João Carlos Lima Martins
Rua 34 Q.59 Casa 36
Conjunto Cohatrac IV
CEP: 65056 350 São Luís - MA
Tel: (065) 238 3182

Joaquim Paulo de Lima Kaxinawa
Rua Pernambuco. 964
Bosque
CEP: 69907 580 Rio Branco - AC
Tel: (068) 224 1426 e-mail: cpi@mdnet.com.br

José Agnaldo Gomes de Souza
Rua 08 nº 77 Cohab II
Bairro Central
Pesqueira - PE
Tel: (081) 821 1543

José Nunes de Oliveira Xacriabá
Posto Indígena Xacriabá
CEP: 39475 000 São João das Missões - MG

Katia Silene
Av. Getúlio Vargas, 541 - Centro
Cuiabá - MT
Tel: (065) 624 8050 / 624 2555 / 644 8416

Kleber Gesteira Matos
Rua Nunes Vieira, 358/1001
Santo Antônio
CEP: 30350 120 Belo Horizonte - MG
Tel: (031) 344 7907 e-mail: kmatos@uol.com.br

Acervo ISA

Luciene Maciel
Esplanada dos Ministérios - MEC
Coordenação de Educação Infantil sala 630
Tel: (061) 410 8533

Luís Donizete Benzi Grupioni
Rua Dias Vieira, 81 - Butantã
CEP: 05632 090 São Paulo - SP
Tel: (011) 846 5506 e-mail: grupioni@usp.br

Lydia Poleck
Rua R-16 nº 96 apt. 805
Edf. Joinville - Setor Oeste
CEP: 74140 100 Goiânia - GO
Tel: (062) 251 1506 / 977 1504 e-mail: poleck@persogo.com.br

Mara Cloraci Arruda de Paiva
Rua Elpídio Barbosa, nº253
Trindade
CEP: 88036-300 Florianópolis - SC
Tel: (048) 234 5740 / 224 9088 Ramal 28

Marcia Maria Spayer Resende
Rua Igino Bonfioli, 94
Jaraguá
CEP: 31270 460 Belo Horizonte - MG
Tel: (031) 491 2969 Fax: 499 5340

Maria Amélia Leite
Rua José Candido, 53
Monte Castelo
CEP: 60325 490 Fortaleza - CE
Tel/Fax: (085) 243 7675 / 283 2486

Maria Aparecida de Araujo Guerra
SHIS QL 18 Conjunto 02 casa 10
CEP: 71650 025 Brasília - DF
Tel: (061) 321 0410 Cod. 6100280 / 226 6379

Acervo ISA

Maria Cristina Troncarelli
Av. Higienópolis. 901
CEP: 01238 010 São Paulo - SP
Tel: (011) 825 5544

Maria da Conceição dos Santos Gões Mascarenhas
Rua Vítor Meireles. nº 90
Conjunto Inácio Barbosa
CEP: 49040 660 Aracajú - SE
Tel: (079) 231 5513

Maria das Dores Pankararu
Residencial Tabuleiro do Martins Bl. 02B apt. 201
Tabuleiro do Martins
CEP: 57073 340 Macéio - AL
Tel: (082) 334 2834

Maria de Lourdes Barcelos (Fortaleza)
Av. Sete Setembro. 193
CEP: 29680 000 João Neiva - ES
Tel: (027) 258 1542

Maria de Lourdes C. Nelson Guarani
Rua Moacir Pimentel - Caixa postal 129 nº 1480
CEP: 79990 000 Amambai - MS

Maria de Lourdes Rabelo Fernandes Leão
SAS Q. 04 Bl. N sala 512
Tel: (061) 321 2958 / 314 6457

Maria Inês de Almeida
Rua Geórgia. 84 apt. 203
Buritis
CEP: 30575 040 Belo Horizonte - MG
Tel: (031) 378 2362 e-mail: inesa@hsvipnet.com.br

Acervo ISA

Maria José Nogueira Muniz
Rua Caetano Donizete nº 5984
Bairro Quatro de Janeiro
Porto Velho - RO
Tel: (069) 224 3601

Maria José Pinheiro Marques
Rua Bernardo Figueredo nº 3072
Bairro Parquelândia
CEP: 60440 450 Fortaleza - CE
Tel: (085) 287 1332 / 218 1419

Maria Suzana Marc Amoretti
Rua Dona Leonor. 154 apt.27
CEP: 90420 120 Porto Alegre - RS
Tel: (051) 333 1018

Marina da Silva Kahn
Av. Higienópolis, 901
CEP: 01238 001 São Paulo - SP
Tel: (011) 825 5544 Fax: 825 7861 e-mail: nina@socioambiental.org

Marivânia Leonor Furtado Ferreira
Rua Luís Gama nº 06 Q. W
Conjunto Ipase
São Luís - MA
Tel: (098) 246 5099

Mirian Marcos Tsibodowapré
SRTVS Q.702 Edf. Lex 3º andar
Tel/Fax: (061) 226 5197

Nádia Dorian Souza de Cerqueira
Rua Itabuna, 148
Rio Vermelho
CEP: 41940 650 Salvador - BA
Tel: (071) 245 4698 / 322 2111 / 322 2115

Acervo ISA

Natalino Góg Crespo
Rua Jaime Ferreira de Moura. 640
CEP: 98550 000 Redentora - RS
Tel: (055) 556 1174 / 556 1136 Fax: 556 1110

Nietta Linderberg Monte
Rua das Lanranjeiras. 531/11
CEP: 22 240 002 Rio de Janeiro - RJ
Tel: (021) 556 4142

Noêmia Vieira Dias de Castro
Rua Comandante Costa. 349 - Centro
CEP: 78005 800 Cuiabá - MT
Tel: (065) 624 8788 / 625 1649

Ozenete Aguiar de Mozzi
Rua Washington Luís nº 350
Conjunto D. Pedro I / Planalto
CEP: 69040 210 Manaus - AM
Tel: (092) 656 1691

Raimundo Alberto Ampuero
Trav. Djalma Dutra nº 1000 apt. 402A
CEP: 66113 010 Belém - PA

Raimundo Zacarias Raiol Albuquerque
Rua Francisco Eugênio Mussiello 705 apt. 202
Bairro Jardim da Penha
CEP: 29060 290 Vitória - ES
Tel: (027) 324 1000 Ramal 213 / 972 1078

Ruth Maria Fonnini Monserrath
Av. Oswaldo Cruz nº 73 apt. 701
CEP: 22250 060 Rio de Janeiro - RJ
Tel: (021) 552 9036 Fax: 260 7485 e-mail: monserrat@ax.apc.org

Salvino dos Santos Bráz (Kanátyo Pataxó)
Posto Indígena Guarani
CEP: 35878 000 Carmésia - MG

Acervo ISA

Selia Ferreira Juvencio
Terra Indígena São Jerônimo
CEP: 86270 000 São Jerônimo da Serra - PR
Tel: (043) 329 3080

Sergio Coelho Borges Farias
Rua Marechal Floriano. 354 apt.802
Canela
CEP: 40110 010 Salvador - BA
Tel: (071) 336 2751 / 974 5422 Fax: (071) 245 9941 / 235 2228 / 245 0714

Silvia Gomes Costa
Rua do Hospício. 619
Boa Vista
CEP: 51020 011 Recife - PE
Tel: (081) 421 5999 Ramal 1220

Suzana Castro Tólio
Dr. Campos Velho, 1724 apt.103
Porto Alegre - RS
Tel: (051) 249 3748

Tereza Maher
Rua Antônio da Costa Carvalho, 330/21
Cambuí
CEP: 13020 050 Campinas - SP
Tel: (019) 253 1411 e-mail: tmaher@obelix.unicamp.br

Valdecíria Matos Gomes
Av. Efigênio Salles, 440 apt 102
Bairro Parque 10 - Edf. Mont Clair
CEP: 69050 000 Manaus - AM
Tel: (092) 236 2423

Vera Olinda Senna
Rua Pernambuco, 964 - Bosque
CEP: 69907 580 Rio Branco - AC
Tel: (068) 224 0857 Tel/Fax: 224 1426 e-mail: cpi@mdnet.com.br

Acervo ISA

Veralúcia de Arruda Moura
Rua Siqueira Campos, 304
Santo Antonio Recife - PE
Tel: (081) 424 1077 / 424 1506

Vincent Carelli
Rua Agostinho Bezerra 61
V. Beatriz
CEP: 054 45 070 São Paulo - SP
Tel: (011) 870 3146 e-mail: vincent@dialdata.com.br

Wagner Roberto do Amaral
Rua Alagoas, 245
Londrina - PR
Tel: (043) 325 8694 / 329 5946 e-mail: wamaral@sercomtel.com.br

Zélia Dalva Furrechi Giovani
Rua 9 nº 48 Jequitibá
CEP: 29190 000 Aracruz - ES
Tel: (027) 256 91 56 / 256 2634

Zélia Maria Rezende
Rua Bernardo Guimarães, 1151/1302
Funcionários
CEP: 30140 081 Belo Horizonte - MG
Tel.:(031) 222 7258 Fax: 219 4604

Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Sala 615
Cep: 72.047.900 - Brasília - DF
Tel. (061) 410-8630 / 321-5323
Fax: (061) 321-5864 / 321-1543 / 226-8856
E-mail: ivete@sef.mec.gov.br / cgaei@sef.mec.gov.br

Centro Repografico/DAES/CGSG/SAA